

Marisa do Espírito Santo Borin

**DESIGUALDADES E RUPTURAS SOCIAIS NA METRÓPOLE:
OS MORADORES DE RUA EM SÃO PAULO**

Doutorado em Ciências Sociais

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**São Paulo
2003**

Biblioteca MA-PUC/SP



100138013

Marisa do Espírito Santo Borin

**DESIGUALDADES E RUPTURAS SOCIAIS NA METRÓPOLE:
OS MORADORES DE RUA EM SÃO PAULO**

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para a obtenção do título de
Doutora em Ciências Sociais, sob a orientação da
Profª Dra. Lúcia Maria Machado Bógus

Biblioteca
Nadir Gouvêa Kfour
PUC/SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo

2003

BANCA EXAMINADORA

Quirce Calugad Costa

N. B. Fielon C.V. & Co.

Quirce

Quirce

Quirce

Quirce



Mané

dos seus 67 anos, vive há 18 na rua!

À memória de:
Antônio do Espírito Santo,
José Borin e
Vanda do Carmo Espírito Santo

Pelo testemunho deixado ao longo de suas
trajetórias de vida, marcadas pela simplicidade,
solidariedade e pela real proximidade entre as pessoas,
rompendo as barreiras da crença religiosa, da raça, do
nível sócio-econômico e das divergências ideológicas.

AGRADECIMENTOS

Este é um momento de muita satisfação. É uma volta ao tempo, à lembrança dos caminhos percorridos e, com ela, de todos aqueles que, de forma direta ou indireta, deram a sua contribuição a este trabalho. Surge a recordação de cada momento vivido, das dificuldades que pareciam intransponíveis, mas que foram superadas, dos gestos de amizade, da preocupação e cuidado dos familiares, dos diálogos com os alunos, das instituições que ofereceram seu apoio e do avanço intelectual que pude alcançar.

Agradecendo a todos e com a preocupação de não omitir a colaboração de ninguém, passo a nomear aqueles com quem devo dividir os méritos deste trabalho.

Primeiramente, aos moradores de rua que, de forma involuntária e injusta, foram levados pela nossa sociedade a uma condição tão perversa de vida. Agradeço a confiança que me depositaram abrindo suas trajetórias de vida, sempre muito sofridas.

À minha orientadora e amiga, Prof.^a Dra. Lúcia Maria Machado Bógus que, desde a etapa do mestrado, vem me apoiando e confiando no meu trabalho. Agradeço a ela pela liberdade intelectual que sempre me proporcionou e pelas avaliações e críticas oferecidas nos momentos necessários.

À Banca de Qualificação: agradeço à Prof.^a Dra. Maura Pardini Bicudo Vêras, com quem tive a oportunidade de conviver profissionalmente por muitos anos na Prefeitura de São Paulo e a quem devo muito do que aprendi. As suas observações e recomendações na qualificação foram precisas para o caminhar desta tese. Meus agradecimentos também se dirigem à socióloga Maria Antonieta da Costa Vieira que, por trás de sua simplicidade e singeleza, se encontra uma intelectual profunda e merecedora de todo o nosso respeito. Suas orientações e discussões apresentadas durante e após a qualificação foram de fundamental

importância para a consolidação do rumo do trabalho. Agradeço também à trajetória da vida que me presenteou com o nosso reencontro.

À Prof^a e amiga Yara Rosário P. Gustavo de Castro, consultora estatística da PUC-SP, agradeço não só por todo o suporte estatístico fornecido de forma constante e competente durante todo o trabalho, mas também pela disponibilidade, paciência e horas despendidas, para responder às dúvidas e cobrir as minhas limitações no campo da estatística.

À Prof.^a Dra. Sílvia Maria Schor, que me proporcionou não só a participação no 1º Censo de População de Rua e na Pesquisa de Caracterização Sócio-Econômica dessa população, como também me disponibilizou o banco de dados de ambos os trabalhos, assim como os instrumentais originais com as respostas de todos os informantes. Sem este apoio não teria alcançado o objetivo proposto nesta tese. Agradeço a confiança e a amizade que tem me dedicado nos últimos anos.

Aos professores da Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, agradeço pela competência, disponibilidade e oportunidades de crescimento intelectual que sempre me proporcionaram. Este trabalho é, sem dúvida, resultado de toda a fundamentação teórica construída em suas pesquisas e a nós por eles transmitida.

Aos colegas da Faculdade de Ciências Sociais, especialmente do Departamento de Sociologia, do qual faço parte, agradeço pela força e apoio que me deram para que este trabalho fosse finalizado. Da mesma forma, agradeço aos colegas de outras faculdades, como a do Serviço Social e da Psicologia, que acompanharam o meu trabalho desde o início.

Aos alunos dos cursos de Ciências Sociais, Relações Internacionais, Serviço Social e Psicologia, agradeço pelo interesse e por todos os momentos em que dialogamos sobre o tema da população de rua.

À equipe do Programa de Núcleos de Excelência - PRONEX, agradeço por todo o apoio e colaboração dispensada durante a tese e pela acolhida amiga que sempre me proporcionaram.

Aos funcionários do laboratório de Informática da Psicologia, Rodney Franco de Lima e Marcelo Fonseca Ferreira, que fizeram a tabulação da questão aberta do instrumental de caracterização sócio-econômica. A eles meus agradecimentos pela pronta disponibilidade, rapidez e competência nessa tarefa.

À amiga-irmã, Myriam Abbud Ferreira, que me auxiliou na tabulação dos dados para a identificação de tipologia dos moradores de rua. Agradeço a sua colaboração eficaz e a presença marcante, não só naquele momento, mas, também, durante toda a elaboração da tese.

Aos meus queridos amigos, cuja convivência é constante e solidária, que sempre estão presentes em todos os momentos alegres, assim como nos mais difíceis que a vida nos apresenta. É impossível aqui nomeá-los, mas faço algumas referências que os identificam: os dos idos tempos do colégio e da minha juventude, da graduação em Ciências Sociais na PUC-SP, do Pós-Graduação, da saudosa Faculdade de Moema, da Prefeitura de São Paulo, do prédio onde resido e do bairro ao qual pertenço. Agradeço a todos, indistintamente, que, embora tenham cobrado a minha presença nos nossos habituais encontros, souberam respeitar minha ausência durante o período de elaboração da tese e se solidarizaram com este meu momento de finalização do trabalho.

Agradeço aos amigos da FIPE, que me apoiaram e compreenderam minha ausência nas reuniões de trabalho, principalmente, nas semanas finais do término desta tese.

Aos meus familiares: minha mãe, que soube entender a ausência de minha companhia em tantos dias, tendo convivido, simultaneamente, com a preocupação e a alegria pela realização deste meu trabalho; à minha sogra por quem eu tenho um grande bem querer; aos meus irmãos, sobrinhos/as, tios/as, primos/as, cunhados/as, compadres/comadres, afilhados/as e minha madrinha. Agradeço a todos, pelo apoio, preocupação constante, afeto, amizade e aconchego, ingredientes básicos do meu viver e de mais esta etapa da minha trajetória acadêmica. Espero poder tê-los sempre ao meu lado para que possamos, juntos, lutar pelos nossos ideais e alcançá-los da forma mais justa e solidária possível.

Ao Geraldo Borin, responsável pela revisão desta tese, companheiro de todos os momentos, cúmplice das minhas paixões, dos meus desejos e fantasias. Agradeço muito pelo apoio, pela segurança que sempre me transmitiu, pela companhia constante, pela amizade, pela sabedoria, pelo bem querer. Sua participação foi fundamental para que esta tese tivesse acontecido.

Ao Alexandre Borin, sentido maior de minha existência, ser doce e querido, que com a presença constante torceu muito pela concretização deste trabalho. Agradeço o apoio em tantos dias e noites, o carinho e paciência que sempre teve ao me auxiliar com os recursos da informática.

Ao Renato Repetto e Thais Repetto, pela pronta disponibilidade e competência com que pude contar para a formatação gráfica final do trabalho.

Às instituições envolvidas neste trabalho, pelo apoio oferecido durante sua elaboração. Agradeço à PUC-SP, através da Comissão de Ensino e Pesquisa – CEPE – pela bolsa de capacitação docente concedida para a elaboração da tese; à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, pelo acesso aos dados de população de rua, à Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS, pelas informações e dados fornecidos e, finalmente, às Organizações Sociais que trabalham com os moradores de rua em São Paulo, pelas experiências a nós transmitidas e pela gentil acolhida, disponibilizando-nos os locais para que as entrevistas fossem realizadas da melhor forma possível.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar os determinantes que conduzem um contingente de indivíduos a um processo de rupturas sociais, levando-os a viver nas ruas da cidade de São Paulo, retratando a degradação que as condições de vida atingiram nas grandes metrópoles, nas últimas décadas do século XX e nos anos iniciais do século XXI.

Encontra-se hoje em São Paulo um novo perfil de morador de rua que, ao lado dos pobres que se tornaram miseráveis, fruto do agravamento das desigualdades sócio-históricas e da incapacidade do poder público de promover políticas de inserção social que garantissem uma autonomia de vida, é vítima do desemprego e das condições econômicas e políticas do nosso país e vão constituindo um mundo à parte, compartilhando do universo espacial e temporal da sociedade, mas sem interagir com ela.

Parte-se do pressuposto de que não há uma única determinação para a existência dessa realidade e de seu crescimento nos últimos anos. O que se observa é a presença de uma multiplicidade de processos que estão em jogo, de natureza sócio-econômica, político-institucional, familiar e individual, que encontram seu principal determinante nas condições histórico-estruturais que conformam as desigualdades sociais a partir das quais são moldadas a pobreza e as demais formas de "exclusão social" em nossa sociedade, embora se acredite que as relações com o trabalho tenham um peso central nesse quadro.

Neste sentido, mais do que desenhar as causas que determinam a existência de vidas nas ruas, o eixo central da tese é desvendar a complexidade dessa realidade, trazendo à tona as formas cotidianas de vida e especialmente as relações que os moradores de rua estabelecem com o trabalho e a família.

Apresenta-se, também, um paralelo entre os perfis das populações encortiçadas e faveladas com o da população de rua, procurando-se encontrar semelhanças e diferenças entre eles, de forma a sugerir que as políticas públicas não mais analisem a pobreza urbana de forma segmentada, mas a partir de uma visão mais ampla de seu contexto.

ABSTRACT

This thesis is intended to analyze the factors that lead a number of people to a process of social rupture, forcing them to live on the streets of São Paulo city and describing to the degradation of the living conditions reached in the big cities which has taken place since the late twentieth century and during the first years of this century.

These days in São Paulo there is a new profile of people who live on the streets who have become paupers due to the increasing social and historical inequalities and the inability of the public sector to implement strategies of social integration with a view to fostering independence and better living conditions. They fall prey to unemployment and the social and political conditions of our country and form a world apart, failing to interact with society, in spite of sharing with it the notion of space and time.

We start by assuming that there is not a single causative factor that contributes to this situation and its development in the last few years. What we do find is a myriad of processes at stake – socioeconomic, political and family-related – all of them stemming from the historical and structural conditions that shape the social inequalities, resulting in poverty and “social exclusion” from our society, even though it is believed that work-related factors are a central issue in this discussion, once the exclusion from work not only causes but is also dialectically caused by the exclusion both in and from the family.

The thesis describes not only the factors underlying the existence of the homeless on the streets but also, and more importantly, how to unravel the complexity of this situation, bringing to life routines and ways of living on the streets and placing great emphasis on the relations between work and family.

It also aims at drawing a paralell between the slum and hive population and the homeless, in the hope of finding similarities and differences between them, ultimately suggesting that the public sector should no longer analyse urban poverty from a segmented point of view but rather from a broader perspective.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1.1 - O Percurso Metodológico	26
1.2 - Notas sobre os Dados Quantitativos	30
CAPÍTULO I	
O Morar na Rua: Um Objeto de Estudo em Construção	35
CAPÍTULO II	
Em Busca de uma Categoria Analítica: Um Debate Sobre os Conceitos de Desigualdade, Pobreza e Exclusão social	60
CAPÍTULO III	
Um Retrato sem Retoques: Os Moradores de Rua na Cidade de São Paulo	81
3.1 - A Dimensão e a Distribuição Espacial dos Moradores de Rua na Cidade	82
3.2 - O Perfil Demográfico e o Tempo na Rua	91
3.3 - A Identificação de Tipologias	105
3.4 - O Significado do Cotidiano: Enigmas e Revelações em Busca da Sobrevivência	119
3.5 - Trabalho e Ser Social: Uma Relação Complexa	129
3.6 - A Solidão da Vida nas Ruas da Metrópole: A Ausência dos Vínculos Familiares	148
CAPÍTULO IV	
São Paulo e Pobreza: Um Paralelo entre o Perfil dos Encortiçados e Favelados com o da "População de Rua"	162
CAPÍTULO V	
As Políticas Públicas Voltadas aos Moradores de Rua: Um Encontro com a Ação do Estado e a Sociedade Civil	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
BIBLIOGRAFIA	197
ANEXO I Moradores de Rua por Sub-Prefeituras	211
ANEXO II Listagem das Categorias Sócio Ocupacionais	214
ANEXO III Lei nº 12.316/97 – Cria política de atenção à População de Rua	219
ANEXO IV Decreto nº 40.232/2001 – Regulamenta a Lei 12.316/97	224
ANEXO V Decreto nº 43.227/2003 – Institui o Conselho de monitoramento da política de direitos das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo	234

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - Moradores de Rua por Distrito Municipal _____	83
TABELA 2 - Moradores de Rua por Região da Cidade _____	86
TABELA 3 - Densidade de Moradores de Rua por Distritos, em Estratos _____	88
TABELA 4 - Características da Área do "Ponto" de Recenseamento _____	91
TABELA 5 - Moradores de Rua por Ponto de Recenseamento _____	91
TABELA 6 - Moradores de Rua por Cor _____	93
TABELA 7 - Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Sexo e Cor _	95
TABELA 8 - Moradores de Rua por Idade _____	95
TABELA 9 - Moradores de Rua por Região de Origem _____	98
TABELA 10 - Moradores de Rua por Nível de Escolaridade _____	101
TABELA 11 - Moradores de Rua por Tempo na Rua _____	103
TABELA 12 - Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Tempo na Rua _____	104
TABELA 13 - Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Idade com que Foram para a Rua _____	105
TABELA 14 - Moradores de Rua Encontrados em Albergues: Média e Quartil do Tempo na Rua _____	105
TABELA 15 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Condição Migratória _____	109
TABELA 16 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Sexo _____	110
TABELA 17 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Faixa Etária _____	110
TABELA 18 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Cor _____	110
TABELA 19 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Nível de Escolaridade _____	110
TABELA 20 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Frequência às Casas de Convivência _____	111
TABELA 21 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros pela Existência de Parentes Morando em São Paulo _____	111
TABELA 22 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Tempo em São Paulo _____	111

TABELA 23 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Tempo na Rua	112
TABELA 24 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Local de Dormida	112
TABELA 25 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Inserção no Mercado de Trabalho e que Esmolam	112
TABELA 26 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Atividade Anterior à Ida para a Rua	113
TABELA 27 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Atividade Atual	114
TABELA 28 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Albergues por Sexo	116
TABELA 29 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Albergues por Cor	116
TABELA 30 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Albergues por Faixa Etária	116
TABELA 31 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Albergues por Nível de Escolaridade	116
TABELA 32 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Albergues por Tempo na Rua	116
TABELA 33 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Albergues por Inserção no Mercado de Trabalho e que Esmolam	117
TABELA 34 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Albergues por Atividade Anterior à Ida para a Rua	117
TABELA 35 - "Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Albergues por Atividade Atual	118
TABELA 36 - Moradores de Rua Encontrados em Logradouros: Formas de Obtenção de Alimentos	123
TABELA 37 - Moradores de Rua Encontrados em Logradouros: Alternativas para Banho	124
TABELA 38 - Moradores de Rua Encontrados em Logradouros: Alternativas para Solução do Problema de Saúde	125
TABELA 39 - Moradores de Rua Encontrados em Logradouros: Alternativas para Obtenção de Medicamentos	126
TABELA 40 - Moradores de Rua Encontrados em Logradouros: Tipo de Violência Sofrida na Rua	127
TABELA 41 - Tipo de Desemprego na Grande São Paulo de 1995 a 2000	139
TABELA 42 - Moradores de Rua por Fonte de Renda	141

TABELA 43 - Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Atividade Atual	142
TABELA 44 - Moradores de Rua Encontrados em Albergues por Atividade Atual	142
TABELA 45 - Moradores de rua Encontrados em Logradouros por atividade anterior à ida para a rua	143
TABELA 46 - Moradores de rua Encontrados em Albergues por Atividade anterior à ida para a rua	144
TABELA 47 - Moradores de Rua por Tempo na Atividade Anterior	145
TABELA 48 - Moradores de rua por Condição da Ocupação Atual	145
TABELA 49 - Moradores Encontrados em Logradouros por Média e Quartil da Renda Monetária do Trabalho	146
TABELA 50 - Moradores de Rua Migrantes: Com Quem Estavam Quando Vieram Morar em São Paulo	153
TABELA 51 - Moradores de Rua Migrantes: Presença de Parentes que Residem em São Paulo	154
TABELA 52 - Moradores de Rua Paulistanos: Presença de Parentes que Residem em São Paulo	154
TABELA 53 - Moradores de Rua Migrantes: tempo de chegada dos que vieram apenas uma vez a São Paulo	155
TABELA 54 - Moradores de Rua Migrantes: Tempo do Último Contato com Parentes que Residem em São Paulo	156
TABELA 55 - Moradores de Rua Paulistanos: Tempo do Último Contato Com Parentes que Residem em São Paulo	157
TABELA 56 - Moradores de Rua: Presença de Parentes que Moram Fora de São Paulo	157
TABELA 57 - Moradores de Rua: Com Quem Vivem Na Rua	159
TABELA 58 - Crescimento da População Favelada no Município de São Paulo	171
TABELA 59 - Pobreza Urbana e População Total da Cidade por Sexo	176
TABELA 60 - Pobreza Urbana e População Total da Cidade por Idade	177
TABELA 61 - Pobreza Urbana por Escolaridade	178
TABELA 62 - Pobreza Urbana e População Total da Cidade por Renda do Chefe	178
TABELA 63 - Programa de Locação Social - Comprometimento de Renda Familiar	188

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - Quantificação da População de Rua na Cidade de São Paulo – anos 90 _____	58
QUADRO 2 - Capacidade Existente de Acolhida na Rede Social Municipal _____	189
QUADRO 3 - Capacidade Existente de Convívio na Rede Social Municipal _____	189
QUADRO 4 - Capacidade Existente de Qualificação Profissional na Rede Social Municipal _____	189
QUADRO 5 - Núcleos de Incentivo à Economia Solidária na Rede Social Municipal _____	190

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - Moradores de Rua por Região no Município de São Paulo _____	87
FIGURA 2 - Densidade de Moradores de Rua por Distrito no Município de São Paulo _____	89
FIGURA 3 - Divisão por Clusters dos Moradores de Rua Encontrados em Logradouros _____	107
FIGURA 4 - Divisão por Clusters dos Moradores de Rua Encontrados em Albergues _____	114

INTRODUÇÃO

"É nos limites, nos extremos da realidade social que a indagação do cientista se torna fecunda. A explicação sociológica é incompleta e pobre se não passa pela mediação do insignificante. É nessas situações de protagonismo oculto e mutilado dos simples, do homem sem qualidade, que a sociedade propõe ao sociólogo suas indagações mais complexas, seus problemas mais ricos, sua diversidade teoricamente mais desafiadora. São os simples que nos libertam dos simplismos. O relevante está também no ínfimo, na vida cotidiana fragmentária e aparentemente sem sentido".

José de Souza Martins (1999)

No momento em que assistimos inúmeros debates sobre "exclusão social", em que preocupações com a inclusão estão presentes nos planos e metas de governo, em programas de ação social, nas reflexões acadêmicas, nas mobilizações da sociedade civil, esta tese se propõe analisar os determinantes que conduzem um contingente de indivíduos a um processo de rupturas sociais¹, levando-os a viver nas ruas da cidade de São Paulo, expondo a degradação que as condições de vida atingiram nas grandes metrópoles, nas últimas décadas do século XX e nos anos iniciais do século XXI.

Embora o fato de pessoas vivendo nas ruas, tradicionalmente concebidas como mendigos, andarilhos e "vadios", não seja um fenômeno específico dos dias de hoje, parte-se do pressuposto de que essa condição de vida adquire características novas, próprias do momento atual, trazendo a marca das profundas desigualdades e da "exclusão social", historicamente construídas em nosso país, constituindo-se como um fenômeno tipicamente urbano.

Segundo Fraga Filho (1995:35), ao longo dos séculos, incluindo boa parte do século XIX, os mendigos, mesmo quanto objeto de repulsa e desprezo, não eram vistos como marginais. A sociedade mantinha uma atitude bastante ambígua em relação a eles. Por um lado, sobrevivia uma tradição religiosa que os tolerava e queria até mesmo tê-los próximos sempre que se queria expressar piedade, chegando a desfrutarem de certa tolerância social, ligados que estavam ao cenário cotidiano da cidade.² *Davam o toque de piedade aos funerais, às festas e procissões religiosas e aos atos de caridade dos paroquianos*. Era como se eles tivessem que existir para proporcionar a salvação dos mais afortunados. Assim, a imagem dos pobres pedintes estava impregnada de simbologia sagrada.

Por outro lado, segundo o referido autor (1995:135), ³ ainda no século XIX, começava a se definir em relação a eles uma atitude cada vez mais hostil e

¹ Com bases nas discussões de diferentes autores (como Émile Durkheim, Serge Paugam, Robert Castel, Norbert Lechner, Sarah Escorel, entre outros), buscamos sistematizar o conceito de "rupturas sociais" aqui entendido como: o afastamento/rompimento com a sociedade através da descontinuidade e ou ausência de um trabalho regular, da mobilidade incontrolada, da deterioração dos vínculos familiares levando ao isolamento social, da inexistência de consumo, do alheamento político, da perda da auto-estima e do equilíbrio psíquico, da redução da vida à sua dimensão do hoje, do aqui e do agora, resultando, portanto, em um bloqueio de perspectivas de futuro e de perda de um sentido de pertinência à vida social.

intolerante. Expressões como “repugnante”, “ocioso”, “vadio”, “peso morto” e “flagelo da sociedade” passaram a integrar o vocabulário dos que viam na mendicância uma ameaça à ordem social. Desde então, os mendigos deixaram de inspirar piedade e passaram a ser considerados parte das “classes perigosas”.⁸

“As fontes oficiais mencionavam com desprezo a “multidão” de pedintes e desempregados que esmolavam e vagavam pelas ruas de Salvador. Entretanto, essa era apenas a face mais exposta e visível da pobreza urbana. Mais discreta, e igualmente dramática, era a situação dos muitos pobres que suportavam silenciosamente sua miséria na condição de agregados em casas de família ou da multidão barulhenta de vendedores ambulantes, serventes e diaristas que enchiam as ruas na luta cotidiana pela sobrevivência”

(Fraga Filho, 1999:22)

Essa mudança de atitude não ocorreu repentinamente e nem de forma isolada do contexto político-econômico que atravessava a sociedade brasileira. Com o advento da sociedade burguesa, a concepção de pobreza começa a desvincular-se de seus tradicionais aspectos morais e religiosos e passa a ser vista sob um aspecto econômico, ou seja, os mendigos são reduzidos à condição de desviantes e vadios, justamente por estarem fora da lógica da produção. Eram, também, conhecidos, conforme narra Fraga Filho (1995), como “pés leves”, ou seja, indivíduos que não conseguem ou se recusam a fixar raízes em qualquer lugar ou, como em Minas, em que o indivíduo “sem eira nem beira” era chamado de “pé ligeiro”. O perigo que representavam resultava, portanto, de sua “inutilidade” e da sua não-inserção no processo produtivo e, além da ociosidade, para os ideólogos do higienismo oitocentista, os pedintes eram uma ameaça à salubridade da cidade.

Castel (1996:38), ao analisar a população marcada pela vagabundagem, mendicância, criminalidade e atividades infames, confirma essa idéia quando diz que *“a marginalidade, ou melhor dizendo, a marginalização, é uma produção social que encontra sua origem nas estruturas de base da sociedade, na organização do trabalho e no sistema de valores dominantes a partir dos quais se*

*repartem os lugares e se fundam as hierarquias, atribuindo a cada um sua dignidade ou indignidade social".*⁶

Marx, por sua vez, nos diz que é evidente que no capitalismo não cabe toda a população ativa, sendo estranha a idéia de "pleno emprego", tendo em vista que tal sistema não é compatível com a idéia de equidade e justiça social. Via no "exército industrial de reserva" os trabalhadores desempregados ou destituídos da chance de trabalhar, cuja função principal seria a de rebaixar o valor da mão-de-obra. Ao lado desses, indicava o "lumpen-proletariado", uma espécie de "rebotelho" da sociedade, próximo hoje da noção de "excluído social", porque não tinha qualquer aproveitamento produtivo. Mas entendia tais fenômenos no contexto dialético das contradições do sistema e mesmo o "lumpen-proletariado" tinha alguma função importante como a de reduzir o assédio aos privilégios, tendo em vista que seu afastamento implicava a possibilidade de poupar recursos sociais em favor da elite (Demo, 1998).

"O pauperismo constitui asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior. Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva."

(Marx, 1968)

Nos dias de hoje o capitalismo ainda é o mesmo, porém, em nova fase. Estamos, mais do que nunca, submetidos ao "totalitarismo da forma mercantil", isto é, a uma condição na qual os indivíduos, mundialmente, estão cada vez mais aprisionados na estrutura objetiva da troca, onde a força de trabalho continua

mercadoria, cuja finalidade essencial é a busca do lucro e a própria subjetividade é submetida à forma das relações mercantis.

Segundo Castel (1998), a nova questão social se diferencia no cenário atual por refletir três manifestações: primeiramente, a "desestabilização dos estáveis", isto é, daqueles que não se encontram nem na base, nem no topo da pirâmide social, uma parcela da classe operária e da classe média que está ameaçada da perda do emprego. Em segundo lugar, a "instalação da precariedade": mesmo os que estão empregados enfrentam dificuldades com jornadas de trabalho, salário, garantia de continuidade, direitos trabalhistas, mantendo-se, muitas vezes, em empregos intermitentes ou subempregados e, em terceiro lugar, as sociedades atuais tendem a produzir um contingente cada vez maior de "trabalhadores sem trabalho", de "inúteis no mundo", "excedentes", "sobrantes", não mais necessários à vida econômica.

Nascimento (1994), nessa mesma direção, observa que a redução do Estado do Bem Estar e a autonomia do mercado tendem a criar uma grande massa de desempregados e de subempregados, para os quais a sociedade nada tem a oferecer: são os "excluídos desnecessários". No capitalismo clássico e em suas fases posteriores, até algumas décadas atrás, os trabalhadores eram explorados, viviam em condições degradantes, passaram por situações de desemprego e miséria, mas o capital necessitava deles: eram "excluídos necessários", como mão-de-obra barata, ou seja, como exército industrial de reserva.

"O que há de novo é que um contingente cada vez maior de pessoas transforma-se de exército de reserva em lixo industrial – não apenas não têm trabalho ou capacidade para gerar renda suficiente como não têm as qualidades requeridas para nele ingressar. Por isso mesmo, são novos-pobres, pois detêm características sociais distintas, das quais decorrem representações sociais novas. A nova exclusão social constitui-se de grupos sociais que se tornaram desnecessários economicamente (...), passando a constituir em um peso para a

sociedade (...) e serem percebidos como socialmente ameaçadores. Bandidos em potencial, Indivíduos perigosos."

(Nascimento 2000:69)

É fato que o mundo do trabalho sofreu transformações profundas, principalmente nas últimas décadas do século XX: verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, havendo uma diminuição da classe operária industrial tradicional e, paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho em decorrência dele ser parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal e ao desenvolvimento do setor de serviços. Registrou-se um desemprego estrutural e a formação (notadamente nos países chamados de terceiro mundo) de uma massa de "excluídos" que estão à margem do processo de produção. Verificou-se, portanto, conforme Antunes (1997), uma significativa "heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho". Estes são fenômenos não previstos por Marx, mas o proletariado, no seu sentido amplo, isto é, aqueles que vivem da venda da força de trabalho, ou que tentam vender (os desempregados), permanece o principal componente da população trabalhadora e o conflito de classes entre o trabalho e o capital continua sendo a principal contradição social das sociedades capitalistas, eixo em torno do qual podem se articular os movimentos com vocação emancipadora.

Na década de 90, o desemprego passou a ser visto como grande moléstia social, principalmente nas grandes cidades, tanto nacionais como internacionais, onde um número significativo de pessoas encontra-se fora dos circuitos produtivos. Sem um lugar na sociedade, esses indivíduos não estão inseridos em relações de utilidade social, relações de independência, como conjunto da sociedade.

Particularmente em São Paulo, centro industrial do país e maior metrópole do continente, as vítimas do desemprego já atingem índices extremamente elevados². Muitos indivíduos sem nenhuma proteção social, institucional e até mesmo familiar, acabam por viver na rua, morando sob pontes e

² Em abril de 2003, o desemprego bateu recorde na Grande São Paulo, atingindo 20,6% da população economicamente ativa, segundo dados da Fundação SEADE e do DIEESE, in jornal Folha de São Paulo, 29/05/2003.

viadutos, em albergues, sobrevivendo das formas precárias de "inclusão social" que a cidade lhes oferece.

/
Encontra-se hoje em São Paulo, um novo perfil de morador de rua que, ao lado dos velhos pobres que se tornaram miseráveis, fruto do agravamento das desigualdades sócio-históricas e da incapacidade do poder público de promover políticas de inserção social, são vítimas do desemprego e das condições econômicas e políticas do nosso país e vão se constituindo em um mundo à parte, compartilhando de um mesmo universo espacial e temporal, mas não interagindo socialmente com a sociedade. Alguns lá se encontram temporariamente enquanto outros, já por um período prolongado, vivem do mercado informal e da assistência social que a cidade oferece. São catadores de papelão e de latinha, marreteiros, carregadores de mercado, guardadores de carro, biscateiros, encartadores de jornais, "flanelinhas", pedintes diversos, entre outros. /

Esse fenômeno não se apresenta somente nas cidades do terceiro mundo, pois há uma preocupação crescente com os "*homeless*" nos Estados Unidos, Canadá, França, Japão, entre outros, que convivem atualmente com essa realidade e tentam encontrar os motivos do crescimento de pessoas que hoje vivem nas ruas de suas grandes metrópoles, bem como soluções para (re)integrá-las. Contudo, além das diferenças do estágio de desenvolvimento político-econômico, há nesses países a presença muito forte de políticas de proteção social, diferenciando-se, em muito, das condições existentes em nosso país.

Mas hoje quem são as pessoas que moram nas ruas das cidades, especialmente em São Paulo? Como elas sobrevivem e constroem o seu cotidiano? Como é viver em um mundo tão alheio à maioria dos habitantes da cidade? Que relações mantém com o trabalho e com a família? categorias estas fundamentais para a inserção social. A ausência da moradia e a falta de políticas habitacionais são questões fundamentais para explicar a existência de vidas nas ruas? ou o fator principal está ligado à não inserção no mercado de trabalho e a impossibilidade de obtenção de renda monetária? Até que ponto é possível se referir ao trabalho sem considerar seus desdobramentos com outros níveis da prática social dos homens, ou seja, como separar o trabalho da totalidade social da qual os sujeitos fazem parte?

Há uma identidade entre o segmento social que vive nas ruas de nossa cidade e que o faz diferente de outros grupos da pobreza urbana? O que o torna um objeto de estudo científico?

Essas questões alimentam e se interagem nas reflexões centrais desta tese, considerando-se que nosso objeto está em um contínuo processo de construção e que toda reflexão se soma ao conjunto dos conhecimentos existentes visando, cada vez mais, a compreensão da complexidade que envolve o processo de chegada e de moradia na rua. No bojo delas outras se colocam: há uma nova desigualdade social na cidade ou o que se vê é a manutenção das formas historicamente excludentes, ou seja, há um fenômeno novo no cenário da pobreza urbana e das desigualdades sociais que está demandando um novo conceito, uma nova categoria analítica para poder ser compreendido? É possível se estabelecer uma medida entre inclusão/exclusão, ou seja, como se define quem está integrado e quem está excluído? Que critérios estabelecem essa diferença e que conceito dá conta dessa análise? Até que ponto a "população" que mora nas ruas deve ser entendida de forma isolada do contexto da pobreza urbana de São Paulo e gerar políticas públicas específicas? E que políticas públicas existem hoje dirigidas a essa população em nossa cidade?

As respostas a essas perguntas, sem dúvida, supõem um imenso debate dentro das ciências sociais e nos centros de concentração de poder político. Parte-se do pressuposto de que não há uma única determinação para a existência dessa realidade e de seu crescimento nos últimos anos. O que se observa é a presença de uma multiplicidade de processos que estão em jogo, de natureza sócio-econômica, político-institucional e familiar e que encontram seu principal determinante nas condições histórico-estruturais que conformam as desigualdades sociais a partir das quais são moldadas a pobreza e as demais formas de "exclusão social" em nossa sociedade, embora se acredite que as relações com o trabalho tenham um peso central nesse quadro.

Compactua-se com a idéia de Nasser (2001:37) de que *"a maioria dos moradores de rua já enfrentava grave instabilidade nas relações familiares e de*

Revisar texto
p. 100

*trabalho não sendo sua experiência atual de vida uma "anomalia", mas, ao contrário, a concretização de uma possibilidade já enunciada por seu modo de vida anterior."*⁶

Assim, o eixo central da tese, mais do que desenhar as causas que determinam a existência de vidas nas ruas ou de "vidas ao léu", conforme expressão utilizada por Sarah Escorel (1999), é desvendar a complexidade dessa realidade trazendo à tona as formas cotidianas de vida e rotinas na rua e especialmente as relações que seus moradores estabelecem com o trabalho e com a família. Só assim, acredita-se, ser possível apreender o modo de constituição e existência dessas relações, dentro de um segmento cuja força de trabalho não mais se realiza centralmente no mercado formal de trabalho e que já não mantém vínculos sistemáticos com a família. Portanto, pressupõe-se que a exclusão do trabalho não só determina como dialeticamente é originada pela exclusão *na* e *da* vida familiar e que a análise do cotidiano de vida permite ampliar o entendimento dessa relação.

Sem dúvida, torna-se necessário conhecer as configurações societárias que vêm se desenhando desde as últimas décadas do século passado e nos anos iniciais deste novo milênio, procurando-se identificar os campos de força inscritos em novas territorialidades construídas na convergência entre as atuais configurações do trabalho e reconfigurações urbanas, para que se tenha conhecimento da contextualização em que ocorrem as mudanças.

Um dos caminhos que encontramos foi buscar, na análise da vida cotidiana dos moradores de rua, suporte para muitas das questões que envolvem nossas indagações.

"A vida cotidiana é a vida de todo homem, é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se "em funcionamento" todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias."

(Heller, 1992:17)

A vida cotidiana é entendida como o *centro real da práxis*, onde se realiza o movimento da produção e de reprodução das relações sociais, onde se dá a produção do ser humano, no curso de seu desenvolvimento histórico.

"Não apenas a cotidianidade é um conceito, como podemos tomar esse conceito como um fio condutor para conhecer a "sociedade," situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura (ou a decomposição da cultura) etc"

(Lefebvre, 1991:35)

A vida cotidiana se constitui, dessa maneira, no nível intermediário e mediador que permite a compreensão da própria sociedade. No cotidiano existe um movimento dialético que envolve elementos repetitivos por um lado e inovadores por outro.

Lefebvre (1991) coloca ainda que o cotidiano na sociedade capitalista é marcado pelo descompasso existente entre a vivência e a consciência, uma vez que há uma separação dos indivíduos que produzem (produção social) e do produto (apropriação privada) e por este fato, em que o produto do trabalho é separado do produtor, o mundo exterior parece também separado do homem, configurando a alienação. Contudo, a vida cotidiana permite críticas à alienação configurando como não apenas um processo de reprodução das relações sociais, mas também um processo de produção de novas relações. Para isso, segundo o referido autor, é preciso proceder à crítica do cotidiano para poder conquistá-lo, tendo primeiramente que viver no cotidiano para depois não aceitá-lo e estabelecer uma distância crítica.

"O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico. O homem é um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do homem genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, estamento, classe, nação, humanidade)."

(Heller, 1992:21)

A partir dessas concepções, nosso entendimento sobre o cotidiano das pessoas que vivem nas ruas foi se abrindo e permitindo um encontro com a sociedade de forma mais ampla.

Nosso objeto se insere no campo da pobreza urbana que, cada vez mais, está na ordem do dia das sociedades nacionais e internacionais. O interesse por essa área vem, há muito tempo, de uma trajetória profissional e intelectual, que teve como o seu primeiro marco acadêmico a dissertação de mestrado.

Wright Mills (1982) nos diz que uma questão fundamental se refere às relações entre o tema eleito e a vida do pesquisador. *“Os pensadores mais admiráveis” - ensina o autor - “não separam seu trabalho de suas vidas. Encaram ambos demasiado a sério para permitir tal dissociação e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento da outra. Promover a consonância entre pesquisa e biografia é altamente estimulante, pois atribui vida ao estudo”.*

O objeto deste trabalho foi redefinido em função da experiência junto à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) no processo do planejamento, da implantação, da supervisão de campo e da análise dos dados do 1º Censo de População de Rua de São Paulo, bem como da Pesquisa de Caracterização Sócio-Econômica desse segmento social, estudos estes encomendados pela Secretaria de Assistência Social – SAS, da Prefeitura Municipal de São Paulo.

O estudo desenvolvido com a FIPE, envolveu-me a tal ponto que meu compromisso com os moradores de rua foi se firmando dia a dia. Diante de cada olhar e gestos, os mais diversos, com os quais convivi, pude sentir a fragilidade e as formas perversas e efêmeras de “inclusão social” que a cidade mais importante do país oferece a uma parcela de seus cidadãos.

Fui envolvida por um desejo de ampliar o conhecimento sobre este recorte da pobreza urbana, na busca de alternativas que venham possibilitar melhores condições de vida a que essa população tem direito. Foi, então, que reformulei o meu projeto e passei a pesquisar, buscando abordagens metodológicas que pudessem dar conta de analisar as relações e os processos imbricados nessa

realidade e sua conexão com a totalidade sócio-histórica da sociedade brasileira, especialmente a de São Paulo.

A opção pela análise da “pobreza urbana” se deve ao fato de que os centros urbanos em todo mundo são considerados, cada vez mais, locais privilegiados para geração de emprego, inovação e ampliação de oportunidades econômicas, revelando agilidade na construção de uma rede de relações no plano da economia, da política e da cultura, constituindo-se o lócus de concentração de consumo e riqueza sem precedentes e onde a contradição social se torna mais presente.

As metrópoles de todo mundo estão hoje, cada vez mais, abrindo seus caminhos para a etapa do modo de produção tecnológico. A sua definição passa obrigatoriamente pela compreensão de seu papel na reestruturação do próprio processo produtivo e econômico.

“São Paulo concentra as polaridades das cidades mundiais, apresentando processos contraditórios, que abrangem as conhecidas tendências à desconcentração metropolitana, à diminuição do número de indústrias e terceirização (em especial com expansão do setor de serviços, telecomunicações e informática)”(Véras ,1995). “A expansão da microeletrônica, a robotização, a energia termonuclear, a engenharia genética, a revolução energética e outras conquistas também revolucionárias que, por si, provam as capacidades intelectuais humanas em expansão, acarretam graves conseqüências para o trabalho humano não só em termos de emprego, mas também de garantia de sua subsistência e no sentido da dignidade do trabalhador”
(Véras, 2000:17)

A organização econômica em torno da tecnologia informacional, marco transformador do modo de produção e da nova economia mundializada, vem gerando um novo processo de reestruturação do território metropolitano, criando novos atributos em todas as dimensões da cidade.

"A metrópole contemporânea é ao mesmo uma forma de organização da força de trabalho qualificada, um equipamento científico do desenvolvimento econômico, uma estrutura econômico-financeira, um mercado, um centro global de poder político e um centro de irradiação de conhecimento e cultura"

(Meyer, 2000)

A hipótese da "global city" (Sassen 1991 e outros, apud Bógus e Taschener, 2001), indica de que as transformações do papel das cidades no mundo atual, que mudam a atividade econômica de industrial para serviços, poderiam estar levando a uma estrutura bi-modal, tanto em relação à estrutura de emprego como em relação à renda. O mercado de trabalho está se caracterizando por uma mistura de empregos bem qualificados e com alta remuneração ao lado de atividades mal remuneradas e de baixa qualificação. Estas mudanças estariam, também, demandando uma "nova ordem espacial", também dual.

Preteceille (1995:82) aponta que assim como é necessário considerar todos os movimentos capazes de afetar o mercado de trabalho nas cidades globais, e não apenas o contraste entre os extremos, é preciso também considerar o conjunto de divisão social do espaço, bem como o lugar de todas as categorias sociais no processo. Reduzir a questão da segregação a uma oposição binária ricos-pobres e identificar as periferias com os bairros é um processo muito simplista.

Essas, entre outras análises que serão trabalhadas ao longo da tese, são também, fundamentais para o entendimento das questões aqui colocadas, pois nos auxiliam a perceber que, se de um lado temos uma efetiva transformação em andamento, por outro é possível reconhecer, de forma distinta de outras metrópoles espalhadas pelo continente, a presença de uma considerável proporção de condições permanentes vindas da etapa econômica e social anterior, ou seja, os problemas acumulados no período de implantação de desenvolvimento da industrialização passam a coexistir com as exigências e as pressões do novo momento.

É nesse quadro que se caracteriza o problema da pobreza atual: na convergência entre velhas e novas "exclusões" no cenário das transformações que se processam em ritmo acelerado, sem que se tenha alcançado patamares mínimos de igualdade civil e social; em outros termos, a pobreza carrega o peso de toda uma história.

- A desigualdade social continua visível, onde uma parcela minoritária desfruta de um alto nível de consumo em contrapartida a um crescente número de pessoas que vivem sem meios para atingir uma autonomia de vida, não tendo acesso às tecnologias e conhecimentos e à riqueza produzida em nosso país e na sua maior cidade. -

1.1 - O Percurso Metodológico

Para atender os objetivos traçados e responder às indagações que alimentam as reflexões desta tese, procurou-se, inicialmente, conhecer trabalhos, artigos, pesquisas, teses publicadas que lidam diretamente com o tema dos moradores de rua, que pudessem sugerir formas de abordagem propiciando o desenho dos caminhos a serem percorridos.

Foi fundamental, nesse momento, a leitura do trabalho pioneiro de pesquisa realizado junto à população de rua na cidade de São Paulo³, do livro da Prof^a Lúcia Bógus e do Prof.^o Luiz E. Wanderley (orgs.)⁴, dos estudos elaborados por pesquisadores da Universidade de Brasília (UNB)⁵, de teses defendidas na Universidade de São Paulo (USP)⁶ e na PUC-SP⁷, dos trabalhos realizados pela SAS/ FIPE⁸, além do estudo dos professores americanos David Snow e Leon

³ De Maria Antonieta da C. Vieira, Eneida M. R. Bezerra, Cleisa M. M. Rosa (orgs.). "População de Rua: quem é, como vive, como é vista", 1992.

⁴ "A Luta pela Cidade em São Paulo" 1992, especialmente o capítulo de Maria Carmelita Yasbek e Mariângela B. Wanderley: "A Luta pela sobrevivência na cidade. Os "homeless" ou "população de rua".

⁵ Destacando-se o livro de Sarah Escorel "Vidas ao Léu, Trajetórias de Exclusão Social", 1999 e o de Marcel Bursztyn (org.). "No meio da rua: Nômades, Excluídos e Viradores", 2000.

⁶ Como a de Ana Cristina Arantes Nasser. "Sair para o mundo: Trabalho, família e lazer na vida de excluídos" 2001.

⁷ De Maria Magdalena Alves: "Os Vínculos Afetivos e Familiares dos Homens de Rua, 1994 e a de Cleisa M. M. Rosa "Vidas de Rua, Destino de Muitos", 1999.

⁸ O Primeiro Censo de Moradores de Rua em São Paulo e a Pesquisa de Caracterização Sócio-Econômica, 2000.

Anderson⁹, que, mesmo se tratando de uma realidade muito diferente da nossa, traz uma inegável contribuição para o tema em questão. Muitos outros autores e trabalhos, ora não citados, apresentam, sem dúvida, discussões valiosas que foram por nós acolhidas e que estão mencionadas no decorrer dos capítulos.

Para sustentar as questões e hipóteses formuladas neste trabalho, buscaram-se diferentes concepções de desigualdade, pobreza, visando o encontro de categorias analíticas que permitissem exprimir e retratar as reais condições de vida dos moradores de rua. Pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Lúcio Kowarick, Sonia Rocha, Gilberto Dupas, Amartya Sen, foram alguns dos nomes eleitos para fundamentar esse recorte de análise.

Outro conceito pesquisado foi o de exclusão social. Para alimentar essa discussão, foram trabalhados autores franceses como Robert Castel e Serge Paugam, que têm uma grande contribuição nessa direção, assim como os brasileiros José de Souza Martins, Elimar Nascimento, Maura Vêras, Pedro Demo, Sarah Escorel, Marcel Burszty, Cristovam Buarque, Bader Sawaia, Vera Telles, Aldaísa Sposati, entre outros, cujas reflexões são referências fundamentais para o entendimento das condições de exclusão, próprias da realidade brasileira.

Agnes Heller, Henry Lefebvre e Hannah Arendt deram suporte analítico especialmente para a compreensão do cotidiano e das formas de sobrevivência encontradas pelos moradores de rua na cidade.

Para o entendimento do contexto urbano das grandes cidades na atualidade, destacando-se São Paulo, com suas múltiplas determinações econômicas, culturais e sócio-espaciais, as análises de Sassen Saskia, Edmond Preteceille, Ermínia Maricato, Milton Santos, Lúcia Bógus, Maura Vêras, Suzana Pasternack e Luiz César Ribeiro, entre muitos outros, trouxeram uma enorme contribuição, tendo sustentado muitas de nossas reflexões em diversos momentos do trabalho.

Percorrida esta etapa do levantamento e sistematização da bibliografia básica sobre o tema, procurou-se no Capítulo I construir e justificar nosso

⁹ "Desafortunados: Um estudo sobre o povo da rua", 1998.

objeto de estudo, a partir de um conjunto de situações que caracterizam a vida na rua, ilustradas pelas narrativas de nossos entrevistados, e propiciar um quadro de referências como suporte a muitas das análises contidas ao longo do trabalho.

No Capítulo II apresenta-se um debate sobre os conceitos de desigualdade, pobreza e exclusão social, apontando as relações e divergências que contêm e os alcances e limites que traduzem para a análise em questão.

O III Capítulo é composto de seis sub-itens: retrata-se, inicialmente, a dimensão da população de rua e sua distribuição na cidade; em seguida, apresenta-se o seu perfil demográfico e o tempo na rua; a seguir, identificam-se tipologias dessa população; no quarto sub-item, através da análise do cotidiano, entendendo-se este como o reflexo da sociedade e da própria história humana, retratam-se as formas de sobrevivência na rua; o quinto analisa as relações dos moradores de rua com o mundo do trabalho, procurando-se contextualizá-lo a partir das transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX e nos anos iniciais do século XXI. Partindo-se do pressuposto de que o indivíduo se forma e se transforma no trabalho e nas relações sociais do trabalho e que hoje essa condição praticamente inexistente para o segmento social em estudo, a análise busca retratar as formas/estratégias utilizadas para a sobrevivência em termos de renda monetária. O último sub-item analisa os vínculos sociais e comunitários que os moradores de rua mantêm. Esta parte é estruturada com base na análise da família, enquanto elemento mediador das condições de reprodução da existência social e individual, analisando-se as configurações de vida que são formadas na rua pelo afastamento ou mesmo rompimento com essa instância social.

O quarto capítulo apresenta a construção histórica da pobreza em São Paulo, especialmente a favelada e encortiçada e, através de seus perfis, se traça um paralelo com o da população de rua, identificando-se semelhanças e diferenças entre eles e as formas de ocupação do espaço urbano, de forma a sugerir que as políticas públicas não mais analisem a pobreza urbana de forma segmentada, mas a partir de uma visão mais ampla de seu contexto. Esta análise é feita a partir do contexto das grandes cidades na atualidade e dos debates sobre suas determinações econômicas, sociais e espaciais.

No quinto capítulo apontam-se as políticas públicas hoje dirigidas aos moradores de rua em São Paulo, em um encontro com a ação do Estado e com a Sociedade Civil.

Nas considerações finais, faz-se uma volta às indagações iniciais desta tese, procurando-se respondê-las e, ao mesmo tempo, levantando-se novos questionamentos em busca de saídas que possam, cada vez mais e de forma eficaz, possibilitar uma autonomia de vida a esse segmento social, incluído de forma tão perversa em nossa sociedade.

Os dados que dão suporte a todos os capítulos, se referem ao Primeiro Censo de População de Rua e à Pesquisa de Caracterização Sócio-Econômica desse segmento social, realizados em 2000, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, para a Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo - SAS, publicados em relatórios.

O fato de termos participado destes dois trabalhos, em todas as suas fases (planejamento, implantação, supervisão de campo e análise dos resultados), nos coloca de forma mais confortável para utilizarmos seus dados, bem como para interpretá-los, além de possibilitar uma divulgação mais ampla dos resultados obtidos.

A FIPE, através da coordenação dos referidos trabalhos, gentilmente, nos colocou à disposição o banco de dados, o que nos possibilitou, dentre as inúmeras informações contidas, selecionar e realizar cruzamentos necessários aos objetivos aqui propostos. Foram, também, disponibilizados os formulários originais, que contêm os dados dos entrevistados, tanto nos logradouros como nos albergues, o que nos permitiu transcrever e analisar algumas questões até então não trabalhadas.

Para completar e aprofundar alguns itens relevantes de nossas indagações e pressupostos iniciais, realizou-se, também, um ciclo de entrevistas, de caráter qualitativo, visando buscar conteúdos que não puderam ser apreendidos pelo levantamento quantitativo.

Essas entrevistas foram realizadas de forma aleatória, com homens e mulheres maiores de 18 anos, que se encontravam nas ruas, em albergues, em casas de convivência¹⁰, paróquias/entidades que oferecem serviços aos moradores de rua. As entrevistas tiveram uma duração média de 2 horas; algumas delas transcorreram com forte componente emocional, visto que nossos entrevistados se envolveram com lembranças de seus passados. Contudo, todos eles, sem exceção, se mostraram muito abertos para narrarem suas vidas e, ao mesmo tempo, agradecidos pela oportunidade de diálogo e pela atenção dada, expressando o desejo que sentem de serem reconhecidos como cidadãos e revelando o estigma que sofrem por parte da sociedade. Muitos relatos dessas entrevistas se encontram transcritos em diversas partes do trabalho.

1.2 - Notas Sobre os Dados Quantitativos

Os dados quantitativos que embasam os capítulos desta tese, conforme já dito anteriormente, referem-se ao Primeiro Censo de Moradores de Rua da Cidade de São Paulo e à Pesquisa de Caracterização Sócio-Econômica desse segmento social, ambos realizados em 2000, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS.

Para compreensão mais adequada dos dados aqui selecionados e analisados, algumas informações se fazem necessárias sobre os objetivos, conceitos e metodologias dos referidos trabalhos.¹¹

O primeiro recenseamento, realizado em 2000, teve por objetivo o cumprimento do artigo 7º da Lei Municipal 12.316/97, que obriga o executivo a

¹⁰ São locais institucionais, de cunho assistencial, que se relacionam com o poder público através de parceria/convênio. Visam não só o atendimento das necessidades básicas de alimentação, higiene pessoal (banho, corte de cabelo e de barba) e de lavagem e obtenção de roupa, mas também propiciam espaços de socialização e mesmo de profissionalização, através de cursos que são oferecidos por várias delas. Em alguns locais, os moradores participam da limpeza, da lavagem da louça e da manutenção em geral do espaço de convivência.

¹¹ Maiores detalhes sobre a metodologia utilizada no 1º censo de população de rua podem ser encontrados no relatório: "Primeiro Censo de População de Rua da Cidade de São Paulo", SAS/FIPE, 2000 (a) e no artigo de Silvia M. Schor e Rinaldo Artes: "Primeiro Censo dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo: Procedimentos Metodológicos e Resultados" in Revista de Economia Aplicada, 2001.

A metodologia da pesquisa amostral, encontra-se detalhada no relatório "Caracterização Sócio-Econômica dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo", vol.1, SAS/FIPE, 2000 (b).

"publicar anualmente no Diário Oficial do Município o censo de população de rua de modo a comparar as vagas ofertadas face às necessidades"¹².

Para a identificação do universo de pessoas vivendo nas ruas de São Paulo, a FIPE adotou como definição de moradores de rua: *"os indivíduos que sem moradia estavam pernoitando nos logradouros da cidade – praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viadutos ou em casarões abandonados, mocós, cemitérios, carcaças de veículos, terrenos baldios ou depósitos de papelão e sucata. Também foram considerados moradores de rua aquelas pessoas ou famílias que, sem moradia, se encontravam em albergues ou abrigos, mantidos pelo poder público ou privado"*. (SAS/FIPE/2000 a)¹³

Assim, o local de pernoite foi o indicador da condição de rua, tendo em vista que o local onde se abrigam à noite, seja nos logradouros ou em albergues, reflete o conjunto de privações e dificuldades presentes à condição de vida na rua, ou seja, à falta de moradia fixa/permanente.

Os procedimentos de campo foram realizados dividindo-se a população em dois subconjuntos: a) moradores de rua pernoitando em albergues e b) pernoitando nos logradouros da cidade. Isto porque sabia-se, de antemão,¹³ que as condições para localizar, abordar e entrevistar os moradores de rua são significativamente diferentes nos albergues e nos logradouros da cidade. Desta forma, foram definidos procedimentos diferentes para cada um deles (Schor e Artes, 2001).

Tendo em vista tratar-se de uma população que se desloca pela cidade, sem locais de pernoite e de trabalho conhecidos, os 96 distritos municipais que hoje compõem a cidade de São Paulo foram agrupados em 9 distritos censitários¹⁴ (unidades de planejamento do trabalho de campo), com exceção de

¹² A Lei 12.316 foi regulamentada pelo Decreto nº 40.232 em 02 de janeiro de 2001, onde o artigo 8º redefine a exigência do artigo 7º da Lei: "O executivo deverá até o terceiro ano de gestão realizar o recenseamento da população de rua da Cidade".

¹³ A pesquisa de Maria Antonieta C. Vieira (1992) e as contagens de moradores de rua realizadas pela Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social em 1994, 1996 e 1998, assim como informações obtidas em instituições que trabalham com essa população deixaram claras as diferenças entre os dois subconjuntos.

¹⁴ Não guardam nenhuma relação com os distritos censitários do IBGE.

Engenheiro Marsilac e Anhangüera, onde as informações previamente obtidas apontavam a inexistência de moradores de rua nesses locais.¹⁵

Dividida a cidade em distritos censitários, foram percorridos, em cada distrito, todos os locais apontados como possíveis pontos de atração: áreas comerciais, grandes avenidas, baixos de viadutos, praças, estações de metrô, terminais rodoviários, depósitos de sucata e papelão, mercados municipais, construções abandonadas, cemitérios, prontos-socorros públicos, igrejas, "mocós", albergues, casas de convivência.

A pesquisa sócio-econômica, por sua vez, foi realizada em uma segunda etapa, no mesmo ano da realização do censo, em 2000, sendo que o levantamento dos dados foi feito através de amostragem, definida e planejada a partir das informações fornecidas pelo censo, notadamente no que se refere à distribuição espacial da "população" de rua na cidade de São Paulo.

A hipótese quanto a possíveis diferenças das características sócio-econômicas entre os moradores que pernoitam nos logradouros e os que se encontram em albergues levou à definição de duas amostras independentes. Para cada um desses segmentos, portanto, foi extraída uma amostra aleatória utilizando metodologias diferentes, adequadas às particularidades de cada um (SAS/FIPE, 2000 b).

Com base nos dados do censo de moradores de rua, constatou-se que 26 distritos da cidade de São Paulo contavam com aproximadamente 85% da população de rua adulta, com 18 anos e mais. Esses 26 distritos foram estratificados segundo critérios de proximidade geográfica, levando-se em conta, também, o tempo mediano na rua, detectado no levantamento censitário. Foi extraída uma amostra de 443 moradores de rua encontrados em logradouros, para os quais se aplicou um instrumental sócio-econômico, cujos dados dão suporte ao nosso trabalho.

¹⁵ O agrupamento desses distritos, bem como maiores detalhes da metodologia, podem ser encontrados em Silvia Schor e Rinaldo Artes, 2001, bem como nos relatório: "Primeiro Censo dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo, SAS/FIPE/2000".

Para a “população” albergada, mais conhecida e já estudada em trabalhos anteriores¹⁶, extraiu-se uma amostra de aproximadamente 100 moradores. Com base nos dados censitários, foram sorteados sete albergues, com probabilidade de seleção proporcional ao número de moradores de rua lá encontrados e não necessariamente ao número de vagas. Foram entrevistados 119 moradores de rua nos albergues, cujos dados alimentam as análises aqui realizadas.

Observa-se que questões relevantes ao tema não foram contempladas na pesquisa amostral, notadamente sobre as condições de crianças e adolescentes. Este fato se deve ao entendimento de que as especificidades dessas faixas etárias exigem tratamento, metodologia e planejamento passíveis de serem realizados apenas mediante estudo especialmente desenhado para elas. Assim sendo, os dados amostrais referem-se a sujeitos com 18 anos ou mais. O mesmo argumento se aplica à inexistência de itens sobre saúde mental e deficiência física (FIPE/SAS, 2000 b).

Desta forma, faz-se necessário destacar que o conceito que se trabalha nesta tese sobre “morador de rua” é o mesmo utilizado pela FIPE, nos referidos trabalhos realizados em 2000, embora exista uma variação deste conceito entre aqueles que lidam com o referido segmento social.

Merece destaque ainda outra observação quanto ao conceito de “população de rua”. Este termo, embora utilizado na tese, deve ser compreendido com certa cautela. Em função da multiplicidade de características pessoais (idade, cor, origem, valores culturais etc) que os moradores de rua apresentam, é difícil a utilização de uma definição unidimensional. Há nas ruas de São Paulo uma diversidade de situações encontradas para a sobrevivência física, mental e econômica, entre outras questões importantes (identificadas no Capítulo I), que nos impede de identificar os moradores de rua como sendo uma “população”, tendo em vista que este termo induz e nos leva a concebê-los de forma homogênea, quando não o são. Não é um bloco homogêneo de pessoas, são “populações” que vivem na rua, embora haja características específicas que predominem entre elas.

¹⁶ Como no livro “População de Rua – Quem é – Como vive e Como é vista”, organizado por Maria A. C. Vieira, Cleisa M.M Rosa, E. M.R. Bezerra, 1992 e “Contagens de população de rua/albergues” realizadas pela Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social em 1994/96/98.

Ressalta-se, ainda, que os dados encontrados nos capítulos estão, na medida do possível, apresentados de forma separada, identificando-se os que se referem aos moradores de rua encontrados nos logradouros e aos encontrados nos albergues, procurando-se traçar um paralelo entre eles. Em alguns momentos do trabalho, as variáveis que foram levantadas pelo censo (cor, sexo, idade e tempo na rua) são apresentadas ao lado das demais que foram obtidas de forma amostral e que se referem apenas aos moradores com idade acima de 18 anos. Outras observações, que se fizeram necessárias, se encontram nos próprios Capítulos.

CAPÍTULO I

O MORAR NA RUA: UM OBJETO DE ESTUDO EM CONSTRUÇÃO

*“Meu teto é o céu, a marquise é a minha
cama e a minha coberta é um litro de pinga”.*

***Paulo Roberto
(morador de rua)***

A primeira idéia que imediatamente nos ocorre ao pensarmos na existência de pessoas vivendo nas ruas da cidade é o *desabrigo*. O desabrigo é tipificado como um modo de vida caracterizado sobretudo pela ausência de moradia fixa (permanente), embora essa dimensão não dê conta de distinguir a variedade de formas de desestruturação residencial que se dão temporariamente ou por um tempo prolongado (Snow, 1992).

A moradia é o mundo do cidadão privado, como nos diz Kowarick (2000); é o mundo da sociabilidade primária, onde se processa a organização da unidade familiar, onde são executados ou frustrados múltiplos projetos, carregados de conseqüências materiais e plenos de significados simbólicos. Em outras palavras, é o local de ajuda mútua, brigas, rivalidades, preferências, tristezas, alegrias, aborrecimentos, planos, sonhos e realizações. É, por outro lado, abrigo contra as tempestades do sistema econômico e é também o *locus* onde se arquiteta a assim chamada estratégia de sobrevivência.

A moradia tem um significado simbólico de lar, de aconchego, de espaço privado de liberdade, de referência espacial e afetiva; enfim, de local de identidade onde se demanda um conteúdo moral que envolve a idéia de ordem legítima e privada de vida.

A "casa" é o local de referência territorial que permite as relações de vizinhança, além de ser o canal de acesso à cidadania. É a referência domiciliar que permite a obtenção de documentos de identidade, de troca de correspondências e até mesmo de acesso ao emprego, entre outras necessidades básicas.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948): "Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados e os serviços indispensáveis". Os vários depoimentos de moradores de rua que se seguem ilustram o momento de ruptura dessa condição essencial de vida:¹⁷

¹⁷ Todos os depoimentos de moradores de rua citados nesse capítulo foram obtidos na "Pesquisa de Caracterização Sócio-Econômica", realizada por SAS/ FIPE em 2000 e se referem à questão aberta que compôs o conjunto de perguntas do instrumental sócio-econômico: "Fale sobre o(s) motivo(s) que o (a) levaram a deixar sua casa, permanecendo na rua/albergue até os dias de hoje". Como esta questão não foi trabalhada em 2000, fizeram-se a tabulação e seleção das respostas para esta tese.

"Eu morava numa favela e um dia me roubaram tudo de dentro de casa e me ameaçaram de morte. Aí eu tive que vir pra rua porque eu sou sozinho e não tinha como me defender; perdi tudo o que tinha e só sobrou a rua".

(74 anos; tempo na rua: 2 anos)

"Eu não me dei na favela. Eu gosto de cachorro, eu criava cachorro e o pessoal da favela dava veneno para os meus cachorros, e também muita violência na favela, a gente assistia muitos crimes, muita gente morrendo, roubo; ou se tem uma casa que presta ou não mora em nenhuma!"

(55 anos; tempo na rua: 14 anos)

"Discutia com a minha esposa por causa de bebida e drogas (a esposa consumia), a entidade social que mantinha a vaga em pensão nos expulsou devido discussões entre nós".

(29 anos; tempo na rua: 1 ano)

"Eu tinha um barraco e morava com uma mulher, mas ela me deixou e foi morar na Bahia, vendeu o meu barraco e eu, sem documento e sem leitura, não tinha como comprar nada e vim pra rua e não consegui sair mais".

(50 anos; tempo na rua: 10 anos)

"Morava no trabalho; trabalhava de motorista de uma casa no Morumbi; morava com minha mulher e minhas filhas, duas. Aí me desentendi com minha mulher e ela foi para Sorocaba e eu fiquei aqui. Por causa da separação tive que sair do trabalho. O patrão falou: se sair um, saem os dois. Foi daí que fiquei sem um local para morar e vim morar aqui, garagem de uma casa para vender. Ainda procurei trabalho de manobrista ou motorista mas por causa da idade não arranjei nada..."

(57 anos; tempo de rua: 3 anos)

"Morava em um barraco na favela Jardim Arpoador e fui atropelada e fiquei no hospital três anos, quando sai o barraco que eu morava não tinha mais, porque fizeram o Cingapura e como o barraco estava fechado, perdi o apartamento do Cingapura com o acidente. Fiquei com problema na perna, só ando de muletas e não consegui mais emprego de doméstica. Deixei minha filha com os padrinhos e fui pra rua. O pai da minha filha só fiquei dois anos com ele e há dezessete que não o vejo. Hoje peço no farol e o que ganho não dá para alugar um lugar para morar".

(36 anos; tempo na rua: 4 anos).

"Eu era casada há dez anos e meu marido alugava uma casinha. Quando ele faleceu e eu fiquei sem emprego não consegui pagar aluguel sozinha. Hoje eu tento que sobreviver na rua do jeito que dá".

(idade: 32 anos; tempo na rua: 10 anos)

"Fui para a febre por furto (há sete anos) e quando saí de lá (há dois meses) não tinha lugar para ir".

(21 anos; tempo de rua: 2 meses)

"Fiquei doente, permanecendo um ano e meio no hospital devido a problemas ortopédicos que determinaram em infecção hospitalar. Neste período meu marido faleceu o que inviabilizou o pagamento das prestações da casa, assim sendo, quando saí do hospital já não tinha onde morar".

(55 anos; tempo na rua: 8 anos)

Outra dimensão do desabrigo envolve uma reflexão sobre o conceito de família, célula básica da mediação entre indivíduo e sociedade, que propicia o desenvolvimento de relações mutuamente afetivas e protetoras. A família é uma referência fundamental; o seu distanciamento, na grande maioria das vezes, provoca sentimento de isolamento e solidão, alterando os projetos individuais a serem alcançados. Para muitos moradores de rua, essa relação se fragilizou ou, mesmo, se rompeu.

Diversas situações foram narradas por nossos entrevistados, evidenciando que o distanciamento ou o rompimento com a família, especialmente com os pais ou entre os cônjuges, de forma involuntária ou não, gerou, em muitos casos, desequilíbrios emocionais e sociais dificultando ou mesmo impedindo o retorno ao grupo familiar e a uma condição de vida estável.

Para muitos moradores de rua, a desagregação familiar aliada à condição de escassez econômica parece ter resultado na negação da ordem instituída, produzindo um modo de existir próprio onde o fundamental é o não compromisso com o estabelecido. Os exemplos, a seguir, permitem fundamentar as idéias apontadas.

"Fui traído pela minha mulher; minha filha foi embora comigo morar na minha outra casa com a minha mãe. Depois comecei a ter desavenças com minha mãe por causa da bebida e um final de semana não fui trabalhar por que estava doente e a minha mãe me chama de preguiçoso e aí saí de casa com a roupa do corpo".

(44 anos, tempo na rua: 8 meses)

"Quando a minha esposa se tornou evangélica, ela entrou em desacordo com a vida que eu levava já que ela não gostava que eu saísse para jogar futebol com os amigos e beber. Desta forma todo domingo entrava em conflito, ela dizendo inclusive que os filhos não tinham pai. Assim sendo, saí de casa e fui morar em uma pensão, mas com o tempo o emprego acabou e o dinheiro também, indo parar na rua, mesmo tendo uma casa onde deixei meus filhos".

(40 anos; tempo de rua: 6 meses)

"Morava com a minha mãe que morava com outro homem que a espancava diariamente. A gente morava na Santa Cecília numa quitinete, mas a minha mãe morreu, o homem sumiu e não tenho mais nenhum parente, então vim para rua".

(42 anos; tempo na rua: 1 ano)

"Quando minha mãe morreu comecei a usar drogas, crack e daí fui internada porque uma pessoa me levou para uma clínica; fiquei um ano, daí fugi, porque tinha que acordar muito cedo e ia rezar e só tinha atividade lá dentro. Eu queria contato com as pessoas na rua; eles não deixavam nem namorar, eles não deixavam nem eu ir tomar um refrigerante, mesmo que fosse alguém deles junto; eles só deixavam a gente ir para igreja no domingo às 6h da manhã até as 12h30, era ruim".

(28 anos; tempo na rua: 1 mês)

"Meus pais abandonaram eu e meus irmãos porque eu bebia e meus irmãos usava drogas".

(36 anos; tempo na rua: 2 anos)

"Saudade da minha mãe, ela faleceu. Depois do falecimento da minha mãe fiquei louca, perdi o parâmetro da felicidade. Abandonei tudo. Não tenho apoio de ninguém e não quero atrapalhar ninguém, ou seja, pedir favores a outros".

(40 anos; tempo na rua: 3 anos)

"Minha mãe faleceu, meu pai casou de novo e eu não me acertei com a minha madrasta, aí falei pra ele ficar com ela e caí no mundo".

(29 anos; tempo na rua: 4 anos)

"Saí de casa depois que minha mãe morreu e meu pai colocava várias mulheres na casa. Minha irmã sofria maus tratos, minha madrasta jogava feijão quente nela.

Me desentendi com meu pai e saí para as ruas onde estou até hoje. Não pretendo voltar para lá".

(35 anos; tempo de rua: 10 anos)

"Meu pai largou da minha mãe. Meu pai foi para um canto, minha mãe para o outro. Fui para a casa de uns amigos, só que não deu mais porque ficar dependendo dos outros sem trabalhar, você sabe como é... Minhas irmãs casaram,

arrumaram a casa delas com o marido delas, aí não deu mais, eu fui para o mundão, fiquei vagando".

(20 anos, tempo na rua: 1 ano)

"A minha família era evangélica, não aceitava o meu uso de drogas. Brigava muito com eles até que resolvi sair de casa por conta própria. Vim para São Paulo morar com os primos; eles também usavam drogas tipo pedra/crack eu também com eles.

Caí em mim e resolvi pular fora. Como não tinha onde morar fiquei pelas ruas até hoje".

(26 anos; tempo na rua: 2 anos)

"Morava com meu irmão no bairro de Santo Amaro e comecei a ser perseguido pela polícia, sem ter feito nada. Um cara matou uma mulher e me acusaram de ter matado essa mulher, mas não fui eu. A polícia começou a me perseguir e me prenderam na delegacia e me deram uns remédios que me deixaram meio tantã. Quando saí da delegacia não consegui mais trabalhar direito e fiquei sem emprego. Vendi a casa com meu irmão, ele sumiu no mundo e eu fiquei na rua.

O dinheiro da casa acabou e agora vivo na rua. Perdi os meus documentos e agora não faço nada".

(46 anos; tempo na rua: 16 anos)

"Nunca tive casa na minha vida, nunca tive casa certa; morava na rua lá em Recife. Com 8 anos fui estuprado, sofri todos os tipos de violência. Com 11 anos fui para a casa da igreja, fiquei lá 5 anos e saí dessa casa e fiquei na casa de um amigo meu, depois vim para São Paulo e morava na firma que trabalhava.

Daí fui mandado embora e não tinha onde dormir, como era criança de rua não conseguia ficar mais que 6 meses na casa de ninguém, porque não tinha regras, quem tá na rua não acostuma com horários"

(22 anos; tempo na rua: 1 mês)

Assim, tanto a ausência de um "território próprio"¹⁸ como a fragilidade/rompimento dos laços familiares/afetivos colocam em risco as condições de vida físicas e psíquicas do indivíduo. Uma verdadeira ciranda de alternativas

¹⁸ Entendido não necessariamente como local onde existe a posse legal/jurídica da moradia, mas como o espaço identitário onde se desenvolvem as atividades básicas de sobrevivência física e psíquica, ou seja, um local de referência de moradia.

precárias são buscadas como abrigo, retratando um dos desafios diários das pessoas que vivem na rua, conforme se comprova pelos depoimentos que se seguem:

"Separei de minha mulher, eu achei melhor ficar longe de lá. Para eu ficar lá vendo ela todo dia não ia dar.

Aí fui para Campinas, fiquei dois anos lá e trabalhei de segurança e de lá vim para São Paulo trabalhar de vendedor ambulante e a prefeitura levou minhas mercadorias. Aí não teve mais jeito de levantar dinheiro. Fiquei assim: um dia durmo em pensão, outro dia durmo na rua".

(37 anos; tempo na rua: 1 mês)

"Morava na favela a qual recebeu pelo projeto de mutirão, construí minha casa, vivi lá por algum tempo, brigava muito com a minha mulher, é aí vendi a casa, larguei a mulher e dois filhos, gastei todo o dinheiro da venda, perdi a família e fui para a rua".

(35 anos; tempo na rua: 8 anos)

"Trabalhava de ajudante de cozinha e depois de 1996, perdi o emprego e não consegui mais nenhum emprego. Fui para os albergues e agora estou na rua sem trabalho, não consigo pagar um quarto para morar. Desde que cheguei em São Paulo que moro em pensão/quarto alugado para mim e um amigo.

Depois que perdi o emprego, não consegui mais dinheiro para morar em lugar melhor. Só morei em casa mesmo, lá em Pernambuco na casa dos meus pais, casa própria na Cohab do Cabo de Santo Agostinho".

(43 anos; tempo na rua: 4 anos)

"Problema de roubo, meu próprio enteado roubava de mim. Fui obrigado 'a dar um pau nele' que quase ele morreu; aí tive que sair de casa".

(53 anos; tempo na rua: 3 meses)

"Eu tenho filha, eu tenho de sustentar minha filha, e o meu pai e o meu companheiro não se dão bem. Eu estou trabalhando, catando papelão para poder pegar minha filha que está na casa dos meus pais e poder cuidar dela".

(20 anos; tempo na rua: 1 mês)

"Meu marido vendeu nossa casa para irmos embora de São Paulo. Ele sumiu com o dinheiro. Fui morar na favela com as crianças mas os bandidos me expulsaram duas vezes de dois barracos. Aí resolvi ir para a rua porque na rua ninguém me expulsa. Começamos a trabalhar, eu e os netos, pois os filhos também sumiram e me largaram com eles... Eu prefiro trabalhar vendendo coisas no farol e dormi aqui mesmo".

(50 anos; tempo na rua: 2 anos)

"Dormia na firma e às vezes na casa do dono desta firma. Aí brigamos, ele não tinha dinheiro para me pagar e não adiantava ele me dar só comida e lugar para dormir, queria salário. Fui morar com a minha irmã até que minha mãe apareceu e começou achar que eu namorava com a filha do meu cunhado, e era mentira. Mas minha mãe falou com meu cunhado e ele me colocou para fora. Fui para casa da minha mãe mas não dava para ficar direto lá, ela me criou e me abandonou. Aí começou altos e baixos, ficava um pouco na rua e um pouco na casa dela. Ela me ameaçava dia e noite. Eu não tinha dinheiro e ela me pressionava muito. Eu não tinha de onde tirar, só se roubasse. Chegou uma hora que resolvi ficar só na rua. Daí fui para a igreja e depois para o albergue".

(26 anos; tempo na rua: 4 anos)

A vida na rua é freqüentemente permeada por uma condição de incerteza. Não há garantias de que o que facilitou a sobrevivência hoje funcionará amanhã. Todo dia é um novo refazer em busca da sobrevivência, o que torna sua vida extremamente fragmentada. Parece ser essa situação que dá à vida das pessoas moradoras de rua um caráter distinto de outros segmentos da pobreza urbana.

Os moradores de rua não constituem uma "população homogênea". A multiplicidade de características pessoais, que esse segmento social apresenta, dificulta a utilização de uma definição unidimensional. A variedade de soluções dadas à sobrevivência e formas de abrigo, o tempo de permanência na rua, a trajetória anterior à situação de rua, a herança cultural e social (os valores vividos anteriormente) o tempo e as formas de rompimento dos vínculos familiares/comunitários, os tipos de socialização que se consolidaram na rua, a rotina espacial, o uso de substâncias químicas (álcool e/ou droga) e o seu grau de comprometimento, as condições da auto-estima, o sexo, a idade, a escolaridade e as formas de reintegração que almejam, são fatores que dificultam uma conceituação que não seja reducionista ou mesmo unifocal e nos conduz à idéia de uma tipologia dentro dos moradores de rua na cidade.¹⁹

Foram escolhidos alguns exemplos que fundamentam a multiplicidade de condições que levaram pessoas a viverem nas ruas, à diversidade de expectativas de saírem ou não dela, às dificuldades encontradas em função da idade e as determinações em função da utilização do álcool, entre outros fatores.

"Não tive nenhum problema com meus pais; saí do Rio e vim para São Paulo porque achei que devia: eu queria conhecer outros lugares. Como nunca trabalhei, não achei trabalho aqui também e tive que ficar na rua. Passei só um dia no albergue de Osasco e depois passei a morar na rua.

As pessoas me dão comida e não preciso fazer nada. Não gosto de morar na rua mas não tenho outro lugar pra ficar nem parente aqui para morar. Não sei se os meus pais moram no

Rio ainda. Faz tempo que não falo com eles".

(55 anos; tempo na rua: 6 anos)

¹⁹ Neste sentido Marcel Bursztyn (2000: 239 a 245) apresenta uma tipologia, composta por 12 grupos de população de rua em Brasília: *Catadores de lixo seco; Trabalhadores de rua (flanelinhas); Albergados; Catadores nômades; Sem lixo e sem teto, mais ou menos sedentários; Sem-lixo e sem-teto errantes; Catadores complementares; Andarilhos; Pivetes; Foras-da-lei; Hippies; Pedintes de Natal*. Segundo o referido autor, são grupos característicos, que podem ser encontrados em outras cidades, ainda que em proporções diferenciadas. Cada uma das categorias analisadas tem traços bem particulares, diferenciando-se pela sua relação com o trabalho, estratégias de sobrevivência, vinculações sociais, expectativas e visão de mundo.

Maria Antonieta da Costa Vieira (1992: 93 a 95) também nos apresenta uma tipologia a partir de situações diversificadas em relação à permanência na rua: *ficar na rua*: circunstancialmente; *estar na rua*: recentemente e *ser da rua*. O que diferencia estas situações, segundo a autora, é o grau maior ou menor de inserção na rua, que nos leva a conhecer aqueles que utilizam a rua de forma circunstancial ou os que a concebem como um modo de vida.

"Afundei-me na bebida e brigava com a minha mulher; larguei tudo e não consegui me estabelecer".

(33 anos; tempo na rua: 3 meses)

"Em primeiro lugar, deixei de conviver com minha família, por causa da bebida, desemprego. Cheguei a desanimar, fiquei um tempo bêbado, sujo. Tô nessa vida, mas tô com o pensamento firme para me levantar na vida. Meu objetivo é sair da rua. Os amigos me chamam para beber, mas não aceito. Leio livro de crente".

(35 anos; tempo na rua: 3 anos)

"Meu marido foi preso e fugiu e acharam que eu era cúmplice dele e agora a polícia anda atrás de mim, tive que sair da minha casa e só consegui ficar na rua".

(38 anos; tempo na rua: 1 ano)

"Morava com parentes que freqüentavam igreja, como bebia muito sempre acontecia intrigas, então preferi ir para a rua".

(26 anos; tempo na rua: 1 ano)

"Tinha minha casa com um companheiro (vinte e nove anos de casamento) que me abandonou por uma mulher mais jovem. Ele vendeu a casa e eu tive que ir para albergue ou rua. Não dá para morar com as filhas. Uma delas também mora nas ruas, a outra o marido bebe muito e não tem condições de se viver na sua presença. Pretendo um dia poder alugar um cômodo e sair dessa vida de albergue ou rua".

(70 anos; tempo na rua: 2 anos)

"A minha mulher tem problema de pressão alta e tiróide, diabete e quando a gente briga, ela vai parar no hospital. Eu gosto de tomar umas cachaças e quando bebo um pouco mais, a gente briga e ela passa mal e vai pro hospital. Por isso saí de casa. Isso já aconteceu outras vezes, já saí de casa várias vezes e voltei pra casa de novo. Deixo as coisas acalmar e volto".

(27 anos; tempo de rua: 2 meses)

"Eu morava no Rio, num barraco em uma favela do Rio de Janeiro. Fiz um negócio com o barraco e peguei o dinheiro e vim para São Paulo. Chegando aqui não deu pra comprar nem um outro barraco. Morei em alojamento das construções que eu trabalhei. Já faz muito tempo que não consigo trabalho de pedreiro, faz mais de três anos que não consigo. Documento não tenho e sem documento ninguém te dá trabalho. O que ganho olhando carro e pedindo no farol, mal dá pra comer e tomar pinga".

(58 anos; tempo de rua: 29 anos)

"Aconteceu um crime lá no bairro que moro e mataram meu amigo e os caras que mataram meu amigo me ameaçaram e por isso eu saí de casa e estou dando um tempo para me preservar e proteger minha família".

(47 anos; tempo de rua: 1 mês)

"Não tive problema com a família. Por opção minha eu saí de casa para tentar fazer a independência financeira e não consegui e pelo orgulho eu não volto pra casa. Mas se não tiver jeito eu vou acabar voltando. Se me aceitarem. O meu problema de saúde me fez vir para São Paulo atrás do Hospital das Clínicas procurar tratamento e acabei ficando é só. Quero voltar para casa quando estiver cem por cento".

(29 anos; tempo na rua 2 anos)

A grande maioria da população de rua persegue regularmente um leque de estratégias para a sobrevivência, mobilizando-se espacialmente na cidade, dentro de um raio de ação delimitado, previamente conhecido e escolhido por cada um, com os quais possuem alguma afinidade, em função de atender suas necessidades básicas, quer de obtenção de rendimentos monetários, quer de alimentação, de vestuário, de higiene etc.⁹ É, portanto, uma "população móvel e heterogênea que circula não só geograficamente, mas também em função de condições econômicas, culturais e sociais diferenciadas".

Nem todos circulam pela cidade da mesma forma. Alguns preferem andar só e outros acompanhados. Os andarilhos²⁰, por exemplo, têm um menor envolvimento com seus pares, pois buscam um estilo de vida solitária, enquanto que outros preferem caminhar em grupo para reduzir o risco de agressões a que estão sujeitos ou até mesmo para não serem detidos. Confirmando essa idéia nos disse Antonio, um dos nossos entrevistados:

"Gostaria de estar em casa numa boa, mas como meu padrasto não me aceita por ciúmes, tenho que ficar na rua mesmo. A vida da rua é perigosa mas quando se vive em grupo um defende o outro, além dos cachorros que também nos defendem"

É uma população que se fundamenta no seu próprio mundo, em que todos partilham de um destino singular: o de ter que sobreviver nas ruas, embaixo de viadutos e marquises, em albergue, enfim nos espaços públicos da cidade. As ruas são as suas casas.

É, sem dúvida, um mundo social que não foi escolhido pela grande maioria deles, pelo menos não inicialmente, mas para o qual foram empurrados por circunstâncias fora de seu controle. A falta de trabalho, ou seja, de rendimento monetário, parece ser uma das variáveis fundamentais nesse processo, embora não exclusiva. Os exemplos, a seguir, demonstram esse pressuposto:

"Trabalhei numa obra como ajudante de pedreiro. A obra acabou e fiquei sem trabalho, aí não deu para pagar aluguel, aí comecei a vender refrigerante, mas o dinheiro era pouco. Eu vendi refrigerante mais no verão e no inverno não dava para ganhar quase nada. Comecei a catar lata e morar no depósito onde vendo as latas. No depósito não pago aluguel".

(59 anos; tempo na rua: 16 anos)

"Houve corte de funcionários na empresa, fiquei sem emprego e nunca mais consegui um emprego fixo".

(25 anos; tempo na rua: 4 anos)

²⁰ Em função dos deslocamentos contínuos, os moradores de rua além de andarilhos são também chamados de nômades, *trecheiros*, nômades urbanos, itinerantes e outros. Diferentes denominações podem ser encontradas em Cleisa M. M. Rosa (1999, anexo I).

"Vim buscar emprego. Consegui, mas quebrei a perna e não pude trabalhar mais e perdi o emprego. Fiquei morando com um amigo 1 ano e 2 meses e depois não consegui mais emprego e resolvi catar latinha".

(43 anos)

"Eu trabalhava de pedreiro na construção de um presídio em Franco da Rocha e quando acabou a construção em dezembro de 1999 não consegui encontrar outra obra e tive que entregar a casa. Foi daí que vim para a cidade de São Paulo e comecei a catar latas e como o dinheiro de catar latas é pouco não dá pra pagar aluguel, fiquei morando na rua".

(44 anos; tempo de rua: 1 ano)

"Estou na rua por necessidade, por desemprego. Deu enchente onde eu morava e a Prefeitura removeu e desde então estou na rua".

(32 anos; tempo na rua: 5 anos)

"Mataram meu pai no Rio de Janeiro. Minha mãe veio comigo tentar a sorte aqui em São Paulo, mas não deu, nem ela nem eu. Só perco. Ordem e Progresso só vejo em palavras. Na minha cabeça, no meu estômago, não vejo Progresso".

(46 anos; tempo na rua: 14 anos)

"Em 1983 me separei da minha mulher porque ela não gostava que eu bebesse e como não conseguia parar de beber ela foi embora pro nordeste. Como eu já trabalhava em construção civil, fui morar no alojamento do trabalho. Passava de uma obra para outra. Quando acabou a obra fiquei sem lugar para morar e sem trabalho, isso na época do governo Collor. Foi daí que fiquei sem lugar para morar e sem dinheiro para pagar aluguel. Fui pro albergue e depois na rua mesmo".

(43 anos; tempo de rua: 8 anos)

"O local onde eu trabalhava fechou e fiquei sem emprego. Enquanto o dinheiro deu usei pensão, quando o dinheiro acabou vim pra rua e não consigo sair mais, perdi meus documentos e nenhuma firma me contata, agora já estou velho e sujo, quem vai me dar emprego?"

(53anos; tempo de rua: 17 anos)

"Fui despedido do Barateiro onde trabalhei 8 anos, voltei para Alagoas, comecei a comprar gado e comecei a ser roubado. Os negócios não iam bem. Voltei para São Paulo com a ilusão de emprego. Mas não como antigamente, as firmas estavam exigindo cursos, especialização. Antes se conseguia emprego.

Dormi em pensão, fazia bico, mas os bicos foram ficando fracos, não consegui mais pagar a pensão".

(39 anos; tempo na rua: 1 ano)

"Começou a diminuir minhas vendas financeiras no Plano Collor. Diminui a clientela da Serralheria. Ninguém tinha mais dinheiro para gastar. A minha ex-esposa teve problema de depressão e vendi minhas máquinas para tratar dela. Começou a desarmonia. Todos os dias dava R\$ 30,00 para ela. Ela disse ou eu ou você na casa. A esposa permaneceu. Me procurou mas não ligo. Não dou o braço a torcer. Quero depender só de mim. Minha mulher é muito esquizofrênica".

(56 anos; tempo de rua: 6 anos)

"Fiquei desempregada, falta de grana total, falta de uma ajuda de qualquer outra pessoas nesse mundo que a gente vive. Ninguém nem sabe que a gente existe, então a gente vai ficando aqui na rua".

(20 anos; tempo na rua: 7 anos)

Outro aspecto na compreensão da caracterização dessa população nos é dado por Vieira (1992), através da análise que faz das situações diferenciadas em relação à permanência na rua:

MEIA 92/03/94

*"Ficar na rua reflete um estado de precariedade de quem, além de estar sem recursos para pensão, não consegue vaga em albergue. **Estar na rua** expressa a situação daqueles que, desalentados, adotam a rua como local de pernoite e já não a consideram tão ameaçadora.*

*Começam a estabelecer relações com pessoas da rua e conhecer novas alternativas de sobrevivência. **Ser da rua...** a rua se torna espaço de moradia de forma praticamente definitiva, ainda que ocasionalmente possa haver alternância com outros lugares de alojamento, como pensões baratas, albergues, depósitos de papelão e casas de parentes. Neste contexto a rua ganha cada vez mais importância".*

Estas condições trazem diferenças marcantes entre aqueles que fazem da rua a sua moradia. O tempo de rua se torna uma variável central, uma vez que quanto maior a inserção nas redes sociais constituídas na rua, o horizonte de saída dela fica mais difícil e, portanto, mais distante. Novos hábitos passam a ser incorporados, os códigos são decodificados e até mesmo o medo e a vergonha que inicialmente existem, se enfraquecem ou mesmo deixam de existir.

Quanto mais tempo na rua, mais as memórias do passado desaparecem gradualmente, sendo substituídas por novas experiências que se diferenciam em muito das vividas até então. Da mesma forma que o passado e o presente vão se tornando desvinculados um do outro, também as relações do presente com o futuro perdem continuidade e clareza. Em última instância, passado e futuro se aniquilam no presente, sendo a vida reduzida na dimensão do hoje, do aqui e do agora, onde não há um amanhã programado.

As relações entre os moradores de rua são impregnadas de uma combinação paradoxal de isolamento e sociabilidade. A vida se caracteriza, de um lado, pelo convívio fácil e de estabelecimento de amizades, mas, por outro, tende a se caracterizar por relações superficiais e instáveis, que podem ser explicadas, em parte, pelo alto grau de mobilidade que a própria vida na rua determina. São, muitas vezes, considerados perigosos e estigmatizados como risco à segurança pública. O preconceito se expressa de várias formas e em vários níveis: são considerados vagabundos, mendigos, perigosos, vadios, sujos ou mesmo ignorados pela

sociedade. Contudo, a reação da sociedade civil é paradoxal em relação à "população de rua": iniciando-se por diferentes formas de assistencialismo e caridade, passando pela omissão e pelo descrédito e chegando à repressão.

A vida na rua é influenciada por uma espécie de código moral que serve como um guia para a elaboração de comportamentos e relações interpessoais. Esses códigos não determinam o conteúdo da ação social mas fornecem orientações para a elaboração de rotinas comportamentais.

Embora convivendo em uma cidade que abriga ao mesmo tempo uma cultura de massas e uma cultura popular, que se interferem e se excluem, os moradores de rua parecem construir, em meio a esse jogo dialético, uma forma própria de conceber a situação de moradia na rua. Milton Santos (1992) afirma que a "cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um re-aprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido através do processo de viver".

Nesse sentido, o cotidiano é também o lugar da descoberta e, portanto, onde os sujeitos podem se recusar a reproduzir como certos os comportamentos impostos pela sociedade de massas, embora, como diz Heller (1972), a vida cotidiana seja absolutamente pragmática.

"Viver na rua não significa necessariamente viver sem dinheiro, mas em grande parte, significa adquirir o essencial à sobrevivência sem passar pelo mercado. Não significa a eliminação do trabalho, mas o abandono do compromisso constante e cotidiano do emprego, substituído por outras formas de trabalho, como os bicos, a coleta e venda de material reciclável etc." A população de rua tem uma característica peculiar: a de não ser assimilada pelo mundo oficial (Vieira, 1992).²

Geralmente as pessoas que vivem na rua se culpam pela situação em que se encontram chegando mesmo a ocultarem o sonho de construir família, de terem emprego regular e moradia, tendo em vista que não se consideram merecedores destes direitos, chegando mesmo a omitir dos parentes sua condição de morador de rua.

"Morava com a família e fiquei desempregado; saía todos os dias para procurar trabalho mas não encontrava, então ficava com vergonha de minha família, das minhas filhas e genros e fui ficando na rua e não tenho coragem de ir pra casa, principalmente agora que estou sujo, bêbado e acabado; eles nem sabem onde eu vivo".

(54 anos)

"Não sei o que me deu ... é que eu bebo e meu filho fica enchendo o saco e eu saí de casa. Meu irmão não sabe que moro na rua, eu falo pra ele que moro em pensão".

(52 anos; tempo na rua: 4 meses)

"Vim para São Paulo tentar a vida, não consegui nada, só me tornar alcoólatra; fiquei com vergonha de procurar a família e tô na rua".

(45 anos; tempo na rua: 3 anos)

"Briguei com meu pai, me deu um murro, fiquei humilhado e resolvi tentar a vida. Eu respondia demais e não deixava ele falar comigo, acho que estava certo, mas mesmo assim, naquela época, preferi sair. Saí e nunca mais voltei, agora estou tentando ganhar a vida. Estou tentando o exército, mas parece que não vou conseguir. Eu achava que não precisava mais da minha família. Eu só quero conversar com eles quando estiver em condições melhores, para ele não ver como estou".

(18 anos; tempo na rua: 1 ano)

A compreensão da vida de rua exige o exame das restrições institucionais, políticas, ecológicas e morais que afetam as respostas adaptativas que os moradores de rua criam a fim de sobreviverem (Snow, 1998). O atendimento de saúde, alimentação, higiene, trabalho, abrigo é limitado na cidade, sendo, na maioria das vezes, de cunho pontual e assistencialista, não permitindo condições de reabilitação ou (re)integração na vida social a que todos têm direito. Falas de moradores de rua identificam essa limitação:

"Estava em Santos onde fiquei durante 14 anos, depois vim para São Paulo trabalhar; aluguei uma casa para morar. Um dia quando ia indo para o serviço de manhã, sofri um acidente (um caminhão passou por cima e fiquei sem o pé). Fui para o Hospital e fiquei 4 meses, depois fui levado para albergue. Fico mais no albergue, mas de vez em quando também fico na rua. Não consegui mais sair dessa vida. Os irmãos que tenho, me deixaram de lado. Fui praticamente abandonado no albergue todo deformado por causa do acidente que sofri"

(41 anos; tempo no albergue e na rua: 1 ano)

"Quando tinha casa (no Rio Grande do Norte) fui roubado várias vezes e quando vim para São Paulo não tive condições financeiras para ter uma casa. Não consigo viver em albergue porque eles não aceitam sempre as pessoas lá.

Tenho medo de ter uma casa só e ser roubado por ser cego, prefiro ficar na rua".

(38 anos; tempo na rua: 2 anos)

"Fui rejeitado pela minha mãe que me espancava. Com 8 anos fui morar com uma família adotiva. Fiquei com essa família até os 14 anos. Depois fui morar com uma madrinha. Vim para São Paulo com 15 anos, tive um crise de asma e fui parar no hospital. De lá me mandaram para a FEBEM (fiquei em várias unidades). Quando saí fui para a rua".

(25 anos; tempo na rua: 4 anos)

Qualquer que seja o modo como os moradores de rua lidam com a questão existencial eles enfrentam, ao estabelecerem interações com outros sujeitos, a necessidade da identificação, pois, como aponta Snow (1992), "a interação entre dois ou mais indivíduos requer minimamente que eles sejam situados ou colocados como objetos sociais, ou seja, identidades específicas devem ser estabelecidas."

As experiências de vida na rua, como em todo tipo de conformação social, propiciam a construção da subjetividade que engendra uma identidade, tendo em vista que esta é construída no plano simbólico da cultura, no reconhecimento de

uma realidade compartilhada, a realidade de outros e também com o objeto que é o mundo.

Conforme Jovchelovitch (2002), é a referência do mundo que garante a natureza criativa da atividade simbólica, de tal forma que a experiência de um, ao se mesclar com a experiência de outros, cria, continuamente, a experiência que constitui a realidade de todos. Neste sentido, o Outro generalizado é que dá ao sujeito sua possível unidade enquanto Eu, e não há possibilidade de um desenvolvimento do Eu sem a internalização de Outros. Segue desta idéia a importância de uma comunidade: ela evidencia um Nós necessário para a constituição de cada ser humano, atestando que vidas privadas não surgem a partir de dentro, mas sim de fora, isto é, em público.

Nessa direção, Émile Durkheim, ao analisar a relação entre indivíduo e sociedade, aponta que, na medida em que o indivíduo participa da vida social, naturalmente supera-se a si mesmo. O social envolve uma dinâmica que é diferente de um agregado de indivíduos.

A alteridade, ou a diferença objetiva do mundo externo, fornece ao sujeito social as referências e os significados em relação aos quais a subjetividade emerge, se sustenta, e, se for o caso, se defende. A identidade do interno sempre emerge em relação à identidade do externo; é quando o sujeito é capaz de reconhecer, acessar, avaliar e mesmo rejeitar o externo, que ele pode reconhecer quem é. E, ainda assim, para ser o portador de uma identidade, o sujeito precisa reconhecer aquilo que ele não é, mais do que isso, vai ter que estabelecer uma relação com aquilo que ele não é. (Jovchelovitch, 1998).

Por outro lado, identidade, tal como é analisada por Sawaia (1995), cuja idéia compartilhamos, "não é uma substância dada que se mantém, ao longo de uma existência, imutável e idêntica a si mesma, mas um devir, um processo de confronto entre igualdade e alteridade. Representar-se a si e aos outros não é cristalizar-se num conjunto imutável de características. É repor-se, transformando-se. É diferenciar-se e igualar-se em novas ações e relações. Um mesmo espaço contém o "estar junto e o "estar discriminado", a exclusão e a inclusão, a autonomia e a heteronomia."

Nesse sentido, pensar na identidade das pessoas que vivem nas ruas de São Paulo torna-se um grande desafio. A heterogeneidade de suas características, conforme já mencionado, dificulta tal análise. Uma primeira possibilidade, e talvez a mais fácil, é pensar a identidade dessas pessoas a partir do modo como é atribuída por outrem, no caso, a sociedade. Nessa dimensão, os moradores de rua são situados como objetos sociais, aos quais são atribuídas identidades sociais, que contêm, geralmente, um caráter de piedade ou rejeição.

A identidade pessoal, construída no processo de interação na rua, parece refletir as identidades altamente estereotipadas e estigmatizadas atribuídas pela sociedade. Nas relações dominantes prevalece o culto à diferença, gerando o medo, a indiferença e o repúdio por todos aqueles que se encontram fora dos padrões criados e desejados.

Assim, muitos moradores de rua vivenciam uma representação entre o mendigo e o trabalhador e, com medo do futuro e da estigmatização social, preferem não integrar-se e nem identificar-se com a cultura da rua, buscando preferencialmente um abrigo em albergues. Outros, através do álcool, das drogas, enfim, de todo tipo de artifício, procuram um distanciamento da realidade cruel a que estão mergulhados e uma parcela parece reconhecer uma identidade na rua, fazendo dela o seu presente, sem perspectivas de futuro.

A procura da auto-estima e o resgate do Eu são traços que, segundo Snow (1992), fazem parte da experiência de viver nas ruas; a tentativa de extrair e manter uma idéia de sentido e valor próprio parece crítica para a sobrevivência e o único fio que permite àqueles que estão situados no nível mais baixo de "exclusão social", é resgatar sua humanidade.

Assim, a condição limítrofe da situação de "excluído" que se verifica empiricamente no cotidiano das pessoas que moram nas ruas da cidade, dos que estão "sem lugar no mundo", totalmente desvinculados ou com vínculos tão frágeis e efêmeros que não constituem uma unidade de "pertencimento", é parte de uma trajetória composta por situações variadas de extrema vulnerabilidade. São vidas de pessoas desvinculadas no sentido material e afetivo, e, no campo simbólico, são

marginalizadas, discriminadas e negadas (Escorel, 2000), que transformam o espaço público em seu universo de vida e de sobrevivência privada.

Todas as questões apontadas revelam a dificuldade em se definir, de forma unidimensional, o conjunto de pessoas que vivem nas ruas de São Paulo. Há uma infinidade de conceitos que variam de país para país ou mesmo entre cidades, em função, principalmente, dos objetivos e recursos das políticas públicas voltadas para esse segmento social.

⁸ A “população de rua”, segundo Schor e Artes (2001), pode ser definida de forma abrangente ou de maneira restrita. “Quando definida de maneira ampla, inclui pessoas, que, sem moradia, pernoitam nos logradouros da cidade, nos albergues ou qualquer outro lugar não destinado à habitação. Pode compreender, também, pessoas ou famílias que, tendo perdido sua moradia por despejo, encontram-se alojadas provisoriamente em abrigos públicos, privados ou morando em domicílios de terceiros. É possível incluir, ademais, as famílias residindo em habitações precárias de qualquer espécie. No Brasil, a definição mais ampla incluiria, assim, não apenas os albergados e a população que pernoita nas ruas, mas também os moradores de cortiços e favelas, dada a precariedade de seus domicílios”.⁹

Adotou-se, neste trabalho, a definição mais comumente usada nas pesquisas já realizadas no Brasil e em São Paulo e a utilizada pela FIPE, que contém, entre outros fatores, indicadores que expressam a realidade das condições de vida desse segmento social na cidade de São Paulo.

⁹ Nas mais diversas expressões, “população de rua”, “povo de rua”, “moradores de rua”, “mendigos”, *trata-se de um segmento de população de baixíssima renda que por, contingência temporária ou de forma permanente, estão habitando os logradouros públicos da cidade (praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto), áreas degradadas (galpões e residências abandonadas, edifícios em ruínas, carcaças de veículos etc) ou ainda, eventualmente, pernoitam em albergues públicos ou privados em “camas quentes”, alugadas. Portanto, o lugar de pernoite é tomado como indicador da condição de rua, em que reflete o conjunto de privações e dificuldades presentes nessa condição.* (Simões Jr., 1992).¹⁰

Os migrantes recém chegados à cidade e as pessoas ou famílias recém-desempregadas ou que perderam suas casas por despejo ou por outros motivos se vêem, também, obrigados a enfrentar a realidade de rua, embora esperam sair dela o mais rápido possível. Procuram diretamente a assistência social em busca de auxílio e geralmente pernoitam em albergues oferecidos pelo poder público e por agentes privados. Após certo tempo, alguns conseguem sair da rua, outros, no entanto, permanecem por período mais longo e acabam convivendo e sobrevivendo das estratégias que a cidade oferece. Por serem nômades, sem domicílio fixo, não são contados e, portanto, inexitem nas estatísticas oficiais, muito embora estejam crescendo, de forma preocupante, nas cidades.

No início dos anos 90 do século XX, quando ocorreu o primeiro estudo e pesquisa de "população de rua", realizada pela Secretaria Municipal de Bem-Estar Social, abrangendo parte da cidade de São Paulo²¹, foram contadas 3.392 pessoas vivendo nas ruas da cidade e 460 em abrigos e albergues.

Em 2000, foram identificadas 8.706 pessoas moradoras de rua em São Paulo sendo 5.013 encontradas nos logradouros da cidade e 3.693 em albergues públicos e privados. Estes números são resultado do primeiro censo de população de rua, realizado no Município de São Paulo, pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS, através da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

Embora esses dois trabalhos não possam ser comparados entre si, em função das diferenças metodológicas, bem como das áreas de abrangência, sem dúvida sinalizam um crescimento desse fenômeno na cidade, nos últimos anos.

No intervalo dos dois referidos trabalhos, em 1994, 1996 e 1998, a Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social - FABES - realizou novas contagens de moradores de rua, com metodologias semelhantes que permitissem comparações cujos resultados podem ser visualizados no quadro a seguir:

²¹ A pesquisa abrangeu as regionais da Sé, Lapa e Pinheiros e parte das regionais da Mooca, Penha, Ipiranga, Vila Mariana e Santana.

QUADRO 1

Quantificação da População de Rua na Cidade de São Paulo – Anos 90

ANO	COBERTURA	LOGRADOUROS	PONTOS DE PERNOITE	ALBERGUES	TOTAL
91	Município/parcial	3.392	329	460	3.852
94	Município/total	2.800	473	1.749	4.449
96	Município/total	3.421	525	1.913	5.334
98	Município/total	3.037	625	3.416	6.453
2000	Município/total	5.013	2.384	3.693	8.706

Fonte: SAS/FIPE/2000

Estes dados sugerem que entre os anos 1991 e 2000, considerados os limites quanto às diferenças metodológicas e áreas de abrangência dos levantamentos realizados, a população de rua em São Paulo cresceu muito mais que a população total da cidade, que teve um crescimento de 8% no referido período.²²

Comparando-se o total de moradores de rua no município de São Paulo em 2000 (8.706), com o de Belo Horizonte em 1998 (916)²³, Porto Alegre em 1999 (437)²⁴ e Rio de Janeiro em 1999 (3.535),²⁵ São Paulo é a cidade que abriga a maior quantidade de pessoas morando nas ruas, apresentando características específicas em função dos perfis da “população de rua”, dos espaços em que ela se concentra, dos tipos e locais de serviços a ela oferecidos, das estratégias que encontra para a obtenção de renda monetária e atendimento de suas necessidades básicas.

Assim, o fenômeno dos sem domicílio, dos sem teto, sem abrigo, etc vem ganhando forte visibilidade social nas áreas urbanas, desde os anos oitenta e se ampliando nos anos noventa, fazendo parte, cada vez mais, dos programas públicos de ação social, de projetos universitários, de ONGS, de entidades religiosas e assistenciais, entre outros, das grandes cidades brasileiras.

²² A população da cidade de São Paulo em 1991 é de 9.646.185 pessoas e em 2000 é de 10.435.546 habitantes, segundo dados dos censos do IBGE dos respectivos anos.

²³ Conforme dados da Secretaria Municipal de Planejamento de Belo Horizonte: “O 1º censo de população de rua de Belo Horizonte”, 1998.

²⁴ Segundo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre população de rua (NESPRua): “Pesquisa das Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de rua em Porto Alegre”, 1999.

²⁵ Cf. Rodrigues e Silva Filho (1999) apud Sarah Escorel (2000:149). Estes dados referem-se ao total de pessoas que moram nas ruas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

No Brasil, sem dúvida, os moradores de rua expressam uma situação limite de pobreza, provocada por uma trajetória perversa de inclusão social, que acarretou falências e desvinculações sociais, conduzindo à precarização de suas condições de vida, na qual não encontraram suporte nem no âmbito privado e nem tão pouco no público, para que pudessem reagir, embora pela Constituição Brasileira, todo cidadão tenha direito à uma vida “digna”.

CAPÍTULO II

EM BUSCA DE UMA CATEGORIA ANALÍTICA: UM DEBATE SOBRE OS CONCEITOS DE DESIGUALDADE - POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

“A ambigüidade inerente ao conceito de exclusão abre a possibilidade de suplantar os vícios do monolitismo analítico, que orientam as análises da desigualdade social. Grande parte dessas enfocam apenas uma das características em detrimento das demais, como as análises centradas no econômico, que abordam a exclusão como sinônimo de pobreza, e as centradas no social, que privilegiam o conceito de discriminação, minimizando o escopo analítico fundamental da exclusão, que é o da injustiça social”.

Bader B. Sawaia (1999)

Este capítulo introduz uma discussão sobre os conceitos de desigualdade, pobreza e exclusão social, atualmente muitas vezes confundidos entre si, apontando as possíveis relações e divergências que contêm e os alcances e limites que traduzem para a compreensão da realidade dos moradores de rua em São Paulo. Justifica-se tal discussão tendo em vista que se reconhece que os elevados níveis de pobreza que atingem a sociedade, em especial a que se encontra na rua, encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, na perversa distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social, sendo a pobreza uma face fundamental da exclusão social.

Os termos desigualdade e pobreza, embora próximos, são distintos um não implicando necessariamente no outro. Um país pode ter um elevado índice de desigualdade na distribuição mas não apresentar pobreza. De outra forma, as famílias de uma sociedade podem auferir a mesma renda *per capita*, com um grau de desigualdade pequeno entre si, mas todos serem pobres, tratando-se aqui da pobreza absoluta.

"Desigualdade social refere-se à distribuição diferenciada, em uma escala de mais ou menos, das riquezas materiais e simbólicas produzidas por uma sociedade e apropriadas pelos seus participantes".

(Nascimento, 2000)

O Brasil teve um desenvolvimento econômico colonial com uma enorme concentração de propriedade privada fundiária e importação maciça de mão-de-obra escrava em que a existência da desigualdade sempre foi notada. Não se pretende aqui analisar a literatura sociológica sobre as diferenças, contrastes e desigualdades no país, desde a sua formação, mas vale lembrar que a desigualdade social sempre foi uma marca na sociedade brasileira, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos "incluídos" é distinta da dos "excluídos" e, em decorrência, são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes de vida.

A metropolização da pobreza, a cristalização de uma camada de pobres estruturais, a acentuação da desigualdade e a concentração de renda nos

estratos superiores de rendimentos caracterizam um padrão contemporâneo de pobreza e das desigualdades sociais.

Para alimentar essa discussão, coloca-se a seguinte questão: quais são os principais determinantes da desigualdade de renda no Brasil?

Segundo Ferreira (2000:135) as causas de uma distribuição desigual de renda pertencem a cinco grupos de fatores. "O primeiro é a existência de diferenças entre indivíduos no que diz respeito às suas características natas como raça, gênero, inteligência e/ou riqueza inicial. O segundo é a existência de diferenças entre indivíduos no que diz respeito a características adquiridas como nível educacional, experiência profissional etc".

O terceiro grupo se refere aos mecanismos pelos quais o mercado de trabalho, principal canal de transformação das características individuais em renda, age sobre os dois grupos citados de características, transformando-as em diferenças no rendimento do trabalho. Esse grupo, por sua vez, se divide em três canais também conceitualmente distintos: por *discriminação*, entende-se a diferença de remuneração entre dois postos de trabalhos idênticos, ocupados por trabalhadores com produtividade idêntica, com base em alguma característica observável, cujo efeito sobre a produtividade daquela combinação de posto e trabalhador seja nula: sobressaem-se a raça e gênero do trabalhador; por *segmentação* entende-se a diferença de remuneração entre dois postos de trabalho distintos, ocupados por trabalhadores idênticos com base nas características dos postos de trabalho, apesar de as produtividades daquelas combinações de posto e trabalhador serem idênticas. Assim, por exemplo, diz-se haver segmentação regional quando dois postos iguais, ocupados por trabalhadores iguais, geram remunerações distintas em diferentes regiões geográficas do país e, analogamente, para segmentação setorial ou entre segmentos formais e informais do mercado de trabalho; projeção é a geração de retorno às características observadas do trabalhador, dado o posto de trabalho. Dessa forma, o perfil salarial da educação projeta anos de escolaridade no espaço renda. O perfil salarial da experiência projeta anos de experiência profissional no espaço renda. A projeção completa é,

naturalmente, multidimensional, relacionando renda a todas as características observáveis do trabalhador, de forma a gerar seu salário real.

O quarto grupo de fatores refere-se ao segundo grande grupo de mercados de fatores de produção, os mercados de capital. Na medida em que estes mercados sejam imperfeitos, apresentando-se, por exemplo, segmentação no acesso ou no preço do crédito, ou de apólices de seguros e, dado que seguros e créditos podem determinar a inserção do indivíduo em diferentes ocupações produtivas, ocorre que as imperfeições desses mercados também afetam a geração de renda e, portanto, sua distribuição.

O quinto grupo de fatores é basicamente demográfico, incluindo decisões de formação de domicílio (escolha de parceiros), de fertilidade (número de filhos), de coabitação (moradia com pais, avós) ou separação domiciliar. Considerem-se, por exemplo, duas sociedades com distribuição de renda por perceptor idênticas, sendo porém que, na primeira, casais tendem a formar-se entre pessoas ricas e pobres, enquanto que na segunda o homem mais rico tende a casar-se com a mulher mais rica e assim por diante. As distribuições de renda serão claramente distintas. Segundo o referido autor, empiricamente a importância dos fatores demográficos para a distribuição de renda brasileira é amplamente confirmada”.

A noção de pobreza, por sua vez, reflete situações mais estáveis de acúmulo de privação absoluta ou relativa e traduz, em um plano estrutural, as distâncias sociais e econômicas entre os grupos de uma sociedade. Dessa forma, a associação entre pobreza e desigualdade não é totalmente desprovida de sentido: tanto a conceituação de privação absoluta como a relativa refletem comparações entre situações desiguais: de uma lado populações mais carentes e, de outro, segmentos de maior renda.

"Pobreza (absoluta) é definida como situação em que se encontram membros de uma determinada sociedade de despossuídos de recursos suficientes para viver dignamente, ou que não têm as condições mínimas para suprir as suas necessidades básicas. Vida digna e necessidades básicas constituem, sempre, definições sociais e históricas, variando, no entanto, no tempo e no espaço".

Nascimento (2000)

A pobreza com privação absoluta significa, portanto, o afastamento de um referencial, medido em termos de renda, necessário à manutenção da sobrevivência física de um indivíduo. Essa visão é conhecida, também, como a abordagem biológica, ou seja, a percepção absoluta da pobreza está relacionada com o estabelecimento de padrões mínimos de necessidades ou níveis de subsistência, abaixo dos quais as pessoas são consideradas pobres.

No entanto, a palavra "necessidade" contém uma armadilha e é carregada de subjetividade: cada cidadão de uma sociedade é um "indivíduo determinado" dentro de um "conjunto determinado". A referência das necessidades e/ou carências refere-se a valores e, portanto, não significa uma determinação mecânica e nem fácil de ser estimada. Sabe-se que não é trivial definir o que sejam necessidades básicas e que, para se traçar um retrato relativamente fiel do quadro de pobreza em uma sociedade, é preciso levar em conta outros conceitos como, por exemplo, o de pobreza relativa.

A abordagem da pobreza como privação relativa considera pobre a parte da população desprovida de recursos disponíveis para a maioria. Enfatiza a idéia de comparação situacional do indivíduo em termos da posição que ocupa na sociedade em relação a seus semelhantes. Nota-se que a percepção da pobreza como conceito relativo se aproxima bastante da desigualdade na distribuição da renda.

Não há dúvida, portanto, que qualquer estudo de pobreza deva ter algum conteúdo relativo, pois a carência é indubitavelmente a resultante das forças que definem o contexto sócio-econômico em que ela ocorre e tem que ser julgada

em termos comparativos, dentro de padrões sociais vigentes, não podendo ser analisada fora de uma referência à sociedade em que se situa e da dimensão de riqueza que tal sociedade possui (Romão, 1993).

Assim sendo, a pobreza não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, pode-se afirmar que ela se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico (Barros, Henriques, Mendonça, 2000).

Desse modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida *invariante*, no tempo, das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a essa medida e, portanto, pretende ser o parâmetro que permite a uma sociedade considerar como pobres todos os indivíduos que se encontram abaixo do seu valor.

A pobreza na sua dimensão particular (simplificada) é considerada como insuficiência de renda, isto é, há pobreza apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas. A linha de indigência, endogenamente construída, refere-se somente à estrutura de custos de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo. A linha de pobreza é calculada como múltiplo da linha de indigência, considerando os gastos com alimentação como parte dos gastos totais mínimos, referentes, entre outros, a vestuário, habitação e transportes (Barros, Henriques, Mendonça, 2000).

As linhas de pobreza que têm sido traçadas tentam mensurar a renda necessária para que, dados os hábitos da população de uma sociedade e os preços vigentes, os indivíduos possam usufruir de uma vida considerada socialmente saudável. Como as sociedades são diferentes, os elementos utilizados para determinar o corte entre pobres e não-pobres devem também diferir de acordo com os costumes, expectativas e hábitos de cada comunidade. Isso acarreta um problema para comparações entre países ou mesmo entre regiões muito

diferenciadas e, assim, a definição de pobreza que terá efetividade será aquela que cada sociedade considerar razoável. Essa forma de divisão da sociedade em pobres e não pobres envolve dimensões conceituais, culturais e políticas, carregando intrinsecamente um certo grau de arbitrariedade.

A informação que uma linha de pobreza fornece é um retrato de uma situação em um determinado momento do tempo, ou seja, uma abordagem basicamente estática. Ela nada informa a respeito dos elementos que levaram a esse quadro e nem sempre sobre qual deverá ser essa imagem no futuro. Por essa razão, a linha de pobreza parece ser insuficiente como indicador social, apesar de importante por ser o padrão atual de desenvolvimento excludente (Dupas, 2001).

Amartya Sen (2000), por exemplo, em vez de se fixar nessa dimensão estática, propõe investigar a pobreza e as grandes tragédias relacionadas à fome pela abordagem que se volta para as estruturas prevaletentes na sociedade e procura ver, no caso da pobreza e, principalmente, nos episódios de fome aguda, o que aconteceu com essas estruturas que teria levado a uma situação limite. As análises sobre pobreza que utilizam medições de limites de linhas de pobreza, segundo o autor, não contemplam a distribuição de renda entre os mais pobres, falseando o tipo de políticas que deveriam ser assumidas para combater a pobreza justamente por não visualizarem os processos de transferência de renda de frações pobres para outras menos pobres, mas que também se encontram abaixo da linha de pobreza, ignorando a miséria gerada por esse tipo de transferências.

No entanto, como diz o referido autor, é difícil desconsiderar o indicador de renda, tendo em vista que é sobre ele que se encontra a maior disponibilidade estatística, embora esse fato reforce, ainda mais, a importância de incorporação da dimensão de análise das "capacidades". A pobreza não é uma questão de escassez de bem-estar senão de incapacidade para conseguir bem-estar, precisamente pela ausência de meios.

*"Talvez o ponto mais importante para se levar em conta é que a
suficiência de meios econômicos não pode ser avaliada
independentemente das possibilidades reais de "converter" a
renda e os recursos em capacidades para funcionar (...) A
pobreza deve ser definida, então, a partir da variabilidade
interpessoal na conexão entre renda e capacidades"*
(Sen, 2000)

Lúcio Kowarick (2000), atualizando seu estudo sobre a questão da pobreza e desigualdade nas metrópoles do subdesenvolvimento industrializado, reafirma a idéia de que é preciso alargar o conceito de condição de vida, pois a reprodução da força de trabalho não é apenas a materialidade objetiva que decorre primordialmente do processo de venda de força de trabalho e do seu desgaste, mas, no caso das cidades, supõe também o acesso aos bens de consumo coletivo.

"Baixos salários, o desgaste decorrente das longas jornadas de trabalho, o desemprego e subemprego são causas que têm gerado um enorme desgaste, principalmente nos últimos anos, da energia física e mental dos trabalhadores, que são subnutridos, que moram em habitações precárias e desprovidas de infra-estrutura, que não têm acesso a serviços médicos adequados ou ao sistema educacional, elementos, entre outros, fundamentais para a reprodução da força de trabalho", Kowarick (2000). São condições que influenciam o padrão de vida e que, apesar de estarem diretamente ligadas ao processo de exploração do trabalho, não podem a ele ser reduzidas. Segundo o autor, esse conjunto de situações é denominado de *"espoliação urbana"*. É a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que, juntamente com o acesso à terra e à moradia, apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores. É visível esta extorsão que vai desde as longas horas despendidas nos transportes coletivos até a precariedade de vida nas favelas, cortiços, casas auto construídas, em terrenos geralmente clandestinos e destituídos de benfeitorias básicas, entre outros.

O autor insiste que *"a espoliação urbana"* não é apenas outra face do trabalhador pauperizado: decorre do processo de acumulação de capital mas, também, da dinâmica de lutas e reivindicações em relação à terra, habitação e bens

de consumo coletivo, ou seja, a questão central reside na capacidade das várias camadas sociais de pressionar e obter do Estado esses bens básicos para sua sobrevivência na cidade. O papel do Estado, portanto, é fundamental, sendo um ator importante no processo de segregação social.

Até o final dos anos 60, as instituições voltadas para o financiamento do desenvolvimento acreditavam que o processo de crescimento econômico era condição necessária e suficiente para prover o progresso material a toda a população de uma sociedade. No entanto, a partir dessa época, verificou-se que, mesmo nos países ricos onde se presenciou um grau de prosperidade sem precedentes, nos quase 20 anos após o término da Segunda Guerra Mundial, havia um núcleo remanescente de pobreza e de "exclusão social", sem mencionar os países subdesenvolvidos nos quais a expansão econômica promovia o aumento do bem estar de uma parcela da população e, simultaneamente, gerava crescentes desigualdades sociais (Bertella, 1995).

Diante desse panorama, que se intensifica no início dos anos 80, alguns países ditos do primeiro mundo passaram a se preocupar com os impactos do processo de globalização sobre suas estruturas sociais. A preocupação central é que o trabalho e suas vinculações tradicionais não funcionam mais como elemento central de integração no sistema produtivo e de regulação social, emergindo maiorias desempregadas ou inadaptadas ao novo perfil do mercado. Os novos parâmetros da produtividade permitem que a riqueza cresça sem crescer a inserção das pessoas no sistema produtivo.

Nesse contexto, o debate sobre o conceito de "exclusão social" ganha novos contornos entre os pensamentos sociológicos europeus²⁶ e mesmo o norte-americano, tendo em vista que se desenvolve, em seus territórios, a angústia e a consciência coletiva de uma ameaça que pesa sobre parcela cada vez mais numerosa da população, em situação de vulnerabilidade econômica e social.

²⁶ O primeiro livro a usar esta expressão é de J. Klanfer (1965): *L'Exclusion sociale. Étude de la marginalité dans les sociétés occidentales* (Bureau de Recherches Sociales, Paris). Outro livro, também citado na origem do termo, é o de René Lenoir (1974). *Les exclus. Un français sur dix*. (Le Seuil, Paris).

O problema essencial, para muitos indivíduos, é a ameaça de perder o lugar que ocupam na sociedade em função da fragilidade dos vínculos que os integram ao meio social. Em grande parte dos casos, a exclusão aponta situações que traduzem uma degradação relacionada a um posicionamento anterior. A questão da "exclusão social" torna-se, então, a "questão social" por excelência, sendo que as políticas públicas passam a ter finalidades preventivas e não somente reparadoras, tendo como objetivo controlar os fatores de dissociação social.

"A exclusão vem se impondo pouco a pouco como um "mot-valise" para definir todas as modalidades de miséria do mundo: o desempregado de longa duração, o jovem da periferia, o sem domicílio fixo etc são excluídos"

(Castel, 1995)

A noção de "exclusão social" não é, porém, isenta de polêmica. Está saturada de sentidos, de não-sentidos e de contra-sentidos, como lembra Freund no prefácio do livro de Xiberras, "As Teorias da Exclusão"

(1993)

Castel (1995) comenta sobre o caráter equívoco desse conceito tão difuso: "ele designa um número imenso de situações diferentes, encobrindo a especificidade de cada uma; falar em termos de exclusão é rotular com uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém, tendo em vista que os traços constitutivos essenciais das situações de exclusão não se encontram nas situações em si mesmas. O destino dos "excluídos" se define essencialmente antes que ele se fragilize", entendendo-o, portanto, como resultado de um processo dinâmico. É na zona de vulnerabilidade que Castel concentra sua análise, pois considera que as situações que se apresentam nessa zona são as que revelam o significado e a gravidade da questão social.

Assim, a exclusão não se esgota no afastamento do mercado de trabalho, mas ganha significação até maior no processo de destruição de valores integrativos tradicionais, atingindo os patamares da precariedade marcada pelo "não

pertencimento” e pela incapacidade de reagir. O “desenraizamento/desvinculação” das relações familiares e sociais, gerando o sentimento de abandono e, portanto, de isolamento, torna-se fato fundamental no início do processo de exclusão.

Trata-se de duas faces de uma mesma condição que resulta de um duplo processo: ausência e precarização de trabalho e fragilização dos laços sociais. Castel utiliza o conceito de “desafiliação ou desfiliação” para qualificar a situação de exclusão, lembrando que esta deve ser contextualizada no tempo e no espaço em que for analisada.

“Desafiliado é aquele cuja trajetória é feita de uma série de rupturas com relação a estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis ou instáveis”... O que chamei de desafiliação não é o equivalente necessariamente a uma ausência completa de vínculos, mas à ausência de inscrição do sujeito em estruturas que têm um sentido”

(Castel, 1995)

Através de um esquema analítico que conjuga dois eixos principais de integração – o mundo do trabalho (com relevância) e o mundo das relações sócio-familiares – Castel percorre a história dos “desvinculados por excelência”, identificando o que constitui em cada época o núcleo central de integração, chegando aos anos 90, do século XX, em que o vínculo com a esfera do trabalho está se desmoronando, aumentando as zonas de assistência e de exclusão. É o momento em que o pilar de sustentação da coesão social entra em crise. As manifestações da nova pobreza sob a categoria de “exclusão social” englobam os trabalhadores “sem trabalho”, os supérfluos (excedentes, sobrantes), os desnecessários à lógica da produção, os “inúteis ao mundo”, e, portanto, os sem perspectivas de (re)inserção ocupacional e social (Escorel, 1999).

Serge Paugam (1996), também estudioso da nova pobreza no cenário francês dos anos 90, reconhece, assim como Castel, que o termo “exclusão” é equívoco, traduzindo um universo de situações tais como: precariedade do emprego, incerteza do futuro, ausência de qualificação, privação material, degradação moral e dessocialização, entre outras. Neste sentido, faz uma distinção

entre precariedade e exclusão, sendo a primeira o estágio anterior e identificando aí a emergência de um "novo paradigma" de pobreza.

A partir de suas pesquisas, Paugam conclui que a pobreza atual corresponde muito mais a um processo do que a um estado perpétuo e imutável, sendo que o debate desta questão não repousa mais sobre a análise da sociedade desigual, não porque as desigualdades tenham desaparecido, pois, na verdade, estão renovadas sob uma complexidade de formas, mas porque elas não são mais suficientes, por elas mesmas, para explicar os fenômenos de ruptura e de crise identitária que caracterizam o processo de exclusão (Paugam, 1996).²⁷ Portanto, a questão da exclusão, como é tratada na Europa, remete a situações bastante distintas, que exigem um cuidado em suas análises. Partindo de uma definição mínima, a comunidade européia afirma tratar-se de um *processo de acúmulo de perdas e desvantagens*.

Tendo em vista que o conceito de exclusão não é suficiente para analisar a diversidade de realidades com suas especificidades e diferenças e nem tampouco permite estudos comparativos entre sociedades, Paugam propõe completá-lo com o conceito de *desqualificação social*:

"Desqualificação social caracteriza o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas de população e as experiências vividas na relação de assistência ocorridas durante as diferentes fases desse processo"

(Paugam, 1996)

Dessa forma, enfatiza o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza e o *status* social dos pobres, socorridos pela assistência, sendo que quatro elementos principais definem a relação da população pobre em função de sua dependência em relação aos serviços sociais e o restante da sociedade. O primeiro é o *estigma de assistido*, cuja condição, além de alterar uma identidade anterior, marca de forma estigmatizada suas relações com os outros, levando a uma situação de isolamento e de sensação de não pertencimento a uma classe social.

²⁷ Tradução: Camila Giogetti. Revisão: Sérgio Augusto de Andrade

O segundo elemento do conceito de desqualificação social refere-se à forma específica de integração que caracteriza a situação de pobre. A assistência tem uma função de regulação do sistema social e os pobres, pelo fato de serem assistidos, possuem um *status* desvalorizado que os desqualificam, não constituem uma categoria à parte da sociedade, ainda que considerados como o segmento mais inferior da pirâmide social. Assim, a desqualificação social não é sinônimo de exclusão, senão relativa, quando aponta para as relações de interdependência entre as partes que compõem o conjunto da estrutura social.

O terceiro elemento do conceito destaca que os pobres, mesmo quando dependentes da sociedade, não estão impossibilitados de reação, o que desnuda outro aspecto equivocado do conceito de exclusão. Os pobres têm condições de resistir, coletiva ou mesmo individualmente, às pressões sociais e reivindicar garantia de seus direitos e, portanto, de sua inclusão social.

O quarto elemento do conceito diz respeito às formas heterogêneas de resistência ao estigma e de relação com a assistência, em função do nível de desqualificação no qual se encontram os pobres, destacando-se que os assistidos não formam um grupo homogêneo de população, do ponto de vista dos indivíduos que o integram (Paugam, 1999: 64-65).

Paugam observa, ainda, que a desqualificação social é uma forma de relação elementar da pobreza e que há outras quando se comparam sociedades diferentes e que este conceito não pode ser generalizado para diferentes populações mundiais, em função das diferenças de desenvolvimento econômico e das formas de inserção no mercado de trabalho, da degradação da solidariedade básica e da inadaptação aos modos de intervenção social.

Nesse sentido, Paugam, acreditando em "uma nova questão social", distingue três tipos ideais de pobreza: a *pobreza integrada*, que corresponde ao sentido tradicional de pobreza e que se afasta da noção de exclusão social. Embora se referindo a um conjunto social com baixo nível de vida, os indivíduos nessa condição permanecem fortemente integrados em seus espaços sociais organizados (família, vizinhança, comunidade) e que, mesmo desocupados, não sofrem uma

estigmatização forte. Nesse tipo de pobreza, Paugam destaca o lado da coesão social mais do que o da integração no mercado de trabalho.

A *pobreza marginal* corresponde à situação intermediária entre pobreza tradicional e exclusão social, onde o debate social está organizado em torno das questões da desigualdade e da distribuição de benefícios. O último tipo é o da *pobreza desqualificante*, em que o fenômeno da "exclusão social" é ressaltado em função de um temor coletivo quanto ao risco de atingir tal situação. Nessa condição encontra-se uma diversidade de situações e condições sociais, que são determinadas por um processo em função de: desemprego prolongado, precarização do trabalho, instabilidade nas atividades profissionais e grande dificuldade de inserção de jovens e desempregados no mercado, que passam a viver um sentimento de "inutilidade social". Neste caso, os vínculos de solidariedade são frágeis e o sistema de proteção está mais presente, sendo que o número de pessoas que buscam assistência é cada vez maior.

"Contrariamente à pobreza marginal, a amplitude deste fenômeno afeta o conjunto da sociedade e se torna o que chamamos de "a nova questão social", ameaçadora da ordem social e da coesão dos indivíduos. A pobreza desqualificante é uma relação social para com os "pobres" e com os "excluídos" que gera uma angústia coletiva, pois cada vez mais pessoas consideradas como pertencendo a estas categorias, e muitos, de situação instável, temem aí decair"

(Paugam, 1999 apud Demo, 1998)

Pode-se observar que o êxito do debate de exclusão na França tem a ver com a situação particular de redescoberta da pobreza nesse país e em outros do continente europeu. Outra questão a ser ressaltada é que, nas discussões sobre a noção de "exclusão social", entre os franceses, são utilizadas categorias analíticas da sociologia durkheimiana como "integração, coesão social, laço social, solidariedade", não aparecendo as idéias de Marx, embora tendo como referência a pobreza, a desigualdade e o desemprego.

Em síntese, pode-se dizer que "exclusão social" não é um conceito, mas sim uma noção que expressa uma situação social, decorrente de um processo dinâmico, determinado pelo conjunto de transformações no processo produtivo, implantado a partir das políticas neoliberais e da globalização que vêm gerando um contingente cada vez maior de "inúteis ao mundo" e de formas excludentes de vida.

Outra contribuição importante sobre o conceito de exclusão social nos traz o professor Martins (1997), para quem está havendo uma "certa fetichização da idéia de exclusão" e certo reducionismo interpretativo que se interpõem entre a economia propriamente dita e outros níveis de dimensões da realidade social. Para o referido autor não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; há equívocos gerados pela transformação do conceito na palavra sem sentido, que desdiz o que aparentemente quer dizer. Na verdade, a noção de exclusão substitui a idéia de processos de exclusão, entendidos como processos de exclusão integrativa ou modos de marginalização, conforme linguagem do autor.

Segundo a análise de Martins (1997), o conceito acaba se sobrepondo ao movimento que parece empurrar as pessoas, os pobres, os fracos para fora da sociedade quando, de fato, esse movimento as está empurrando para dentro, para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, dentro da que produziu os problemas que as causam.

"Ao se discutir a exclusão deixa-se de analisar as formas pobres, insuficientes e até "indecentes" de inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão. Da forma como o conceito é praticado, a exclusão deixa de ser concebida como expressão de contradição no desenvolvimento da sociedade capitalista para ser vista como um estado, uma coisa fixa, como se fosse uma condição irremediável e fatal".

Martins

A exclusão é apenas um momento da percepção que cada um pode ter daquilo que se traduz por privação: privação de emprego, privação dos meios para participar do consumo, privação de bem-estar, privação de liberdade, privação de esperança, privação de ter direito a ter direitos. Assim, mudando o nome de pobreza para exclusão, podemos estar escamoteando o fato de que a pobreza hoje, mais do que mudar de nome, mudou de forma e de conseqüências.

A condição de exclusão tem hoje uma visibilidade muito grande porque o processo de inclusão vem mudando muito nos últimos anos: a procura por trabalho é cada vez mais longa, o desemprego é muito grande e as formas de inserção são cada vez mais precárias, sinalizando que o modo de absorver a população excluída está mudando.

"A sociedade moderna está criando uma grande massa de população sobrando, que tem pouca chance de ser de fato reincluída nos padrões atuais do desenvolvimento econômico, ou seja, "o período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando em um modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório".

Martins (1997)

A reinclusão pode até ocorrer no plano econômico, estritamente em função da sobrevivência, mas não se dá no plano social. Esse processo de exclusão está criando uma sociedade paralela, uma sub-humanidade, que sobrevive do trabalho precário, do trambique, do pequeno comércio, dos serviços mal pagos, um mundo à parte da sociedade constituída pelos integrados, que têm seus direitos reconhecidos, que participam das relações econômicas, sociais e políticas. Para Martins, essa é a nova desigualdade, constituída de "duas humanidades na mesma sociedade".

Outra análise importante para essa discussão é dada por Elimar Pinheiro do Nascimento (1994), que entende o conceito de exclusão social como estando mais próximo, como oposição, ao de coesão social, ou seja, como sinal de

ruptura do vínculo social. A condição de excluído lhe é imputada do exterior, sem que para tal se tenha contribuído direta ou mesmo indiretamente.

Para o referido autor, há três concepções, do ponto de vista sociológico, sobre o termo exclusão social. Para a primeira, de âmbito mais genérico, o conceito de exclusão social aproxima-se mais da discriminação racial, sexual, religiosa e de outras ordens, o que significa que toda discriminação seria uma forma de exclusão. Assim, negros, homossexuais, delinquentes, entre outros, seriam grupos sociais excluídos, que participam da vida social em geral, embora com formas particulares de socialização, ou seja, mesmo estando formalmente excluídos de direitos, suas diferenças não são aceitas e muitas vezes nem toleradas. Na segunda concepção, o não-reconhecimento se traduz na exclusão de direitos. São grupos sociais que, não tendo uma integração no mundo do trabalho, não possuem, em decorrência, condições mínimas de vida. A terceira é denominada de nova exclusão: consiste em um processo que articula várias dimensões e se constrói historicamente e que vem se desenhando nos últimos anos. A revolução técnico-científica está por trás de forma mais abrangente acompanhada de crises sucessivas, após os anos 70, de forma mais conjuntural. Os novos excluídos são marcados pelo desemprego ou incapacidade de obtenção de renda, confundindo-se com os pobres e miseráveis.

A não integração no mundo do trabalho completa-se com a não inserção social. Esta é a lógica da nova exclusão social, que se constrói em um processo simultaneamente econômico, cultural, de não-reconhecimento ou negação de direitos e social, de rupturas de vínculos societários e até mesmo comunitários, estando passíveis de sofrerem restrições nos espaços político e civil.

O novo processo de desenvolvimento produziu, segundo Nascimento (1994), um "novo tipo de exclusão social, cujo resultado é a transformação do incluído incômodo, o pobre que alcançou o estatuto de eleitor, no excluído perigoso, desnecessário para a economia (não se trata mais de exército de reserva, pois não tem mais condições de ingressar no mercado de trabalho) e ameaçante do ponto de vista social, pois é transgressor das leis". São, portanto, considerados os

desnecessários economicamente, os incômodos politicamente e os perigosos socialmente que, logicamente, tornam-se passíveis de extinção física. É este último aspecto que funda a nova exclusão social.

Se essa tendência se configura, estabelece-se o que Cristovan Buarque tem denominado de *apartação social*. Embora no Brasil, a desigualdade tenha continuado depois da escravidão, as classes sociais conviviam em função da necessidade mútua e durante muito tempo no mesmo espaço físico. O que mudou nas últimas décadas, segundo o autor, foi que essa interligação tornou-se desnecessária economicamente, porque a automação reduziu a quantidade de trabalhadores necessários; tornou-se incômoda socialmente, por causa da degradação urbana provocada pela pobreza e arriscada politicamente, devido às conseqüências da violência criada pelas grandes massas excluídas. Em vez da convivência, iniciou-se a montagem da *apartação*. Em vez da desigualdade, surgiu a diferença e com ela a aceitação, cada vez mais natural, da desigualdade crescente. A economia e a sociedade se dividiram, cada uma delas em grupos apartados, e isso se reflete em todos os aspectos sociais, que passam a construir dois mundos à parte: na educação, no tipo e distribuição urbana dos espaços de moradia, no acesso à cultura, ao lazer etc. A economia passa a dispensar os grandes contingentes de mão-de-obra e por isso não tem razão para cuidar deles.

“Os excluídos passam a viver das sobras do sistema: o único ponto de tangência entre eles e os incluídos está no lixo. A sobra de empregos temporários e a sobra de lixos das casas, dos restaurantes, dos supermercados; e a sobra monetária, nas esmolas aos pedintes e nas gorjetas aos que cuidam de carros e aos que ajudam a transportar comida entre os supermercados e os estacionamento. Os pobres se transformam em miseráveis, os que viviam da informalidade passam a viver do lixo e uma parte da população passa a viver no luxo e outra no lixo” ☼

(Buarque, 1993)

Sarah Escorel (2000) também trabalha o conceito de exclusão social articulando o pensamento de Hannah Arendt com Robert Castel:

Considera "exclusão social como um processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição de animal laborans, cuja única atividade é a preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício pleno das potencialidades da condição humana". Analisa a exclusão social sob influência dos eixos de vinculação/desvinculação propostos por Castel, considerando-a como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura dos vínculos em cinco dimensões da existência humana em sociedade: eixo ocupacional, eixo sócio-familiar, eixo político (cidadania) eixo cultural (valores simbólicos) e como "pano de fundo", na linguagem da própria autora, a dimensão da própria vida, âmbito no qual podem ser analisadas trajetórias de inserção/desvinculação por meio dos fenômenos relacionados à saúde/doença e à violência"

Para Escorel (1999), a exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material mas, principalmente, porque essa mesma privação material "desqualifica " seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam. A exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum topos social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária. Mas, e ao mesmo tempo, o indivíduo mantém-se prisioneiro do próprio corpo. Não há (mais) um lugar social para ele, mas deve encontrar formas de suprir suas necessidades vitais e sobreviver sem suportes materiais e simbólicos.

Para Pierre Rosanvallon (1995), a luta contra a exclusão suscita uma nova noção de direito, o "direito de inserção". Entre o Estado-passivo-providência e a velha sociedade da assistência abre-se, assim, a via de uma relação recíproca do indivíduo e da sociedade. O direito de inserção vai mais longe que um direito social clássico: além do direito à substância, ele procura dar forma ao direito à utilidade social, ou seja, ele considera os indivíduos como cidadãos ativos e não

somente como assistidos da seguridade. A idéia de inserção contribui no sentido de definir um direito da sociedade democrática, articulando ajuda econômica e participação social. Quando os direitos são unicamente derivados de uma teoria da dívida social, eles são ao contrário passivos, fundados sobre uma relação de dependência onde os sujeitos a que se referem são subordinados. Trata-se não somente do direito à vida, mas do direito de viver em sociedade.

Segundo o referido autor, a noção de participação tem na realidade duas faces: ela é indissoluvelmente direito de inserção e dever de vinculação. Esta dupla dimensão está ligada ao caráter cívico e político deste direito. O importante dessa idéia é compreender que a obrigação não é unívoca; ela exerce uma pressão positiva sobre a própria sociedade, convidando-a a levar a sério os direitos. Abre-se um novo caminho da "vinculação recíproca" entre indivíduo e sociedade, ou seja, entre o Estado-passivo providência cujo custo não é mais possível financiar e a velha sociedade de assistência que, à qual ninguém quer retornar, abre-se a via de uma nova figura dos direitos. Contudo, nos diz Rosanvallon (1995), certamente é preciso reconhecer que não é fácil se engajar nesta via. Com o direito de inserção estamos na essência da grande contradição moderna entre a autonomia e a solidariedade. Temos, portanto, que encontrar alternativas para a crise dos mecanismos institucionais de solidariedade, pois as concepções tradicionais de direitos sociais, as formas de inserção e emprego não dão mais conta do problema da exclusão quando se trata da reconstrução da solidariedade.

Há, ainda, vários trabalhos sobre o tema da exclusão social que merecem ser mencionados, como o da Prof^a Maura Vêras, que, através do livro *"Por uma sociologia da exclusão social: O debate com Serge Paugam"*²⁸ nos enriquece com um apanhado histórico sobre o tema da exclusão social no Brasil, apresentando o pensamento de diferentes autores que o analisaram e os que hoje estão estudando esta questão, assim como também as idéias de Paugam, cujas reflexões sobre o conceito de exclusão social são direcionadas à realidade da sociedade francesa.

²⁸ Este livro foi editado pela EDUC-SP, em 1999.

Outro livro que traz uma valiosa contribuição ao tema é "*As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*", organizado pela Prof^a Bader B. Sawaia²⁹ que busca, em seus artigos, desvendar a complexidade e a contraditoriedade que constituem o processo de exclusão social, inclusive a sua transmutação em inclusão social, analisando-o de forma interdisciplinar, em busca de categorias analíticas que permitam fundir diferentes interpretações.

Por fim, destacamos aqui os trabalhos organizados pela Prof^a Aldaísa Sposati: "*Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo*"³⁰ que procurou conhecer as discrepâncias entre a população moradora nos distritos da cidade, em termos de qualidade de vida, desenvolvimento humano, autonomia e equidade e o "*Mapa da exclusão/inclusão social: dinâmica social nos anos 90*"³¹, para o qual foi utilizada uma metodologia construindo indicadores intermediários e definindo uma linha clara para dividir as pessoas excluídas das demais. Foram criados dois indicadores de grande importância: o índice de *Discrepância*, que mede a distância entre a melhor e a pior situação, referindo-se, portanto, à desigualdade e o índice de *Exclusão Social*. Este último está baseado na construção de sete utopias: autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano, equidade, cidadania, democracia e felicidade. O estudo nos apresenta de forma clara onde se concentram os problemas e as urgências na cidade, indicando a prioridade de atuação sobre algumas regiões da cidade.

²⁹ Editora Vozes, 1999.

³⁰ Editado pela EDUC-SP, 1996

³¹ PUC-SP, POLIS, INPE, 2000. (CD-Rom)

CAPÍTULO III

UM RETRATO SEM RETOQUES: OS MORADORES DE RUA EM SÃO PAULO

*"Eles não são muitos. Vivem nas sombras das grandes verticalidades nas megalópoles. O cidadão se encontra **dentro** e o humano de rua **fora** dos prédios, dos parques, das lojas. O humano da rua não planta e não espera. Cata o que sobra do mundo dos cidadãos. O face-a-face com eles causa horror, justamente pela impossibilidade de concretizar a proximidade".*

Anna Verônica Mautner (1995)

3.1 - A Dimensão e a Distribuição Espacial dos Moradores de Rua na Cidade

Em 2000, foram recenseados na cidade de São Paulo 8.706 moradores de rua. Deste total, 5.013 foram encontrados nos logradouros da cidade (ruas, praças, avenidas, ruelas, mocós, casarões abandonados, postos de gasolina, cemitérios, carrinhos de "catação" de papel, sob pontes e viadutos, em veículos abandonados e outras formas de dormida) e 3.693 foram identificados em albergues. Não foram encontrados moradores de rua em 8 dos 96 distritos que compõem a cidade³². A tabela¹ permite a visualização destes dados por distrito.

Em função das diferenças metodológicas e áreas de abrangência, não se pode comparar o número de moradores de rua encontrados em 2000 com o levantamento feito em 1991 e nem mesmo com as contagens realizadas em 1994/96/98, embora tenha sido visível o crescimento dessa população nos anos 90 do século XX. Por outro lado, podemos apontar com mais firmeza, o crescimento da população albergada que, em 1991, era composta de 460 pessoas (considerando-se as pesquisadas em abrigos e nos albergues) e que em 2000 somam 3.693 pessoas. Esse expressivo aumento se deve ao surgimento de novos equipamentos e conseqüente ofertas de vagas ocorridas nesse período, disponibilizadas tanto pelo poder público como pelo privado.

Contudo, o aumento da procura pelo albergue não pode ser entendido de forma automática, como sendo mera transferência, ao longo dos anos, dos moradores que viviam em logradouros e que passaram a se utilizar desse local de pernoite, pois tanto o número de moradores albergados como o dos que preferem viver nos logradouros da cidade aumentou significativamente no período considerado, além do fato de ter sido apontado, pelo censo de 2000, um percentual de 42,1% de moradores que nunca procuraram albergue para dormir.

³² Cidade Líder, Engenheiro Marsilac, Jardim Ângela, Parelheiros, Pedreira, Tremembé, Vila Andrade e Vila Curuçá.

TABELA 1

Moradores de Rua por Distrito Municipal

Distrito	Local de Pernoite		Total
	Logradouro	Albergue	
1. Água Rasa	18		18
2. Alto de Pinheiros	16		16
3. Anhanguera	01		01
4. Aricanduva	22		22
5. Artur Alvim	07		07
6. Barra Funda	101		101
7. Bela Vista	138	14	152
8. Belém	80		80
9. Bom Retiro	151	6	157
10. Brás	180	791	971
11. Brasilândia	05		5
12. Butantã	10		10
13. Cachoeirinha	01		01
14. Cambuci	74		74
15. Campo Belo	65		65
16. Campo Grande	10		10
17. Campo Limpo	01		01
18. Cangaíba	02		02
19. Capão Redondo	05		05
20. Carrão	44		44
21. Casa Verde	09		09
22. Cidade Ademar	19		19
23. Cidade Dutra	06		06
24. Cidade Líder	0		0
25. Cidade Tiradentes	02		2
26. Consolação	167		167
27. Cursino	24		24
28. Ermelino Matarazzo	15		15
29. Freguesia do Ó	19		19
30. Grajaú	05		05
31. Guaianases	05		05
32. Iguatemi	04		04
33. Ipiranga	63		63
34. Itaim Bibi	109		109
35. Itaim Paulista	12		12
36. Itaquera	09		09
37. Jabaquara	41	74	115
38. Jaconã	09		09
39. Jaguará	03		03
40. Jaguaré	05		05
41. Jaraguá	03		03
42. Jardim Ângela	0		0
43. Jardim Helena	01		01
44. Jardim Paulista	161	15	176
45. Jardim São Luís	15		15
46. José Bonifácio	01		01
47. Lageado	02		02
48. Lapa	65		65
49. Liberdade	109	627	736
50. Limão	02		02
51. Mandaqui	09		09
52. Marsilac	0		0
53. Moema	38		38
54. Mooca	61	1000	1.061
55. Morumbi	01		01

Distrito	Local de Pernoite		Total
	Logradouro	Albergue	
56. Parelheiros	0		0
57. Pari	69	249	318
58. Parque do Carmo	01		01
59. Pedreira	0		0
60. Penha	58	53	111
61. Perdizes	47		47
62. Perus	08		08
63. Pinheiros	129	73	202
64. Pirituba	13		13
65. Ponte Rasa	04		04
66. Raposo Tavares	03		03
67. República	715	81	796
68. Rio Pequeno	11		11
69. Sacomã	13		13
70. Santa Cecília	434	51	485
71. Santana	124	230	354
72. Santo Amaro	132	122	254
73. São Domingos	10		10
74. São Lucas	10		10
75. São Mateus	21		21
76. São Miguel	22		22
77. São Rafael	03		03
78. Sapopemba	11		11
79. Saúde	51		51
80. Sé	773	47	820
81. Socorro	06		06
82. Tatuapé	68	260	328
83. Tremembé	0		0
84. Tucuruvi	08		08
85. Vila Andrade	0		0
86. Vila Curuçá	0		0
87. Vila Formosa	06		06
88. Vila Guilherme	21		21
89. Vila Jacuí	06		06
90. Vila Leopoldina	86		86
91. Vila Maria	37		37
92. Vila Mariana	105		105
93. Vila Matilde	13		13
94. Vila Medeiros	06		06
95. Vila Prudente	46		46
96. Vila Sônia	14		14
Sem Informação	04		04
Total	5.013	3.693	8.706

Fonte: SAS/FIPE/2000

Observa-se, pela tabela 1, que 90% dos moradores identificados nos logradouros e os albergados concentram-se em 29 distritos municipais, pertencentes à área central da cidade e às contíguas a ela.

Agrupando-se os 96 distritos por regiões da cidade, o que se observa é que tanto os moradores de rua encontrados nos logradouros como os albergados se concentram na Região Central e, com menor intensidade na Região Leste, seguida da Oeste, da Sul e, por último, da Norte (tabela 2 e figura 1).

Quando se considera apenas os moradores de rua encontrados nos logradouros, a maior concentração se dá novamente na Região Central, seguida da Leste, embora não seja desprezível o número de moradores nas Regiões Oeste e Sul.

Os albergados, por sua vez, encontram-se quase que exclusivamente nas regiões Centro e Leste da cidade, o que se justifica em função da oferta de albergues existentes nessas áreas.

A concentração da "população de rua" no centro da cidade se deve às características dessa área, que apresenta condições de sobrevivência através de trabalhos informais, temporários e bicos, além da grande oferta de alimentação gratuita distribuída por entidades filantrópicas, religiosas e por restaurantes, lanchonetes e bares. Outra razão se deve ao fato de que o centro da cidade vem sofrendo uma degradação progressiva, em função do processo de transformação da estrutura produtiva da cidade, que promoveu alterações no mercado de trabalho com conseqüências na apropriação do espaço urbano.

Tradicionalmente o centro concentrava atividades industriais e de serviços, mas hoje a situação é totalmente diferente. As indústrias fecharam ou instalaram-se em outros municípios ou mesmo em outras regiões da cidade e muitos imóveis ficaram desocupados e até mesmo abandonados.

Desta forma, a área central da cidade, apesar de toda infra-estrutura que possui, perdeu quase 180 mil pessoas nos últimos 20 anos, resultando em um grande número de imóveis desocupados, a saber, prédios comerciais, escritórios e quase 40 mil domicílios³³, tornando-se, ainda, mais atrativa para os moradores de rua, que se abrigam em imóveis vazios, muitos deles abandonados, além de marquises de lojas, de ruas e prédios deteriorados. O centro também é procurado pelas vantagens de trabalho oferecidas pelo mercado municipal, pela presença de bares, cantinas e restaurantes tradicionais, de teatros e cinemas, de praças e avenidas movimentadas e do grande número de pessoas (cerca de dois milhões de

³³ Dados retirados do documento "Morar, viver e trabalhar no centro. Agora é possível" SEHAB/PROCENTRO/2002.

pessoas)³⁴ que circulam diariamente em seus espaços públicos em busca de serviço, comércio, lazer e trabalho, facilitando a sobrevivência através da mendicância.

X **TABELA 2**

Moradores de Rua por Região da Cidade

Região	Local de Pernoite		Total
	Logradouro	Albergue	
Norte	288	230	518
Oeste	758	88	846
Centro	2.810	1.866	4.676
Leste	554	1.313	1.867
Sul	599	196	795
Sem Informação	4	0	4
Total	5.013	3.693	8.706

Fonte: SAS/FIPE/2000

As regiões agrupam os seguintes distritos:

Região Norte: Brasilândia, Cachoeirinha, Casa Verde, Freguesia do Ó, Limão, Jaçanã, Vila Guilherme, Vila Maria, Vila Medeiros, Anhanguera, Jaraguá, Perus, Pirituba, São Domingos, Mandaqui, Santana, Tremembé, Tucuruvi.

Região Oeste: Alto de Pinheiros, Butantã, Jardim Paulista, Morumbi, Pinheiros, Raposo Tavares, Rio Pequeno, Vila Sônia, Itaim Bibi, Barra Funda, Jaguaré, Jaguará, Lapa, Perdizes, Vila Leopoldina.

Região Centro: Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Consolação, Liberdade, Pari, República, Santa Cecília e Sé.

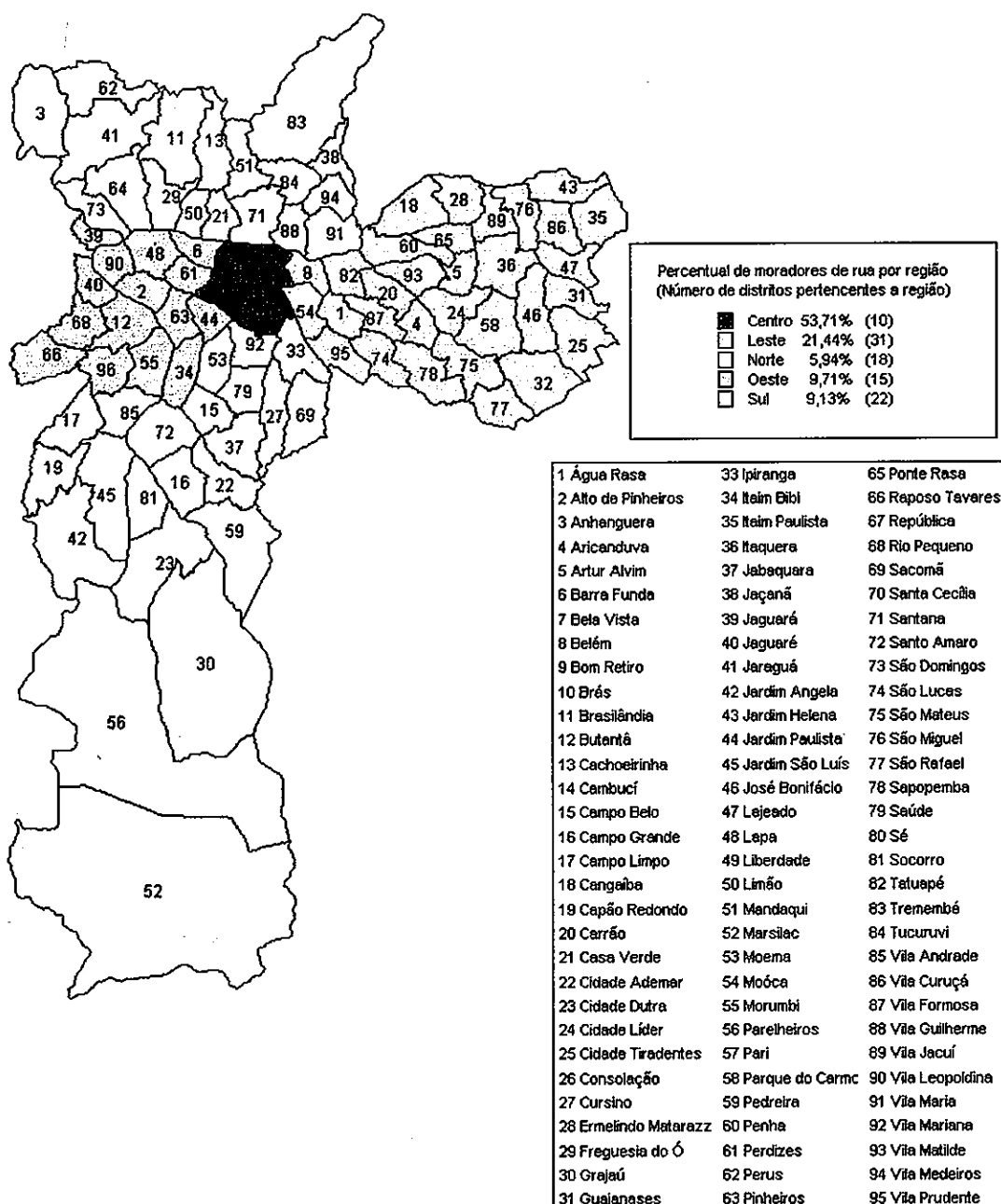
Região Leste: Cidade Líder, Cidade Tiradentes, Guaianases, Itaquera, José Bonifácio, Parque do Carmo, Água Rasa, Aricanduva, Belém, Carrão, Mooca, Tatuapé, Vila Formosa, Itaim Paulista, Jardim Helena, São Miguel, Vila Curuçá, Vila Jacuí, Artur Alvim, Cangaíba, Ermelino Matarazzo, Penha, Ponte Rasa, Vila Matilde, Iguatemi, São Mateus, São Rafael, São Lucas, Sapopemba, Vila Prudente.

³⁴ Dado retirado do documento "Morar, viver e trabalhar no centro. Agora é possível", SEHAB/PROCENTRO/2002.

Região Sul: Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim Ângela, Jardim São Luís, Vila Andrade, Cidade Dutra, Grajaú, Marsilac, Parelheiros, Socorro, Cursino, Ipiranga, Sacomã, Campo Grande, Cidade Ademar, Pedreira, Santo Amaro, Campo Belo, Jabaquara, Moema, Saúde, Vila Mariana.

FIGURA 1

Moradores de Rua por Região no Município de São Paulo



Além do número absoluto por distrito e região, pode-se analisar a distribuição espacial dessa população mediante o cálculo da sua densidade, também por distrito. O valor obtido para a variável densidade resulta da divisão do número de moradores encontrados em cada distrito pela sua respectiva área (dados estes fornecidos pelo IBGE). A área é expressa em km^2 e o número resultante dessa divisão corresponde ao número de moradores por km^2 . Observa-se que a densidade de moradores por km^2 não foi analisada para os distritos em que o censo encontrou apenas um morador.

A densidade média nos distritos na cidade de São Paulo é de 21,56 moradores por km^2 , com variação bastante grande entre os valores máximos e mínimos. O menor valor encontrado (tendo-se excluído os distritos com apenas um morador recenseado) foi de 0,05 morador por km^2 em Grajaú; por outro lado, a maior densidade encontrada foi na Sé, com 390,43 moradores por km^2 . Para o cálculo da densidade, foram considerados os moradores albergados e aqueles encontrados nos logradouros da cidade (SAS/FIPE/2000 a).

A tabela 3 ilustra essa análise por estratos de morador de rua por km^2 e a figura 3 permite sua visualização por distritos.

TABELA 3

Densidade de Moradores de Rua por Distritos, em Estratos

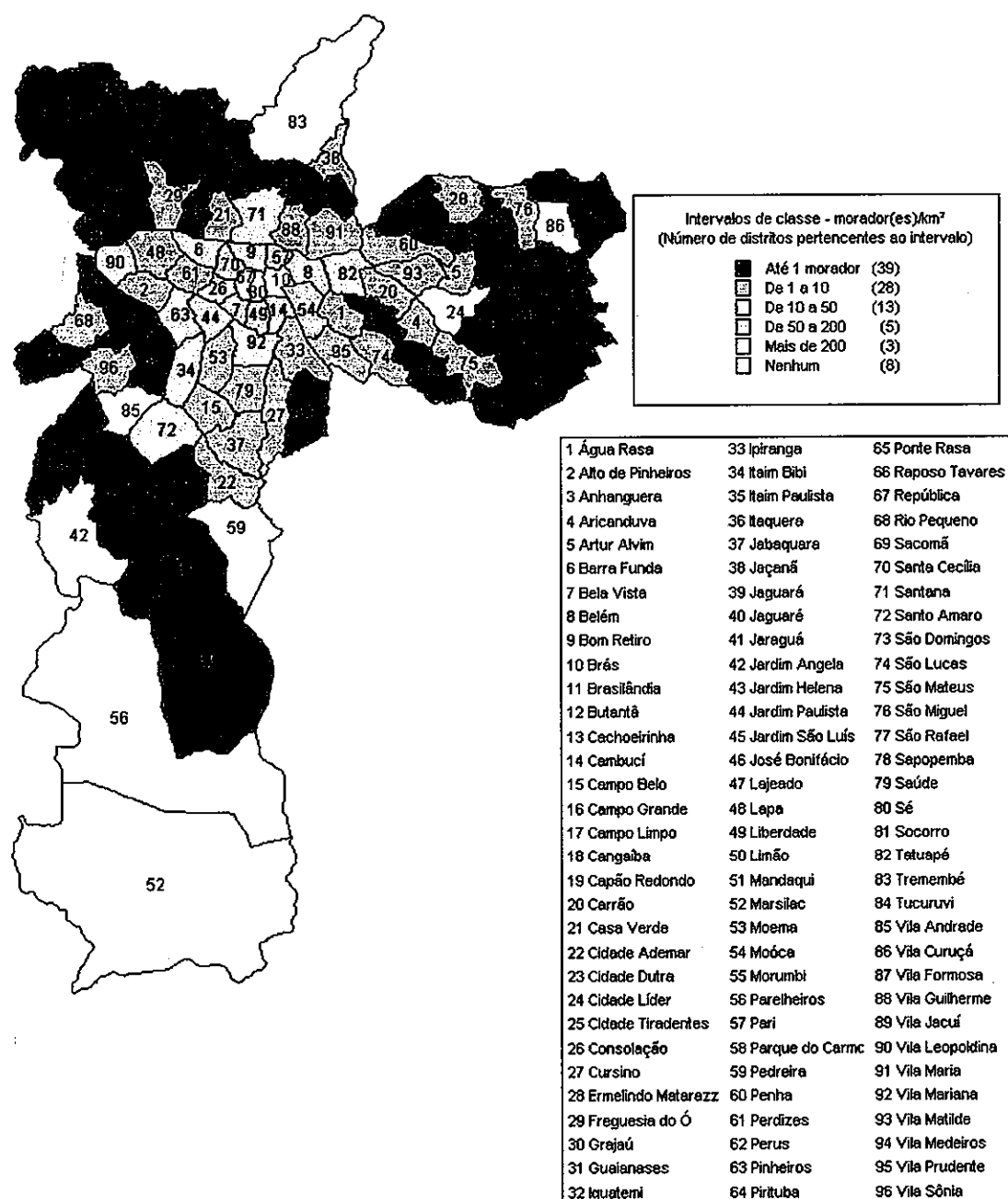
Estratos	% de Distritos
Até 1 morador de rua por km^2 *	44,3
De 1 a 10 moradores de rua por km^2	31,8
De 10 a 50 moradores de rua por km^2	14,8
De 50 a 200 moradores de rua por km^2	5,6
Mais de 200 moradores de rua por km^2	3,4
Total	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

* Exceto para o último estrato, intervalos fechados à direita.

FIGURA 2

Densidade de Moradores de Rua por Distrito no Município de São Paulo



Examinando-se a densidade por estrato, pode-se concluir que os distritos com até 1 morador por km² situam-se em áreas mais distantes do centro da cidade, independentemente da área geográfica a que pertencem. Assim, dos 39 distritos que abrangem este estrato, 15 deles situam-se na Região Leste, 11 na Norte, 8 na Sul e 5 na Oeste.

No segundo estrato, que agrega distritos com densidade de 1 a 10 moradores, 11 pertencem à Região Leste, 7 à Sul, com as Regiões Norte e Oeste apresentando 5 distritos cada.

O estrato seguinte, que apresenta densidade entre 10 e 50 moradores por km², a Região Oeste contribui com o maior número de distritos, 5, vindo a seguir a Região Centro, com 3 distritos, e as Leste e Sul, ambas com 2.

Os distritos com densidade superior a 50 moradores por km², apenas a Mooca situa-se na Região Leste. Todos os demais distritos - Bela Vista, Brás, Liberdade, Pari, República, Santa Cecília e Sé - pertencem à Região Centro (SAS/FIPE/2000).

Para completar esta parte, considera-se importante apresentar a característica das áreas onde foram recenseados os moradores de rua na cidade. Os 5.013 moradores de rua identificados nos logradouros foram entrevistados em 2.384 pontos de recenseamento. Observa-se que o número de pontos não equivale necessariamente a pontos de pernoite, tendo em vista que foram recenseados moradores de rua em trânsito pelas ruas da cidade.

A grande maioria da "população de rua" se abriga próxima a centros comerciais onde estão presentes supermercados, lanchonetes, bares, prédios e lojas comerciais, bancos, hospitais, igrejas, pois nestas áreas encontram maior segurança, oferta de alimentação e atendimento às necessidades físicas, além do ganho pela mendicância e dos bicos que sempre aparecem. Nas áreas estritamente residenciais o número de moradores pernoitando nas ruas é bem reduzido. As áreas residenciais são por eles procuradas, quando há também a presença de comércio e ou indústria no seu entorno. Os dados da tabela 4 apontam esta situação.

TABELA 4

Característica da Área do Ponto de Recenseamento

(Dados Censitários)

Característica da Área	Número de Pontos	%
Comercial	1.179	49,5
Residencial	188	7,9
Mista	865	36,3
Outra	102	4,2
Não especificada	50	2,1
Total	2.384	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

Os 5.013 moradores de rua encontrados nos logradouros foram entrevistados em 2.384 pontos da cidade, indicando a ocorrência de locais com mais de um morador. Observa-se que o número de pontos não equivale, necessariamente, ao local de pernoite, pois foram recenseados moradores de rua que estavam em trânsito além dos que se encontravam em preparo para dormir e os que já dormiam, embora tenham sido acordados pelos entrevistadores. A tabela 5 apresenta estes dados.

TABELA 5

Moradores de Rua por Ponto de Recenseamento

Número de Moradores por Ponto	Número de Pontos	%
1	1.525	63,9
2	382	16,1
3	176	7,4
4 a 10	255	10,7
11 ou mais	46	1,9
Total	2.384	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

3.2 - O Perfil Demográfico e o Tempo na Rua

Os dados apresentados neste item referem-se à pesquisa amostral de caracterização sócio-econômica, realizada pela FIPE em 2000, retratando, portanto, o perfil dos moradores de rua com 18 anos e mais, com exceção das variáveis sexo, cor, idade e tempo na rua, que, em função de terem sido levantadas tanto no censo como na pesquisa amostral, é apresentado segundo os dados censitários.

As pessoas que utilizam a rua como moradia na cidade de São Paulo são predominantemente homens (85%). A presença masculina é preponderante, tanto nos albergues (85,6%) como nos logradouros (84,0%). A participação das mulheres no total de moradores de rua, portanto, é significativamente menor que a dos homens, em um processo inverso à população total do município de São Paulo em que o percentual de mulheres (52,3%) é maior do que o dos homens (47,7%)³⁵.

A população masculina além de ser mais cobrada, parece, também, ser mais vulnerável às situações de instabilidade, quer de ordem profissional (precariedade do emprego, desemprego), familiar (separação do casal, brigas entre parentes) ou social (dificuldades relacionadas à moradia, à perda das condições sociais anteriores, ao alcoolismo) enquanto que as mulheres resistem mais a esses processos, principalmente em função dos filhos, e que por isso são mais protegidas pela sociedade, embora ambos os sexos estejam hoje sujeitos às transformações do mundo do trabalho e vulneráveis a um processo de "exclusão social".

A presença majoritária de homens vivendo nas ruas tem sido constante em São Paulo, nos últimos anos. O levantamento realizado pela Prefeitura em 1991, conforme Vieira (1992), revela que a grande maioria da população de rua pesquisada era do sexo masculino (90%). Na cidade do Rio de Janeiro³⁶ tal característica também se repete: 80% são homens, que fazem da rua a sua moradia, e o mesmo percentual foi identificado em Belo Horizonte³⁷, observando-se que o percentual de mulheres é maior do que o de São Paulo. Em Porto Alegre, em 1999, 76,8% dos moradores de rua eram homens³⁸ e 23,2% mulheres, sendo estas também em número superior quando comparadas com as de São Paulo. A única exceção, segundo dados que se teve acesso, está no Distrito Federal em que a

³⁵ O Censo de 2000 registrou a presença de 5.462.914 mulheres e de 4.972.632 homens na cidade de São Paulo.

³⁶ Cf. dados da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura do Rio, Departamento de Sociologia da UERJ e Médicos Sem Fronteira in Revista Isto é, nov. de 2002:43.

³⁷ Cf. 1º Censo de População de Rua de Belo Horizonte, 1998.

³⁸ Segundo dados do NESPRua - Pesquisa Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de Rua em Porto Alegre, 1999.

“população de rua” é formada por jovens casais com filhos, que migraram de seus locais de origem em função das dificuldades em que lá se encontravam³⁹.

A predominância de homens vivendo nas ruas não é peculiar da sociedade brasileira. Há registros indicando que, em Washington, a população masculina de rua corresponde a 78% dos moradores e que atinge 83% em Paris e em Los Angeles, (Marpsat, M.1999). Em Tóquio esta população é quase inteiramente masculina, a saber, 99,5% (Tamaki, M.1999), tendo crescido continuamente nos últimos anos. Os dados e referências indicadas estão em Schor, 2002.⁴⁰

Outra variável demográfica recenseada foi a cor⁴¹. A grande maioria dos moradores de rua em São Paulo é composta de brancos (58,7%). Entre os moradores de rua em logradouros o percentual de não brancos é mais acentuado (59,8%) do que entre os albergados (51,3%), embora predominem, também, nos albergues. No entanto, é importante observar que o percentual de moradores de cor branca, tanto nos logradouros (36,2%), como, principalmente entre os albergados (48,0%) supera as demais categorias, quando comparado isoladamente. A tabela 6 retrata essa realidade.

TABELA 6

Moradores de Rua por Cor

(Dados Censitários)

Cor	Local de Pernoite		Total
	Logradouro	Albergue	
Branca	1.703	1.697	3.400
Parda	1.482	1.087	2.569
Negra	1.494	714	2.208
Amarela	19	28	47
Outra	7	3	10
Sem informação	308	164	472
Total	5.013	3.693	8.706

Fonte: SAS/FIPE/2000

³⁹ Segundo Marcel Bursztyn e Carlos Henrique Araújo, 1997.

⁴⁰ Silvia Maria Schor. "Características Demográficas da População de Rua", 2002, mimeo.

⁴¹ A cor foi atribuída pelo recenseador e, portanto, sujeita à avaliação subjetiva, acrescida do fato que os moradores de rua, em função de estarem expostos cotidianamente ao tempo e mesmo em função das dificuldades de manutenção de higiene, apresentam uma aparência que dificulta, em muitos casos, a precisão da cor. A distinção entre brancos e pardos e entre negros e pardos se torna, muitas vezes difícil. Esse fato justifica o alto percentual de dados sem informação, apresentados na tabela 5.

Quando se compara a cor da "população de rua" com a do total do município, o que se constata é que as pessoas não brancas são muito mais expressivas entre os moradores de rua do que na população da cidade que corresponde a 33,1%, sendo que, 5,1% são de cor preta, 2% são amarelos, 25% são pardos, 0,2% são indígenas e 0,7% é ignorado; portanto, a grande maioria da população de São Paulo é de cor branca (67%).

Em Belo Horizonte, a população de rua de cor negra corresponde a 36,8%, quando analisada separadamente, ou seja, bem maior do que a branca (24,6%) e também, ligeiramente maior, do que a parda (36,7%); quando agrupadas, as pessoas que vivem nas ruas da capital mineira, como em São Paulo, são majoritariamente não brancas (75,4%).⁴² Tal situação se confirma no Rio de Janeiro: 75% dos moradores de rua são negros e pardos. Em Brasília, também, a maior parte é formada por negros e pardos (73%), sendo 31% negros, 43% pardos e somente 27% brancos.

Com todo cuidado que se deva tomar ao analisar a variável cor na "população de rua", sem dúvida, a expressiva presença de moradores de cor preta e parda sugere que sobre este grupo, a questão racial deve incidir como um dos determinantes que conduzem à rua, ou seja, as pessoas que se encontram no limite extremo da pobreza urbana ainda são as que estão historicamente alijadas do processo de modernização do país.

Ao se cruzar os dados de sexo e cor, o que se verifica, entre os moradores de rua encontrados nos logradouros da cidade, é que a proporção de brancos é bastante semelhante entre os homens e as mulheres, com um ligeiro predomínio entre os homens, 37,8% e 35,2% respectivamente. A mesma situação ocorre entre os moradores de cor parda e negra, invertendo-se para um pequeno acréscimo entre as mulheres, 64,2% e 61,9%. A tabela 7 apresenta este quadro.

⁴² Cf. primeiro Censo de População de Rua do Município de Belo Horizonte, em 1998.

TABELA 7

Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Sexo e Cor

(em %)

Cor	Homens	Mulheres
Branca	37,8	35,2
Parda/Negra	61,9	64,2
Amarela	0,3	0,4
Outra	0,0	0,2
Total	100,0	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

A idade é outro item importante neste perfil. Para o conjunto dos moradores de rua, a idade média e mediana é de 39 anos. Separando-se os moradores por local onde foram encontrados, o valor médio e mediano daqueles que estavam nos logradouros é de 38 anos e, para os albergados, 40 e 41 anos, respectivamente. A tabela 8 apresenta a distribuição da "população total de rua" por faixa etária.

TABELA 8

Moradores de Rua por Idade

(Dados Censitários)

Idade	Local de Pernoite		Total
	Logradouro	Albergue	
0 a 3	43	32	75
4 a 6	17	17	34
7 a 14	178	57	235
15 a 17	147	18	165
18 a 25	453	279	732
26 a 40	1.523	1.345	2.868
41 a 55	1.271	1.228	2.499
56 ou mais	405	531	936
Sem Informação	976	186	1.162
Total	5.013	3.693	8.706

Fonte: SAS/FIPE/2000

Estes dados nos revelam que a presença de crianças de 0 a 6 anos, dormindo nas ruas, é bastante pequena, assim como dos adolescentes, entre 7 a 14 anos e de 15 a 17 anos, sendo maior o percentual de jovens entre 18 e 25 anos. A faixa que concentra a maior parte dos moradores de rua é a de 26 a 40 anos (32,9%), que compreende mais diretamente a população economicamente ativa. Entre 41 e 55 anos também registra-se um percentual significativo de 28,8%

peessoas e com 56 anos ou mais apenas 10,7%. Portanto, 61,7% dos moradores de rua de São Paulo têm idade entre 26 a 55 anos. O percentual desse intervalo de idade entre os moradores de rua é bem maior do que o mesmo encontrado na população total da cidade que é de 41,85%, conforme dados do censo do IBGE de 2000. Isto nos permite concluir que grande parte da população economicamente ativa da cidade nem mesmo é contada e conhecida e vive à margem do mercado formal de trabalho.

Ao se cruzar a idade com o sexo, os dados demonstram que tanto os homens como as mulheres têm em média 39,3 anos. A diferença só ocorre entre os estratos:⁴³ há apenas 7,4% de homens na faixa dos 18 aos 25 anos, contra 20% de mulheres; na faixa de 29 a 40 anos há um preponderância de homens, sendo que entre os moradores de rua com idade entre 41 e 55 anos, os homens representam 36,2%, enquanto que as mulheres compreendem 30,8% desta faixa etária; no último estrato, com idades igual ou maiores que 56 anos, a presença das mulheres é maior em relação à dos homens.

Em síntese, os homens concentram-se nas faixas intermediárias de idade, principalmente a de 26 a 40 anos. As mulheres, por sua vez, concentram-se nos estratos de ponta: as jovens são mais numerosas que os homens jovens, assim como as mulheres mais velhas são maioria em relação aos homens velhos.

Em Belo Horizonte a realidade é muito próxima à da cidade de São Paulo, embora a população de rua seja um pouco mais jovem. A maior proporção dos homens se encontra entre as idades de 20 a 45 anos, existindo uma pequena participação de pessoas idosas. O que chama a atenção é a proporção de crianças entre 0 e 5 anos que é bem mais significativa do que a nossa, perfazendo um total em torno de 10% da população recenseada.

Os dados da capital carioca, por sua vez, revelam que a idade média da população de rua também não difere das demais, sendo 38 anos: metade tem mais de 36 anos e só 22,0% têm menos de 18 anos. Em Porto Alegre, em 1995, a faixa etária que concentrava a maior parte de moradores de rua era de 36 a 45 anos e, em 1999, a concentração passa para o intervalo de 38 a 50 anos, o que sugere

⁴³ Dados amostrais a partir de 18 anos.

que as pessoas estejam envelhecendo na rua, sem conseguir sair dela. Em Brasília, referindo-se aos dados dos chefes de família ou cônjuges, há um predomínio dos mais jovens: na faixa de 15 a 25 anos concentram-se 31% dos moradores; de 26 a 35 anos (35%), de 36 a 45 anos (22%), 8% têm de 46 a 55 anos e 4% de 56 a 70 anos, ou seja, dois terços dos chefes de família ou seus cônjuges têm até 35 anos de idade.

Na França, no Canadá, em Los Angeles e em Nova York, a média de idade dos moradores de rua também está por volta dos 40 anos. A única exceção é feita no Japão em que a grande maioria das pessoas que vivem na rua (homens) tem mais de 55 anos.

Quanto à origem, os dados amostrais revelaram que *a população de rua que pernoita nos logradouros da cidade é composta, na sua grande maioria, de migrantes (80%).* Parte desses migrantes (35,4%) veio mais de uma vez a São Paulo, tendo retornado aos seus estados de origem ou a outros locais, antes de permanecerem definitivamente em São Paulo. Por outro lado, 65,6% vieram uma única vez e aqui se fixaram para morar.

O Sudeste é a região de origem de maior contingente de moradores de rua que pernoitam nos logradouros da cidade, ou seja, 48,3%, sendo o Estado de São Paulo responsável por 35% deste percentual, vindo em seguida a região nordeste, com 42,1%.

Desagregando-se as regiões por estados, os que apresentam maiores percentuais como local de nascimento dos moradores de rua em logradouros são: São Paulo (34,9%), Bahia (13,2), Pernambuco (12,1%) e Minas Gerais (8,9%). *Em relação ao estado paulista, os dados revelam que 19,2% nasceram na capital e os demais 15,7% são naturais do interior. Analisando-se os estados isoladamente, São Paulo contribui com maior percentual de moradores da cidade.* Este é um dado a ser ressaltado, tendo em vista o preconceito que sempre existiu por parte dos paulistas e paulistanos, em torno dos "nordestinos" como sendo a população característica da pobreza na cidade.

Quanto aos albergados, a situação é praticamente a mesma. A maioria deles é migrante vindo principalmente das regiões Sudeste e Nordeste, respectivamente 47,9% e 43,7%. Com relação ao estado de São Paulo, 14,3% nasceram na capital e 16,8% nas cidades do interior, indicando um percentual um pouco mais reduzido de pessoas que nasceram na própria capital, quando comparados com os não albergados.

Em 1991, o nordeste aparecia como a região de origem de grande parte da "população de rua" em São Paulo (39,8%) seguida do sudeste (29,2%) com um reduzido percentual de 10,7 % de pessoas nascidas na capital. Em 2000 há uma inversão: o sudeste se destaca e dentro dele São Paulo, e o fato que chama a atenção é o percentual de paulistanos vivendo nas ruas e nos albergues. Os dados da tabela 9 apresentam a distribuição dos moradores de rua por região de origem.

TABELA 9

Moradores de Rua por Região de Origem

(em %)

Região	Moradores em Logradouro	Moradores Albergados
Norte	1,1	0,0
Nordeste	42,1	43,7
Centro-oeste	1,5	0,8
Sudeste	48,3	47,9
Sul	5,9	6,8
Estrangeiro	1,1	0,8
Total	100,0	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

Em Belo Horizonte, temos um quadro muito parecido com o de São Paulo: 77% da "população de rua", também é migrante sendo, a grande maioria (43,12%) procedente de outros municípios do próprio estado de Minas Gerais e os naturais de Belo Horizonte aparecem com um total de 17,36% de moradores de rua. Os Estados que mais se destacam como origem da "população de rua" em Belo Horizonte são Bahia, seguido por São Paulo e Rio de Janeiro.

Em Brasília a maior parte das famílias é do Nordeste (72%). Os estados nordestinos mais representativos são: Bahia (38%), Pernambuco (15%) e Paraíba (6%), observando-se que o número de baianos é mais de duas vezes maior que o de pernambucanos. Segundo Bursztyn e Araújo (1997) o Distrito Federal

exerce forte influência em algumas cidades baianas, tais como Jacobina, Irecê e Barreiras. Uma parte nasceu no Centro-Sul, fundamentalmente em Minas Gerais (12%) e foram, também, encontrados paulistas, cariocas e sulistas, indicando, segundo os referidos autores, que os centros mais ricos do país já produzem emigrantes pobres. É interessante notar, que uma grande parte dos migrantes pesquisados, praticam migrações recorrentes, isto é, são *migrantes permanentemente em trânsito*. São pessoas que migram de cidade em cidade à procura de sobrevivência.

"O nordestino migra para os grandes centros urbanos, buscando "a liberdade" de vender a sua força de trabalho para sobreviver. Mesmo sendo discriminados e vivendo uma condição de inferioridade sócio-econômica, ainda com pouca absorção no mercado de trabalho, os migrantes nordestinos em São Paulo acham que as condições de vida aqui são melhores que as que tinham antes de migrar, devido às condições de trabalho, ao acesso de bens de consumo, ao maior conforto, à educação e à assistência."

(Baptista ,1998:32)

A grande maioria dos migrantes identificados nos logradouros (66,5%) veio sozinha para São Paulo; 25,5% vieram acompanhados de parentes (cônjuge e/ou filhos) e apenas 8,0% chegaram com amigos.

Ao se analisar o tempo da última chegada (incluindo tanto os que vieram uma única vez como os que aqui estiveram mais de uma vez) um primeiro dado que chama a atenção é que cerca de 30,0% da população de rua migrante que vive nos logradouros está em São Paulo há mais de 20 anos, 16,5% se encontra entre 12 e 20 anos e 21,7% entre 5 e 12 anos. Estes percentuais permitem deduzir que são pessoas que já passaram pelo processo de assimilação e aculturação das condições de vida da cidade. *O tempo médio da última chegada a São Paulo está em torno de 13 anos*, com uma mediana de 10 anos. Por outro lado, 33,0% dos moradores estão na cidade há menos de 5 anos, sendo que 6,4% até 6 meses, 4,6% de 6 meses a 1 ano e 22,0% de 1 a 5 anos, dados estes que sugerem que ao

menos uma parte desse contingente populacional deve estar ainda vivendo um processo de adaptação à cidade.

Os albergados migrantes, por sua vez, não diferem muito dos que vivem em logradouros, quanto à chegada em São Paulo. Para a grande maioria (76,5%) a vinda se deu de forma solitária; apenas 19,4% vieram com parentes (cônjuge, filhos, pais e outros) e um pequeno grupo de 4,1% chegou com amigos.

Em busca de melhores condições de vida, 58,6% deles vieram uma única vez e aqui estão, em média, há 16 anos e, portanto, já se encontram inseridos na vida urbana.

Quanto à idade com que chegaram em São Paulo, o que se verifica é que a grande maioria dos migrantes identificados nos logradouros (75,8%) tinha idade entre 18 e 49 anos; apenas 19,5% aqui chegaram com uma idade inferior a 14 anos e 5% com 50 anos e mais. Esses dados indicam que se trata majoritariamente de uma população em idade ativa, que veio em busca de inserção no mercado de trabalho e de melhores condições de vida na grande cidade.

Outra variável importante do perfil da "população de rua" é a escolaridade. Os dados amostrais revelam que 16,3% dos moradores que vivem em logradouros não passaram por nenhum ensino formal, sendo que 10,7% deles são analfabetos; 36,6% cursou da 1ª à 4ª séries do ensino fundamental, mas 22,6% não completaram este ciclo; 34,5% participaram da 5ª à 8ª séries e somente 11,0% concluíram este período; 11,2% chegaram a cursar o ensino médio, mas somente 7,2% o fizeram de forma completa; 1,4 % passaram pelo nível superior, sendo que a grande maioria não conseguiu terminá-lo. *Em síntese, o nível de escolaridade dos moradores de rua em logradouros é extremamente baixo, pois 16,3% não tiveram nenhuma escolaridade sendo que 10,7% deles são analfabetos; somente 11% completaram o ensino fundamental (da 1ª à 8ª série); 7,2% têm o nível médio completo e 0,5% chegaram a terminar o curso superior.*

O nível de escolaridade da "população albergada", embora baixo, é um pouco melhor em relação à que vive em logradouros. O percentual de analfabetos é bastante reduzido (1,7%) que, somado ao dos que apenas sabem ler

e escrever (5,1%), totaliza 6,8% de moradores com escolaridade formal nula. O primeiro grau, da 1ª à 8ª série, não foi completado por 55,9% dos entrevistados, mas foi finalizado por 21,2% deles, sendo que 12,7% cursaram até a 4ª série e 8,5% até a 8ª. Quanto ao 2º grau, 7,6% o completaram e 5,1% não. Foram identificados 3,4% com formação superior, todos sem terem concluído. A tabela 10 permite a visualização destes dados.

TABELA 10
Moradores de Rua por Nível de Escolaridade
(em %)

Escolaridade	Moradores em Logradouros	Moradores Albergados
Analfabeto	10,7	1,7
Sabe ler e escrever	5,6	5,1
Da 1ª à 4ª série completas do fundamental	14,0	12,7
Da 1ª à 4ª série incompletas do fundamental	22,6	22,0
Da 5ª à 8ª série completas do fundamental	11,0	8,5
Da 5ª à 8ª série incompletas do fundamental	23,5	33,9
Médio completo	7,2	7,6
Médio incompleto	4,0	5,1
Superior completo	0,5	0,0
Superior incompleto	0,9	3,4
Total	100,0	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

Ao se comparar a escolaridade da “população de rua” com a população total do município verifica-se que, embora se encontre, principalmente entre os moradores em logradouros, um percentual mais expressivo de analfabetos do que entre os albergados, ele é bem inferior ao da população da cidade que é de 17,20%, sugerindo que é um segmento social que não se caracteriza pelo analfabetismo. Por outro lado, enquanto que somente 4,0% dos moradores de rua em logradouros e 5,1% em albergues completaram o ensino médio, ou seja, tiveram ao menos 11 anos de estudo, 14,60% da população de São Paulo cursaram este tempo de estudo, retratando que os anos de escolaridade formal da “população de rua” são inferiores ao da cidade.

Cruzando-se a escolaridade com o sexo,⁴⁴ o dado mais relevante que se constata, entre os moradores vivendo nos logradouros da cidade, é a elevada taxa de mulheres sem nenhuma educação formal (26,6%) sendo analfabetas ou sabendo apenas ler e escrever. O registro de frequência da 1ª à 4ª série, entre as mulheres, é de 26,7% e da 5ª à 8ª de 26,6%, taxas essas inferiores ao comparecimento dos homens, embora não se tenha o percentual de mulheres que não terminaram e nem o das que concluíram estas etapas de ensino. Quanto ao 2º grau, os dados demonstram que 17,3% das mulheres de rua chegaram até esse nível de escolarização, não se sabendo, porém, é o percentual de quantas o concluíram ou não. Não há nenhum registro de mulheres que tenham atingindo o nível superior de escolaridade.

Em Belo Horizonte, 10,48% dos moradores de rua nunca foram à escola, 43,9% cursaram da 1ª à 4ª série, mas somente 15,39% terminaram essa fase; 27% freqüentaram da 5ª à 8ª série, sendo que apenas 8,52% completaram esse nível escolar. Tendo cursado o 2º grau, apresentam-se 6,66% de moradores de rua, sendo que 3,38% chegaram a terminá-lo. No nível superior foram identificados 12 casos (1,31%) da população entrevistada, sabendo-se que 5 deles (0,55%) o finalizaram.

Ao se comparar o perfil demográfico da população de rua com outros segmentos da pobreza urbana em São Paulo, especialmente a encortiçada e a favelada, verifica-se que há semelhanças entre eles. Esta constatação gerou a construção de um módulo específico para tratar da questão da pobreza urbana, ou seja, o capítulo IV desta tese, justificando-se, assim, a não inclusão desta comparação nesta etapa do trabalho.

Quanto ao tempo na rua, observa-se que este é um dado bastante difícil de se obter, tendo em vista que a noção de tempo cronológico é imprecisa para muitos moradores de rua. O tempo passa a ganhar significação quando se refere a eventos marcantes: perdas de familiares e de emprego, separações, doenças ou outros acontecimentos que alteraram a rotina de suas vidas.

⁴⁴ A reduzida participação das mulheres na amostra fez com que a análise fosse realizada mediante maior agregação dos dados.

A tabela 11 contém os dados censitários que permitem um quadro amplo do tempo na rua.

TABELA 11

Moradores de rua por Tempo na Rua

(Dados Censitários)

Tempo na Rua	Local de Pernoite		Total
	Logradouro	Albergue	
1 mês ou menos	308	665	973
1 a 3 meses (inclusive)	306	628	934
3 a 6 meses (inclusive)	239	562	801
6 meses a 1 ano (inclusive)	508	550	1.058
1 a 2 anos (inclusive)	519	430	949
2 a 5 anos (inclusive)	756	362	1.118
5 a 10 anos (inclusive)	609	183	792
Mais de 10 anos	459	93	552
Sem Informação	1.309	220	1.529
Total	5.013	3.693	8.706

Fonte: SAS/FIPE/2000 a

Apesar da dificuldade que se encontra na busca dessa informação, o tempo de permanência na rua é um dado importante para a compreensão das diferenças encontradas entre os moradores e as possibilidades de atuação junto a eles. Há o morador de rua "crônico", associado a uma longa permanência na rua, com total perda dos vínculos familiares e de trabalho. Há os que, recém chegados à rua, mantêm ainda possibilidade de retorno. Entre os dois extremos há um *continuum* de situações, onde as mudanças de condições e possibilidades de saída da rua têm como referência o tempo em que nela se encontram (SAS/FIPE/2000 b).

Este dado, além do levantamento censitário, também fez parte da pesquisa amostral sócio-ecônômica, na qual para a estimativa do tempo na rua julgou-se necessário associar o momento inicial do processo a um evento marcante, uma referência à trajetória que os levou à rua. A referência escolhida foi a perda da última casa que tiveram como moradia.⁴⁵

Os dados encontrados indicam que a situação de rua parece ser recente para parte significativa dos moradores entrevistados encontrados nos

⁴⁵ Maiores detalhes sobre a análise desta questão encontra-se em SAS/FIPE/2000 b, tendo em vista que a variável tempo na rua foi trabalhada a partir de um conjunto de questões que permitiram traçar um quadro do momento de passagem à rua.

logradouros. Cerca de mais de um terço (33,8%) está na rua há menos de um ano, sendo que destes 18,3% se encontram há menos de 6 meses. No outro extremo, 15,2% vivem na rua há mais de 10 anos. De um a dois anos registra-se 13%, de dois a cinco anos 21,5% e de 5 a 10 anos 16,5%. A média do tempo na rua está em torno de 5 anos e a mediana é de 3 anos. A tabela 12 apresenta esses dados.

TABELA 12
Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Tempo na Rua
(em %)

Tempo na Rua	%
Até 6 meses	18,3
6 meses a 1 ano	15,5
1 a 2 anos	13,0
2 a 5 anos	21,5
5 a 10 anos	16,5
Mais de 10 anos	15,2
Total	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

Quando se observa o tempo na rua dos moradores em Belo Horizonte, o que se constata é um quadro muito semelhante ao de São Paulo. Estão na rua até 6 meses 37,55% deles sendo que 15,39% há menos de um mês; 8,62% estão de 6 meses a 1 ano; 19% de 1 a 5 anos e 27,29% há mais de 5 anos.

Dentre as pessoas amostradas em São Paulo, nos logradouros⁴⁶, nota-se que a grande maioria (71,1%) passou a viver na rua em idade produtiva (26 a 50 anos), sendo que apenas 5,3% revelaram que esta condição se deu antes dos 18 anos e 9,6% depois dos 50 anos, podendo se ver na tabela 13 a demonstração desses dados.

⁴⁶ Lembrando-se que a pesquisa de caracterização sócio-econômica só trabalhou com adultos a partir de 18 anos de idade.

TABELA 13

Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Idade com que Foram para a Rua
(em %)

Idade com que Foram para a Rua	%
Até 18 anos	5,3
18 a 25 anos	14,0
26 a 34 anos	35,8
35 a 49 anos	35,3
50 anos ou mais	9,6
Total	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

Os moradores identificados em albergues moram há menos tempo na rua dos que os encontrados em logradouros: a média é 3, 3 anos e a mediana é de 2 anos . A tabela 14 apresenta a distribuição dessa variável.

TABELA 14

Moradores de Rua Encontrados em Albergues: Média e Quartil do Tempo na Rua

Indicadores Estatísticos	Meses
Média	39,7
Mediana	24
Mínimo	1
Máximo	360
Primeiro Quartil	5
Terceiro Quartil	45
N	108

Fonte: SAS/FIPE/2000

3.3 - A Identificação de Tipologias

Dada a heterogeneidade dos moradores de rua em São Paulo, tanto os encontrados nos logradouros como os albergados, buscou-se o encontro de "agrupamentos" de pessoas com características homogêneas, que permitissem a identificação de tipologias nessa "população".

A partir das variáveis sexo, idade, cor, condição migratória, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, se esmolam ou não, atividade anterior à ida para rua e a atual⁴⁷, existência ou não de parentes em São Paulo,

⁴⁷ A análise das variáveis *atividade anterior* e *atividade atual* foi feita a partir de uma tipologia sócio-ocupacional, tendo como referência os trabalhos desenvolvidos por Tabard (1993), Chenu e Tabard (1993) Preteceille (1995), Queiroz Ribeiro, 2000. As categorias sócio-ocupacionais foram construídas

tempo na rua e frequência ou não das casas de convivência⁴⁸, identificaram-se “grupos” de moradores de rua, com características comuns presentes nessa “população”.

Estas variáveis foram escolhidas em função de pressupostos formulados a partir da observação de campo. Uma das hipóteses levantadas é que na rua há moradores que vivem do trabalho e que se negam a pedir esmola e há outros que trabalham mas também esmolam. Outra suposição é que muitos moradores de rua não frequentam as casas de convivência, ou porque não as conhecem ou porque buscam outras alternativas para suprir suas necessidades básicas, preferindo não enfrentar regras e horários estabelecidos, retratando, assim, um perfil avesso à conduta institucionalizada e disciplinada. A presença ou não de parentes em São Paulo fez parte dessa seleção, tendo em vista que, independentemente dos moradores de rua manterem ou não contatos frequentes com eles, é uma variável importante para se avaliar a importância que a existência de vínculos familiares na cidade pode ter sobre a forma de vida na rua. Os dados de sexo, idade, cor, nível de escolaridade, origem, tempo na rua e ocupação anterior e atual revelam traços fundamentais para a análise que se propõe realizar, oferecendo o perfil demográfico além da inserção ou não no mercado de trabalho. Este conjunto de variáveis foi analisado separadamente para os moradores de rua encontrados nos logradouros e para os albergados, permitindo um paralelo entre as duas situações de pernoite.

Para identificar os “grupos homogêneos” entre os moradores de rua, foram utilizadas as técnicas de Análise Fatorial por Correspondências Múltiplas e

a partir da combinação das variáveis *renda, ocupação, posição na ocupação, setor de atividade e grau de instrução*, permitindo classificar a distribuição da população economicamente ativa quanto à sua inserção no mercado de trabalho e na estrutura social da metrópole. Esta metodologia está sendo utilizada no projeto “Metrópole, Desigualdades Sócio-Espaciais e Governança Urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, através do Programa de Núcleos de Excelência – Pronex, do qual a PUC-SP faz parte, através do Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas. A listagem das categorias sócio-ocupacionais encontram-se no Anexo II desta tese.

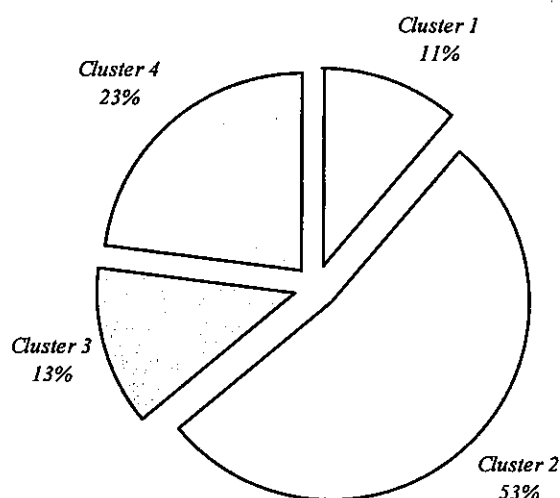
⁴⁸ Casas de convivência são locais institucionais de convívio que se relacionam com o poder público através de parceria/convênio. Elas funcionam diariamente com o objetivo de atender as necessidades de alimentação, higiene pessoal (banho, corte de cabelo e barba), lavagem de roupas e também estimulam a socialização além da profissionalização, através de cursos que são oferecidos por várias delas. Em alguns locais, os moradores de rua participam da limpeza, da lavagem da louça e da manutenção em geral dos espaços internos de convivência.

Análise de Classificação Hierárquica para a construção de "clusters"⁴⁹, a partir das variáveis mencionadas⁵⁰. Esse trabalho foi realizado através do programa SPAD⁵¹.

A análise foi construída, separadamente, entre a "população de rua" encontrada em logradouros e a albergada. Os dados que deram suporte para a análise dos moradores em logradouros, referem-se aos 443 entrevistados, que fizeram parte da amostra da pesquisa sócio-econômica realizada nas ruas, pela SAS/FIPE/2000. Identificaram-se, nesse conjunto de moradores, 4 *clusters*, ou seja 4 "grupos" de pessoas que apresentam características homogêneas, demonstrando-se na figura 3 essa divisão.

FIGURA 3

Divisão por Clusters dos Moradores de Rua Encontrados em Logradouros



O "Grupo I" agrega um conjunto de moradores de rua migrantes (97,9%), composto preponderantemente por homens (91,5%), com mais de 55 anos (57,4%), não brancos (58,7%), com escolaridade entre a 1ª e a 4ª séries (68,1%), tendo, portanto, até no máximo 4 anos de estudo. Pernoitam na rua 72,4%, ou seja, não procuram albergue como local de dormida. Não freqüentam casas de convivência 73,9%. A maioria deles (66,7%) trabalha e 85,1% não pedem esmola.

⁴⁹ Termo inglês que significa "blocos" ou "agrupamentos", utilizado em vários contextos para designar o agrupamento de elementos comuns para um determinado fim.

⁵⁰ Essa análise foi realizada pela Profª Yara R. P. Gustavo de Castro, consultora estatística da PUC-SP.

⁵¹ Système Portable d'Analyse des Données.

Este grupo envolve, também, moradores de rua com parentes morando em São Paulo (59,6%). É um grupo que parece já estar bastante integrado na cidade, tendo em vista que 91,3% dos moradores que o compõem estão em São Paulo há mais de 12 anos e, por sua vez, 44,4% há mais de 10 anos. Estes dados sugerem que parcela dos moradores de rua migrantes deste grupo devem ter tido, por pouco tempo, outra condição de moradia na cidade, antes da rua. Este "agrupamento" caracteriza-se por pessoas que foram proletários terciários, ou seja, trabalharam em serviços especializados e não especializados (43,7%). Hoje são sub-proletários (65,6%), sendo que 41,7% são ambulantes e 22,9% biscateiros.

O "**Grupo II**" também agrega moradores de rua migrantes, homens em quase sua totalidade (97,5%), com idade entre 26 a 40 anos de idade (54,3%), ou seja, mais jovens do que os do grupo I, correspondendo a uma população com idade economicamente ativa. São *não brancos* (62,1%), com escolaridade de 1ª à 4ª séries (80,1%). Diferem do "grupo I" quanto à frequência das casas de convivência, pois 66,9% deles as utilizam, o que indica serem moradores mais receptivos a normas e horários, em troca de serviços de higiene, alimentação e até mesmo de cursos profissionalizantes. É um grupo formado por pessoas que estão há menos tempo na cidade (43,9%), quando comparados ao grupo I e, também, há pouco tempo na rua, ou seja, menos de um ano (37,4%), sendo que 50,7% dormem na rua. É um grupo formado, em quase sua totalidade (99,6%), por trabalhadores, sendo que 90,3% não pedem esmola. É mais expressivo neste aglomerado o percentual de moradores de rua que trabalharam como proletários terciários, em relação ao "grupo I", especialmente em serviços especializados (35,4%), não sendo desprezível o percentual de operários que estiveram vinculados à construção civil (22,4%). Hoje, a grande maioria é ambulante (80,7%).

O "**Grupo III**", embora também formado por migrantes, traz uma característica diferente dos outros dois anteriores: agrega preponderantemente mulheres (92,9%), com idade entre 26 a 40 anos (37,0%) envolvendo, ainda, um grupo jovem entre 18 e 25 anos (27,8%). Este "grupo" também é composto por moradores *não brancos* (65,5%), sendo que a maioria (69,8%) cursou entre da 1ª à 4ª séries e 59,4% freqüentam casas de convivência. Chama a atenção o fato de que parcela preponderante deste agrupamento dorme em albergue. Compõem esse

grupo moradores que trabalham e pedem esmola (53,7%) enquanto que 66,3% vivem só de esmola. É expressiva a parcela de moradores de rua que estão em São Paulo há mais de 12 anos (34,1%), enquanto que 72% deles estão na rua de 1 a 5 anos. Quanto à atividade anterior à ida para a rua, este grupo envolve 67,9% de moradores que foram trabalhadores domésticos e hoje 50,9% não trabalha e 41,5% são ambulantes.

O "Grupo IV" também é formado por migrantes, em menor frequência que os três anteriores (72%), sendo a grande maioria constituída por homens (95%), de cor *não branca* (60%), com escolaridade entre a 1ª e 4 séries (77,2%). A procura pelas casas de convivência é grande nesse "grupo" (62,7%). A maior parcela de moradores de rua pernoita na rua (45,6%). Quase 60% deles têm parentes vivendo em São Paulo, sendo que 33,8% está há mais de 12 anos na cidade e 66% vivem na rua entre 1 e 5 anos. É importante ressaltar que 100% dos moradores deste grupo pedem esmola. Quase a metade desse aglomerado foi proletário terciário, 35,9% trabalharam em serviços especializados e 11,9% em não especializados e, ainda, 27,7% foram operários que trabalharam na construção civil. Atualmente, 99% deles não trabalham. Os dados das tabelas 15 a 27, que se seguem, permitem a confirmação desta análise.

TABELA 15

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Condição Migratória

(em %)

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Total
Não Migrante	2,1	19,5	20,0	28,0	19,6
Migrante	97,9	80,5	80,0	72,0	80,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	48	236	55	100	439*

*4 casos sem resposta

TABELA 16

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Sexo

(em %)

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Total
Masculino	91,5	97,5	7,1	95,0	84,8
Feminino	8,5	2,5	92,9	5,0	15,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	47	236	56	101	440*

*3 casos sem resposta

TABELA 17

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Faixa Etária

(em %)

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Total
18 a 25	10,6	6,0	27,8	6,1	9,3
26 a 40	10,6	54,3	37,0	48,0	45,9
41 a 55	21,3	38,8	25,9	38,8	35,3
> 55	57,4	,9	9,3	7,1	9,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	47	232	54	98	431*

*12 casos sem resposta

TABELA 18

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Cor

(em %)

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Total
Branca	41,3	37,9	34,5	40,0	38,3
Não Branca	58,7	62,1	65,5	60,0	61,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	46	235	55	100	436*

*7 casos sem resposta

TABELA 19

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por nível de Escolaridade

(em %)

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Total
Analfabeto	27,7	6,5	22,6	5,9	10,6
1ª. a 4ª.	68,1	80,1	69,8	77,2	76,9
5ª. a 8ª.	2,1	11,3	7,5	16,8	11,1
Superior	2,1	2,2	-	-	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	47	231	53	101	432*

*11 casos sem resposta

TABELA 20

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Frequência às Casas de Convivência

(em %)

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Total
Sim	26,1	66,9	59,4	62,7	61,3
Não	73,9	33,1	40,6	37,3	38,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	23	142	32	51	248*

*195 casos sem resposta

TABELA 21

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros pela Existência de Parentes Morando em São Paulo

(em %)

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Total
Nenhum	40,4	43,0	50,0	40,6	43,1
Tem Parentes	59,6	57,0	50,0	59,4	56,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	47	235	56	101	439*

*4 casos sem resposta

TABELA 22

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Tempo em São Paulo

(em %)

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Total
< 1 ano	4,3	20,3	9,8	22,5	17,4
1 a 5 anos	-	24,1	24,4	23,9	20,9
5 a 12 anos	4,3	19,8	31,7	19,7	19,1
> 12 anos	91,3	35,8	34,1	33,8	42,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	46	187	41	71	345*

*98 casos sem resposta

TABELA 23

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Tempo na Rua

(em %)

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Total
< 1 ano	15,6	37,4	36,0	33,0	33,8
1 a 5 anos	33,3	35,0	36,0	33,0	34,5
5 a 10 anos	6,7	14,5	20,0	24,2	16,5
> 10 anos	44,4	13,1	8,0	9,9	15,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	45	214	50	91	400*

*43 casos sem resposta

TABELA 24

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Local de dormida

(em %)

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Total
Albergue	15,2	31,9	45,3	38,9	33,9
Pensão	9,1	4,2	-	8,9	5,1
Alojamento	-	2,8	3,8	2,2	2,6
Casa	3,0	0,5	1,9	-	0,8
Rua	72,4	50,7	37,7	45,6	49,6
Albergue + Pensão	-	7,5	1,9	2,2	4,9
Albergue + Rua	-	2,3	9,4	2,2	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	33	213	53	90	389*

*54 casos sem resposta

TABELA 25

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Logradouros
por Inserção no Mercado de trabalho e que Esmolam

(em %)

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Total
Trabalha	66,7	99,6	46,3	-	66,5
Esmola	33,3	0,4	53,7	100,0	33,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	48	236	54	101	439*

*4 casos sem resposta

TABELA 26

**"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em
Logradouros por Atividade Anterior à ida para a Rua**

(em %)

ATIVIDADE ANTERIOR	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Total
Não trabalhava	-	2,1	13,2	2,0	3,2
Ocupações agrícolas	14,9	3,0	1,9	4,0	4,3
Artesão	-	1,7	-	-	0,9
Comerciantes por conta própria	2,1	0,4	-	-	0,5
Profissionais de nível superior empregados	2,1	-	-	-	0,2
Empregados de escritório	2,1	1,3	-	1,0	1,1
Técnico, artista	-	0,4	-	2,0	0,7
Empregados da saúde e educação	-	0,4	-	1,0	0,5
Empregados do comércio	-	3,4	-	6,0	3,2
Serviços especializados	23,4	35,4	3,8	36,0	30,4
Serviços não especializados	21,3	17,7	1,9	12,0	14,9
Operários de serviços auxiliares	-	1,3	-	1,0	0,9
Operários da indústria tradicional	4,3	5,1	1,9	5,0	4,6
Operários da construção civil	12,8	22,4	-	28,0	19,9
Empregados domésticos	2,1	1,3	67,9	2,0	9,6
Biscateiros	14,9	1,3	-	-	2,3
Ambulantes	-	3,0	9,4	-	2,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	47	237	53	100	437*

*6 casos sem resposta

TABELA 27

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados nos Logradouros por Atividade Atual

(em %)

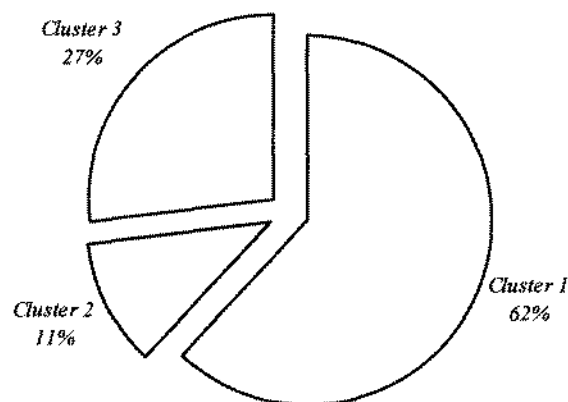
ATIVIDADE ATUAL	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Total
Não trabalha	33,3	-	50,9	99,0	32,9
Ocupações agrícolas	-	0,4	-	-	0,2
Artesão	-	0,4	1,9	-	0,5
Serviços especializados	-	3,4	1,9	-	2,1
Serviços não especializados	-	11,4	1,9	-	6,4
Operários da construção civil	-	0,4	-	-	0,2
Empregados domésticos	2,1	0,9	1,9	-	0,9
Biscateiros	22,9	2,1	-	-	3,7
Ambulantes	41,7	80,7	41,5	1,0	52,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	48	237	56	101	435*

*8 casos sem resposta

Para a identificação de "grupos homogêneos" entre os moradores de rua encontrados em albergues, foi utilizado o mesmo procedimento analítico. Os dados que subsidiaram a análise referem-se aos 119 entrevistados que fizeram parte da amostra da pesquisa sócio-econômica, realizada pela SAS/FIPE em 2000, nos albergues. A análise, segundo as variáveis acima relacionadas, permitiu o encontro de 3 *clusters*, ou seja, de 3 "grupos" de pessoas" com perfis homogêneos. A figura 4 apresenta esta divisão.

FIGURA 4

Divisão por Clusters dos Moradores de Rua Encontrados em Albergues



O "**Grupo I**" agrega homens, em sua grande maioria, de cor *não branca*, embora os brancos também sejam representativos neste grupo. A idade preponderante está entre 26 e 40 anos e é expressiva a parcela com 41 a 55 anos, ou seja, são moradores de rua em idade economicamente ativa. É importante ressaltar que o número de jovens como de idosos é pouco expressivo neste agrupamento. A grande maioria está há menos de um ano na rua e todos trabalham; foram, na sua maioria, operários terciários, ou seja, inseridos em atividades de serviços especializados e não especializados e, ainda, em menor número aparecem os que exerceram trabalho anterior na construção civil. Hoje em dia, grande parte trabalha em serviços especializados e não especializados e alguns são ambulantes.

O "**Grupo II**" é formado preponderantemente por mulheres, a maioria de cor branca, com idade entre 26 a 55 anos, notando-se que não há nenhuma presença de pessoas de faixas mais jovens e se registrando apenas uma pessoa idosa neste "grupo". Há um percentual idêntico de moradores de rua com escolaridade entre a 1ª e a 4ª séries e com o ensino médio. Todos estão na rua há, no máximo, 5 anos, sendo que a grande maioria está há menos de um ano. Os moradores desse "agrupamento" foram, na sua maioria, empregados domésticos e hoje parte deles não trabalha, alguns estão empregados no comércio e outros são ambulantes.

O "**Grupo III**" é composto em quase sua totalidade de homens, sendo proporcional o número de brancos e *não brancos* e se concentram na faixa etária entre 41 e 55 anos. Há uma proporção idêntica de pessoas que cursaram até a 4ª série e da 5ª até a 8ª. A grande maioria está na rua há menos de um ano. É um grupo formado, na sua totalidade, por pessoas que não trabalham e apenas uma parcela reduzida delas pede esmola, sugerindo que vivem do atendimento institucional oferecido pela cidade e/ou de pensão/aposentadoria, de doações etc. A atividade anterior à ida para a rua se relacionava a serviços especializados e à construção civil. Os dados das tabelas 28 a 35 retratam essa análise.⁵²

⁵² Para as tabelas referentes aos moradores albergados não foram calculadas as porcentagens em função do tamanho da amostra (119), que, ao estratificá-la pelas variáveis selecionadas, encontra dados correspondentes a um número reduzido de entrevistados.

TABELA 28

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Albergues por Sexo

	Masculino	Feminino	Total
Grupo 1	68	4	72
Grupo 2	2	11	13
Grupo 3	31	1	32
Total	101	16	117*

*2 casos sem resposta

TABELA 29

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Albergues por Cor

	Branca	Não Branca	Total
Grupo 1	31	38	69
Grupo 2	8	5	13
Grupo 3	15	17	32
Total	54	60	114*

*5 casos sem resposta

TABELA 30

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Albergues por Faixa Etária

	18 a 25 anos	26 a 40 anos	41 a 55 anos	> 55 anos	Total
Grupo 1	10	29	25	9	73
Grupo 2	-	6	6	1	13
Grupo 3	8	5	16	3	32
Total	18	40	47	13	118*

*1 caso sem resposta

TABELA 31

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Albergues por Nível de Escolaridade

	Analfabeto	1ª. a 4ª. Série	5ª. a 8ª. série	Médio	Superior	Total
Grupo 1	1	31	31	6	4	73
Grupo 2	1	5	2	5	-	13
Grupo 3	-	14	14	4	-	32
Total	2	50	47	15	4	118*

*1 caso sem resposta

TABELA 32

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em Albergues por Tempo na Rua

	< 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	> 10 anos	Total
Grupo 1	59	9	3	2	73
Grupo 2	9	4	-	-	13
Grupo 3	25	6	1	-	32
Total	93	19	4	2	118*

*1 caso sem resposta

TABELA 33

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em
Albergues por Inserção no Mercado de Trabalho e que Esmolam

	Trabalha	Pede Esmola	Outra	Total
Grupo 1	73	-	-	73
Grupo 2	10	-	3	13
Grupo 3	-	5	27	32
Total	83	5	30	118*

*1 caso sem resposta

TABELA 34

"Grupos" de Moradores de Rua Encontrados em
Albergues por Atividade Anterior à Ida para Rua

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Total
Não trabalha	1	1		2
Ocupações agrícolas	5	-	2	7
Pequenos empregadores	1	-	-	1
Profissionais de nível superior empregados	1	-	-	1
Empregados de escritório	-	3	-	3
Técnicos, artistas	1	-	-	1
Empregados de comércio	3	1	1	5
Serviços especializados	22	1	11	34
Serviços não especializados	16	1	4	21
Operários de serviços auxiliares	-	-	1	1
Operários da indústria tradicional	3	1	3	7
Operários da construção civil	14	-	10	24
Empregados domésticos	-	5	-	5
Biscateiros	2	-	-	2
Ambulantes	4	-	-	4
Total	73	13	32	118*

*1 caso sem resposta

TABELA 35

"Grupos" de Moradores de Rua
Encontrados em Albergues por Atividade atual

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Total
Não trabalha	-	4	31	35
Profissionais de Nível superior autônomos	1	-	-	1
Empregados do comércio	-	3	-	3
Serviços especializados	16	-	-	16
Serviços não especializados	25	1	-	26
Operários da Indústria tradicional	1	-	-	1
Operários da construção civil	9	-	-	9
Empregados domésticos	-	1	1	2
Biscateiros	4	-	-	4
ambulantes	17	3	-	20
Total	73	12	32	117*

*2 casos sem resposta

Ao se comparar os grupos de moradores de rua encontrados nos logradouros com os albergados, o que chama a atenção é que os albergues são mais procurados por pessoas em idade economicamente ativa, sendo que os mais jovens e os muito idosos não os procuram com tanta frequência. Nos albergues é quase inexistente a presença de moradores que pedem esmola: a maioria trabalha ou vive dos serviços oferecidos pela cidade e/ou outros meios. Os albergados parecem possuir um nível maior de escolaridade do que os dos logradouros, pois a presença de pessoas que cursaram da 5ª à 8ª séries é significativa, assim como não é desprezível o dos que passaram pelo ensino médio e quase inexistem moradores analfabetos. Os moradores albergados estão, na sua grande maioria, há menos de um ano na rua. Quanto ao trabalho anterior, em ambos os casos, a condição é semelhante: foram proletários terciários que trabalharam em serviços especializados e não especializados e com parcela composta de operários que trabalharam na construção civil. Atualmente são sub-proletários, em sua maioria, trabalhando como ambulantes e biscateiros, quando não desempregados.

3.4 - O Significado do Cotidiano: Enigmas e Revelações em Busca da Sobrevivência

O cotidiano das pessoas que moram nas ruas da cidade se configura, basicamente, na dinâmica das relações estabelecidas com outros indivíduos que se encontram na mesma condição de vida e com as instituições sociais que lhes oferecem serviços, visando o atendimento das necessidades básicas de alimentação, saúde, abrigo, segurança e trabalho.

Os moradores de rua vivem próximos aos prédios, ao comércio, aos veículos, às praças e parques, aos burburinhos da cidade, mas tudo isso é inacessível a eles. O simples direito de ir, vir e permanecer lhes é negado. Não estão nem dentro e nem fora da sociedade. *Vivem a experiência de ter que ser sem nada ter*, segundo expressão de Mautner (1995).

O conhecimento da vida cotidiana da população de rua em São Paulo nos leva à compreensão da sociedade mais ampla, tendo em vista que o cotidiano não é uma parcela isolada do contexto social, mas através dele se descobre e se revela a realidade social. A vida cotidiana não é entendida a partir de um sistema teórico próprio, mas como lugar privilegiado de análise na medida em que é revelador de determinados processos de funcionamento da sociedade e dos conflitos e contradições que emergem dentro dela.

Segundo Heller (1992), a vida cotidiana é uma das principais formas de manifestação da história, ou seja, *"está no centro do acontecer histórico: é a verdadeira "essência" da substância social"* e essa condição lhe permite superar os limites através da busca da transformação do próprio cotidiano. Como diz a autora, é na vida cotidiana que o homem se depara com alternativas e escolhas, propiciando a formação da consciência do eu (do indivíduo particular) e do nós (do homem como ser genérico, pertencendo a um grupo, a uma comunidade, a uma sociedade) sendo, portanto, o indivíduo produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, o conhecimento da vida cotidiana surge como uma possibilidade de apreensão das condições históricas, que explica a reprodução

social e a produção de novas relações sociais. O presente é um produto histórico, ainda que de forma oculta e não manifesta.

Para Lefebvre (1991), a análise do cotidiano supõe uma atitude crítica, pois revela ideologias, ao mesmo tempo que implica uma crítica ideológica. *"A investigação teórica se insere a uma concepção de mundo, de ser e de sociedade"*. Segundo o referido autor, o cotidiano na sociedade capitalista tem sua forma própria: é marcado pelo descompasso entre a vivência e a consciência, ou seja, o produto do trabalho é separado de seu produtor e o mundo exterior também é concebido como uma realidade separada do indivíduo, configurando a alienação⁵³. Contudo, lembra Lefebvre, na vida cotidiana podem ocorrer críticas à situação de alienação em que não apenas ocorra a reprodução das relações sociais dominantes, mas também um processo de produção de novas relações. Trata-se de identificar no cotidiano a sua miséria e a sua potencialidade e, a partir disso, elaborar um projeto de transformação social. Nessa mesma direção encontramos uma das análises feitas por José Machado Pais (2003), que nos diz:

"O cotidiano é o que se passa todos os dias: no cotidiano nada se passa que fuja à ordem da rotina e da monotonia. Então o cotidiano seria o que no dia a dia se passa quando nada parece passar. Mas só interrogando as modalidades através das quais se passa o cotidiano - modalidades que caracterizam ou representam a vida passante do cotidiano - nos damos conta de que é nos aspectos frívolos e anódinos da vida social, no "nada de novo" do cotidiano, que encontramos condições e possibilidades de resistência que alimentam a sua própria rotura".

Partindo-se destas idéias e ao se analisar o cotidiano da "população de rua", não podemos desconsiderar o fato de que as pessoas que moram na rua participam todos os dias da vida com toda sua individualidade e sua personalidade,

⁵³ Trata-se da idéia que Marx elabora sobre o processo de alienação do trabalho: "o trabalho é exterior ao trabalhador, quer dizer, não pertence à sua natureza; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo (...). Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado*. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um *meio* de satisfazer outras necessidades", cf. Manuscritos Econômico-Filosóficos, p.160.

assim como todo cidadão de uma sociedade. São homens e mulheres sós, famílias, crianças, adolescentes, que se agregam das mais diferentes formas e que trazem valores, normas e conceitos dos seus mundos de origem e das formas de socialização que viveram e que a partir do tempo que estão na rua se inserem e se apropriam, de diferentes formas, dos mecanismos de sobrevivência que a sociedade oferece.

Ao se relacionarem com um novo mundo, passam a reconstruir o seu pensar e agir que se formam a partir das condições reais e das novas relações sociais existentes. Vão aos poucos se apropriando do novo modo de vida e buscando adequar suas habilidades ao novo cotidiano. Faça calor ou frio, não há onde se abrigar, não existe o aconchego e nem a segurança das portas fechadas.

O cotidiano dessa "população" se difere dos demais "grupos sociais" que convivem na cidade: ele não é vivido no mundo privado mas somente nos espaços públicos, e portanto, coletivos; ele é desvinculado da vida da família, do trabalho, do lazer, da possibilidade de construção de planos futuros, da religiosidade, do comportamento planejado e disciplinado por normas e regras. É construído a cada dia com uma dimensão que se limita no aqui e agora e cuja preocupação central é a manutenção da vida biológica.

"O "agora" tem que ser intenso, pois só o alerta permanente pode dar segurança. Estar alerta é sobreviver. Quem não tem guardados para depois não pode esbanjar a oportunidade de capturar agora."

(Mautner, 1995:55)

A análise da vida na rua não pode, portanto, desconhecer o fato de que muitos moradores ainda preservam valores construídos nas suas relações de origem e que o novo espaço impõe regras e hábitos que alteram em muito seus antigos modos de vida, deixando um vazio em seus novos trajetos, constituindo-se em uma agressão ao indivíduo, roubando-lhe parte do seu ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar. Segundo Milton Santos (1992), trata-se de um processo de *"desterritorialização que significa alienação, estranhamento, que são, também, desculturização"*.

A vivência permanente de perda e de alerta constante desenvolve uma subjetividade carregada de sentimentos de medo e incertezas, tendo em vista que nada se tem assegurado, a não ser o corpo que serve de apoio para cobertas nos dias de frios e de chuva.

Os moradores de rua constituem uma "população" que se encontra no limite extremo da pobreza e vive um mundo social que não foi escolhido pela grande maioria dela mas foi, sem dúvida, determinado pelos modelos de desenvolvimento concentradores e injustos adotados nas últimas décadas do século XX e nos anos iniciais do século XXI, acrescido da ausência de políticas públicas que impediu as possibilidades de acesso a uma vida autônoma.

Quem está na rua não tem nem mesmo garantidos os direitos mais elementares. Não pode sentar-se tranqüilamente em um praça, não pode andar naturalmente em um parque, sua entrada é rejeitada em lojas, supermercados, shopping-centers, entre outros e são expulsos até mesmo quando estão dormindo em baixo de marquises, de viadutos ou locais de muita circulação na cidade, sendo, portanto, destituídos de qualquer espaço (Alves1994).

*"A capacidade de utilização do território
não apenas divide como separa os homens, ainda que
eles apareçam como se estivessem juntos".*

(Milton Santos, 1992)

Os moradores de rua são muito estigmatizados pelos cidadãos da cidade. Eles despertam medo, nojo e descaso. As relações sociais dominantes cultuam a idéia da intolerância frente aos "diferentes e/ou aos desiguais", prevalecendo os interesses consumistas e individualistas que giram ao redor do mundo das coisas em proporção inversa à valorização dos homens. A própria condição de não identidade leva ao conformismo, que faz dessa "população" um objeto passivo de coerção.

Diante dessas colocações, como é viver na rua? Como as pessoas sobrevivem e constroem o seu cotidiano? Como suprem as suas necessidades básicas? Como enxergam e sentem a vida que os rodeia? As respostas a estas

questões nos levam, inicialmente, a apontar que parte significativa dos moradores de rua permanecem à margem dos serviços institucionais a eles oferecidos, seja por recusa voluntária ou por insuficiência de oferta e, assim, constituem um "grupo" desprotegido, sem condições de reagir por si só à sua situação, encontrando-se no extremo da escala de privação.

A rotina diária dos moradores de rua em São Paulo, em busca de alimentação, do atendimento de higiene pessoal e da saúde, das formas de abrigo, da segurança pessoal e da relação com o trabalho, nos oferece um "retrato sem retoques" das condições em que vive esse contingente populacional, demonstrando as contradições que o modo de produção capitalista produz em nossa sociedade.

As estratégias para o alcance da realização das necessidades básicas para a sobrevivência, diferem em relação aos locais de pernoite. A alimentação, para a maioria dos moradores encontrados nos logradouros (46,9), é conseguida na rua, geralmente pela vizinhança, por transeuntes e outros; 41,2% deles compram seus alimentos com os trocados que acumulam geralmente de esmolas e/ou bicos que realizam na rua; 28,0% declararam que pedem comida; 14,6% alimentam-se em entidades beneficentes; 16,6% procuram as "bocas de rango"; 9,3% buscam nas casas de convivência, 8,2% catam comida, 4,8% recebem de bares, restaurantes, lojas etc e 4,3% obtêm alimentação em outros locais que não identificaram. A tabela 36 permite a visualização das formas de obtenção de alimentos apresentando os percentuais a partir de respostas múltiplas.

TABELA 36
Moradores de Rua Encontrados em Logradouros:
Formas de Obtenção de Alimentos

(em %)

Formas de Obtenção de Alimentos*	%
Compra	41,2
Cata	8,2
Pede	28,0
Recebe na rua	46,9
"Boca de rango"	16,6
Entidade beneficente	14,6
Casa de convivência, albergue	9,3
Bares, restaurantes, lojas	4,8
Outro local	4,3

Fonte: SAS/FIPE/2000

*Respostas múltiplas

Quanto à higiene pessoal, principalmente o banho, a pesquisa de 2000 da SAS/FIPE apontou as seguintes alternativas como sendo as mais procuradas pelos moradores de rua: comunidades e casas de convivência⁵⁴, entidades beneficentes, depósitos de ferro velho, postos de gasolina, cano, bica, torneira, chafariz, igrejas e um expressivo percentual não identificou o local. Há, ainda, moradores que pagam pelo banho, outros o conseguem com moradores, um reduzido número em casa de parentes e uma parcela deles não toma banho. Os dados da tabela 37 apresentam os percentuais das alternativas buscadas para banho, através de respostas múltiplas.

TABELA 37

Moradores de Rua Encontrados em Logradouros: Alternativas para Banho

(em %)

Alternativas para Banho*	%
Não toma banho	4,7
Paga pelo banho	3,0
Pede a moradores	3,0
Posto de gasolina	9,5
Recebe na rua	1,9
Entidades beneficentes	18,8
Comunidades, casas de convivência	20,7
Igreja	6,5
Comércio	2,6
Cano, bica, torneira	7,9
Depósito de ferro velho	11,2
Casa de parentes	0,5
Outro local	17,9

Fonte: SAS/FIPE/2000

*Respostas múltiplas

Quase a metade da "população" entrevistada (49,0%) utiliza os próprios logradouros como local onde fazem suas necessidades fisiológicas, através das mais diversas estratégias; 40,4% se dirigem a bares e restaurantes; 11,4% procuram os banheiros públicos (rodoviárias, metrô, Ceasa etc); 8,4% vão a entidades; 5,3% recorrem a depósitos de ferro velho ou papelão e 3,9% a igrejas. São procurados para este fim, também, postos de gasolina, lojas, supermercados, entre outros, quando é permitida sua entrada.

⁵⁴ Casas de convivência são locais institucionais de convívio, que se relacionam com o poder público através de parceria/convênio. Elas funcionam diariamente com o objetivo de atender as necessidades de alimentação, higiene pessoal (banho, corte de cabelo e barba), lavagem de roupas e também estimulam a socialização além da profissionalização, através de cursos que são oferecidos por várias delas. Em alguns locais, os moradores.

Quanto à saúde, o atendimento dirigido à população de rua é muito precário ou mesmo inexistente. Ocorre de forma pontual em alguns postos de saúde da cidade e pronto-socorros. Quando se trata de problemas graves, as pessoas de rua, como todo segmento de baixa renda, são resgatadas e encaminhadas para o Hospital das Clínicas ou para as Santas Casas de São Paulo.

O problema de saúde entre os moradores de rua torna-se ainda mais problemático por vários motivos: as condições de higiene pessoal e ambiental em que vivem, o fato de estarem expostos ao excesso de calor e/ou de frio, a falta de uma rotina alimentar, o uso constante de álcool e/ou droga, entre outros fatores. Contudo, os relatos de grande parte dos moradores entrevistados, revelam que só consideram problema de saúde em condições de extremo desconforto ou em decorrência de acidentes e agressões na rua. Isso se comprova quando se verifica um significativo percentual de moradores que declararam nunca ter tido problemas de saúde.

Quando perguntados como sanam os problemas de saúde, a partir da última doença que tiveram, constatou-se que 59,4% dos moradores de rua procuraram pronto-socorros e hospitais públicos; 23,7% nada fizeram e foram socorridos por terceiros; 5,3% declararam que não procuraram ajuda e o problema desapareceu; 5,7% buscaram atendimento nos postos de saúde; 6,7% se dirigiram a outros locais não declarados e os demais recorreram a entidades sociais e igrejas para serem atendidos. (SAS/FIPE/2000 b). A tabela 38 apresenta esses dados.

TABELA 38

Moradores de Rua Encontrados Logradouros:
Alternativas para a Solução do Problema de Saúde

(em %)

Alternativas para a Solução do Problema de Saúde*	%
Não procurou e foi socorrido	23,7
Não procurou e o problema desapareceu	5,3
Pronto Socorro, Hospital	59,4
Posto de Saúde	5,7
Entidade Social	1,1
Igreja	0,7
Outros	6,7

Fonte: SAS/FIPE/2000

*Respostas múltiplas

Quando necessitam de remédio, 58,4% dos pesquisadores responderam que os obtêm em pronto-socorros, hospitais públicos e postos de saúde; 13,3% compram o remédio que necessitam; 9,8% não precisaram de medicamento; 7,0% o adquiriram em outros locais que não identificaram; 5,1% buscaram em entidades sociais; 3,8% na igreja/centro espírita e 6,6% não conseguiram remédio para a sua doença (tabela 39).

TABELA 39

Moradores de Rua Encontrados em Logradouros:
Alternativas para Obtenção de Medicamentos.

(em %)

Alternativas para Obtenção de Medicamento*	%
Não precisou	9,8
Comprou	13,3
Pronto socorro, hospitais públicos, postos de saúde	58,4
Entidades sociais	5,1
Igreja, centros espíritas	3,8
Não obteve	6,6
Outros locais	7,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

*Respostas múltiplas

Em relação à violência, o que se contatou, inicialmente, foi um percentual de 39,8% de moradores identificados nos logradouros que disseram nunca ter sofrido nenhum tipo de violência na rua. Por outro lado, 30,6% sofreram agressões dos próprios moradores de rua, 22,8% de transeuntes e 13,3% de policiais. Outros percentuais, menos expressivos, se referem a violências sofridas por comerciantes, funcionários da Prefeitura e outros agentes não identificados.

O tipo de violência enfrentado por 52,5% dos pesquisados é espancamento, briga e luta corporal; 29,7% já receberam facada, tiro, paulada; 26,6% apontaram roubo/furto como o tipo de agressão que sofreram na rua; para 22,4% a agressão foi verbal e ainda com percentuais mais reduzidos encontram-se moradores que sofreram agressão sexual (3,0%) e queimaduras (2,7%), conforme tabela 40.

A rua é o espaço onde tudo se vê e tudo se sabe. Nela há regras estabelecidas que não podem ser transgredidas. Aqueles que descumprem as leis

são conhecidos e apontados de forma sigilosa, mas fora do âmbito do próprio "grupo", nada se viu, nada se sabe, nada se ouviu, ou seja, ninguém se compromete. Contudo, o silêncio imposto em nome de uma certa ética de proteção não significa aprovação mas muitas vezes quem cometeu o erro é cobrado, gerando brigas, facadas e até mesmo morte. (Alves, 1994).

TABELA 40

Moradores de Rua Encontrados em Logradouros:
Tipo de Violência Sofrida na Rua

(em %)

Tipo de Violência Sofrida na Rua*	%
Verbal	22,4
Espancamento, briga, luta corporal	52,5
Facada, tiro, paulada	29,7
Queimadura	2,7
Roubo, furto	26,2
Sexual	3,0
Outro tipo	1,1

Fonte: SAS/FIPE/2000

*Respostas múltiplas

"Já me roubaram uma sacola de roupa e sapato. Eles falaram que eram amigos da gente e que podia deixar tudo com eles e, quando voltei, não tinha nem os amigos e nem as coisas, porque tinham roubado. Agora não caio mais nessa".

Benedito

Os moradores encontrados em albergues, embora enfrentem situações semelhantes às identificadas em logradouros, diferem principalmente quanto à alimentação e higiene pessoal, pois as têm no próprio albergue.

Quanto à saúde, as alternativas encontradas são as mesma, quando perguntados como fizeram para sanar a última doença que tiveram: 65% dos moradores procuram pronto-socorros e hospitais públicos; 13,8% nada fizeram e foram socorridos por terceiros; 10% buscaram atendimento nos postos de saúde; 7,5% também nada procuraram e o problema desapareceu; 5% foram atendidos no albergue e os demais dirigiram-se a entidades sociais, casas de convivência, igrejas e outros locais que não identificaram.

Os locais procurados para obterem remédio foram, para 63,4% deles, pronto-socorros, hospitais públicos e postos de saúde; 17,1% compraram o remédio que necessitavam; 9,8% buscaram em entidades sociais; 8,5% não precisaram de medicamento; alguns pediram a igrejas e centros espíritas, outros a locais que não identificaram e um grupo deles não obteve o remédio que necessitavam, sabendo-se que essas últimas três alternativas apresentam um percentual de 3,7% cada.

Quanto ao tipo de violência sofrida, 66,7% disseram ter sido verbal; 20,0% foram roubados em albergue e 13,3% informaram ter sofrido agressão sexual.

"Muitas pessoas que estão aqui dentro do albergue não têm objetivo nenhum. Eles roubam o que você tem, eles não escolhem, igual escova de dente é coisa de higiene pessoal eles roubam; tem mulheres roubando calcinha, homem lavando cueca do outro, então você não tem aquela liberdade... Eu comprei um tênis de oitenta reais, não é porque estou nessa vida que eu vou andar todo, né? Eu comprei na quarta, na quinta-feira que ia usar o tênis para dar uma volta, roubaram o tênis".

(Marcelo)

Quanto à forma como eles vêem e sentem o mundo ao redor deles, os depoimentos que se seguem retratam a necessidade de reconhecimento que sentem:

"O que eu mais preciso e gostaria é que a sociedade aceitasse a gente como a gente é. Só a sociedade pode ajudar a gente aqui na rua. É a gente ter trabalho, eles parar de ter o orgulho que eles têm, ver a gente debaixo para cima, é da força deles que a gente depende".

(Benedito)

"As pessoas da sociedade têm que saber que a gente é honesto; quem é malandro não tem lugar para morar nesse mundo, mas a gente que tem respeito quer morar direito".

(Josué)

"Eu queria um canto só meu, uma liberdade, igual aqui no albergue, você não tem sua liberdade. Se você entrou, você não pode sair, é tipo um preso".

(Marcelo)

Podemos perceber por esses relatos que os moradores de rua vivem um cotidiano permanentemente conflitivo: ao mesmo tempo que a relação espaço-tempo já não existe para muitos deles, pois seus parâmetros temporais são definidos muito mais pelos acontecimentos do que pelo relógio e sem um amanhã programado, não vivem alheios às discussões que ocorrem na sociedade. Ao andarem pela cidade, vêem TV, lêem jornais nas bancas, conversam com ou outro transeunte e aos poucos se tornam conscientes do quanto são desrespeitados pela sociedade, embora não reajam, talvez pela própria ausência de cidadania (Alves, 1994).

"Se a vida de todo dia se tornou o refúgio dos céticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano".

José de Souza Martins (2000)

3.5 - Trabalho e Ser Social: Uma Relação Complexa

Esta parte tem como objetivo retratar as relações dos moradores de rua com o mundo do trabalho, procurando-se contextualizá-lo a partir das transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX e nos anos iniciais do século XXI.

O ponto de partida se baseia na idéia de que o indivíduo se forma e se transforma no trabalho e nas relações sociais do trabalho. O trabalho é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Dessa forma é a categoria fundante do mundo dos homens.

“É no e pelo trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência humana sem trabalho”.

(Lessa, 2002)

A existência social, porém, segundo Lessa, é muito mais que trabalho. O próprio trabalho é uma categoria social, ou seja, apenas pode existir como parte de um quadro composto, no mínimo por ele e pela sociabilidade (o conjunto das relações sociais). *“A relação dos homens com a natureza requer, com absoluta necessidade, a relação entre os homens”.*

Assim, a vida social contém, além dos atos de trabalho, uma enorme variedade de atividades voltadas para atender às necessidades criadas no desenvolvimento das relações dos homens entre si, cujas atividades sempre se articulam ao trabalho.

“Os traços, os caracteres físicos e psíquicos são deste ou daquele indivíduo, porque são sociais, ou seja, porque pertencem aos homens de uma determinada época e lugar. Assim sendo, a individualidade é, inseparavelmente, social e individual, objetiva e subjetiva, fundada no modo como a sociedade se organiza, produz, se relaciona e na espécie de poder instituído”.

(Palangana, 1998)

Esta idéia reforça o entendimento de que o trabalho apenas existe no interior do ser social, sendo uma categoria exclusiva do mundo dos homens. Em outras palavras, o trabalho é sempre parte de uma totalidade social e por isso ele se apresenta na reprodução da sociedade como um “processo de trabalho” que é a totalidade de todos os atos de trabalho singulares dos indivíduos concretos.

Dessa forma, nenhum ato de trabalho em sua singularidade pode exercer todas as funções sociais que, no interior da reprodução de uma dada sociedade, em um dado momento histórico, são requeridas do trabalho em sua totalidade.

"O trabalho alcança sua verdadeira e adequada existência apenas no interior de um complexo que se move e se reproduz processualmente e, apenas assim, pode ser constatada sua dimensão fundante para o mundo dos homens"

(Lukács, 1986 apud Lessa, 2000)

Essa idéia é importante para nossa análise, tendo em vista que é absolutamente impossível conceber o trabalho como categoria fundante dos homens a partir de estudos de casos que abordem processos particulares de trabalho. Nenhum ato de trabalho em sua singularidade pode exercer todas as funções sociais que, no interior da reprodução de uma sociedade, em um dado momento histórico, são requeridas do trabalho em sua totalidade.

Nesse sentido, Lessa (2002) alerta que o debate contemporâneo sobre o trabalho apresenta um nível de imprecisão, quando coloca alguns de seus conceitos fundamentais. Segundo o referido autor, a nossa situação histórica é marcada pela contradição do aumento da capacidade produtiva, por meio, entre outras coisas, da dispensa da força de trabalho, com as limitações intrínsecas aos atuais mercados consumidores, ou seja, pela justaposição no tempo e no espaço do excedente de produção (o consumo não acompanha o crescimento do potencial produtivo) e do excedente de força de trabalho (desemprego). Tal contradição seria responsável pelo caráter de *continuun* da crise atual, a qual passa a ser quase a forma "normal" de reprodução do capital.

É essa permanência de uma crise convertida em situação de normalidade que fornece as bases empíricas para as teorizações que afirmam haver uma nova relação entre trabalho e sociabilidade, ou mesmo uma sociabilidade que não precisa do trabalho como seu fundamento.

"A destruição dos postos de trabalho, a eliminação de profissões tradicionais, a "reestruturação produtiva", a hipertrofia do capital financeiro "globalizado", a generalização dos hifenizados, o desenvolvimento das comunicações e da "economia pontocom" da internet, além de outras tendências

contemporâneas, são os argumentos empíricos dos quais se retira a legitimidade a favor das teorizações que postulam não ser mais o trabalho a categoria central do mundo dos homens"

(Lessa, 2002)

Por outro lado, não podemos deixar de lembrar que, em meio à atual crise, há a desmobilização dos movimentos contestadores, em especial do movimento operário, que tem diminuído o impacto social das teorias que propõem a superação do capital, especialmente do campo teórico marxista. A presença do terceiro setor, a tentativa de uma economia solidária, fundamentada na idéia de um cooperativismo como mecanismo de emancipação do trabalho e muitas outras que surgiram e ainda devem aflorar no panorama social da crise parecem buscar o impossível, pois novas formas da relação capital-trabalho que atendam às exigências da reestruturação produtiva acabam por levar à extração mais intensa da mais valia.

O essencial disso tudo é que a presença de elevadas taxas de desemprego inerentes à atual crise estrutural do capital acabou por colocar a categoria *trabalho* no centro do debate atual. O maior prejuízo dessa situação, segundo Lessa, parece ter sido o fato de as transformações das relações de produção, algumas delas profundas e irreversíveis, respaldarem as teorizações que afirmam a presença de uma relação radicalmente nova da sociedade com o trabalho.

As transformações do próprio trabalho, sua crescente diferenciação e diversidade internas nos levam a indagar: o crescimento do setor dos serviços, o desenvolvimento das comunicações e a automação estão apontando para uma nova era, distinta daquela dos homens com o trabalho? Dito de outra forma: estamos vivendo o fim da "sociedade de trabalho"?

Não é nosso objetivo aqui aprofundar essa discussão. Ela está posta como um pano de fundo para contextualizar o momento pela qual passam as sociedades nacionais e mundiais e em especial as sociedades globais, como é o caso de São Paulo, em que o trabalho continua sendo o centro das atenções face às novas exigências do mercado internacional e local.

A partir da década de 1980, observa-se uma intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas que se convencionou chamar de *globalização*. Para alguns autores esse fenômeno não é de todo inédito na história, mas a escala e velocidade em que ocorre hoje mudam a sua qualidade e o torna peculiar.

Um de seus traços mais marcantes, entre muitos outros, é a presença de empresas transnacionais, que diferem, em muito, das corporações multinacionais típicas dos anos 60 e 70, constituindo um fenômeno novo (Dupas, 1999). Nesse contexto de mobilidade de grandes massas de capitais, que tem, em larga medida, lógicas autônomas em relação às decisões dos Estados nacionais, o espaço para a operação de políticas públicas se vê sensivelmente diminuído.

As empresas transnacionais não só visam atingir um mercado consumidor global como o fazem utilizando mão-de-obra, tecnologia e matérias-primas existentes em todo o mundo da forma mais eficiente possível. Ao contrário das multinacionais, que tendiam a reproduzir as relações de trabalho observadas em suas matrizes, as transnacionais, além de fabricarem diferentes partes do produto em diferentes países, o fazem sob contratos variados de trabalho. Onde é conveniente, utilizam mão-de-obra familiar e pagam por peça; outras vezes, contratam nos moldes convencionais de trabalho, ou seja, com estabilidade, benefícios e garantias. Em outros países, preferem utilizar mão-de-obra em tempo parcial, com contratos mais precários ou terceirizando parte de suas atividades; ao fazê-lo, transferem para terceiros a responsabilidade de contratação e das relações com trabalhadores, que, de outra forma, estariam sob sua ordem e responsabilidade (Dupas, 1999:15).

Essas grandes alterações na lógica da produção global, no entanto, não têm impactos somente em nível macroeconômico. Elas invadem também a esfera individual ao modificar valores e padrões há muito sedimentados, configurando-se aí uma das principais raízes do sentimento de insegurança que começa a se generalizar e que está subjacente à preocupação com a "exclusão social", fortemente ligada às mudanças acarretadas no mercado de trabalho.

De fato, não podemos negar que o atual padrão de acumulação do capital na era das tecnologias da informação vem transformando, de forma rápida e profunda, o conceito de ocupação. É visível a formação de um novo "paradigma" de emprego, mais flexível, precário, irregular e desprovido de estabilidades contratuais.

Nas sociedades ocidentais essa mudança de padrão de trabalho tem causado muito pavor, embora a proteção do Estado seja vista como o amparo das garantias sociais. Será que, no Brasil, a sensação de exclusão tem a mesma natureza daquela experimentada pelos cidadãos da França da Alemanha e da Espanha, como exemplos?

Segundo Dupas (1999), os impactos do processo de globalização não são iguais, mesmo no âmbito dos vários países desenvolvidos. Por exemplo, nos diz o autor, o desemprego parece ser muito mais um problema da Europa continental do que dos Estados Unidos ou da Inglaterra. Por outro lado, ao se analisar os países da periferia, questões adicionais se colocam. É preciso, responder, em primeiro lugar, se a grande incidência de relações precárias de trabalho e o aumento do desemprego que hoje observamos, por exemplo em nosso país, decorrem das grandes transformações pelas quais o mundo vem passando ou são produto de anos de crescimento ínfimo, podendo essa situação desaparecer assim que o país entrar na tão desejada rota do desenvolvimento sustentado.

Compactuamos com a idéia de que, mesmo que a natureza e a direção das mudanças que estamos vivendo no Brasil sejam semelhantes àsquelas dos países centrais, os problemas e as angústias que delas decorrem não são compatíveis. Acredita-se que os mecanismos públicos de bem-estar social, ou seja, as redes de proteção existentes nos países desenvolvidos, fazem a diferença, quando relacionadas com o países nos quais os cidadãos não dispõem dessa rede de amparo. O conceito de exclusão, relevante para eles, é descolado daquele da pobreza, inversamente da nossa realidade em que ela é uma face fundamental da "exclusão social".

De fato, a economia brasileira no passado não chegou a resolver os problemas tradicionais do mercado de trabalho, pois durante o pós-guerra, período que marca uma fase do desenvolvimento da industrialização nacional e, por

consequência, de um vigoroso crescimento econômico e de expansão dos empregos formais, o País perdeu a oportunidade de resolvê-los conforme a experiência das economias centrais. Por conta disso, o Brasil possui hoje um duplo problema a enfrentar no funcionamento do mercado de trabalho: os velhos e os novos problemas (Pochmann, 1998).

Segundo o referido autor, duas distintas dimensões de problemas atingiam o mercado de trabalho até o final da década de 80. A primeira estava associada aos problemas de mercado de trabalho tradicional, típicos das economias periféricas: taxa comprimida de assalariamento, baixos salários, alta informalidade e elevado sub-emprego.

A segunda dimensão se referia à existência de um desemprego estrutural no Brasil, típico de economia industrializada, ou seja, à medida que o País acelerava os processos de industrialização, de migração rural e de urbanização nacional foi sendo gerado um elevado excedente de mão de obra, incapaz de ser absorvido pelo movimento de rápida e profunda modernização das forças produtivas.

Esse desemprego estrutural foi se generalizando, sobretudo a partir dos anos 50, quando o País avançou rapidamente na incorporação da matriz produtiva da Segunda Revolução Industrial e Tecnológica, originária do final do século XIX nas economias centrais. Com a maturação do projeto de industrialização nacional foi possível perceber, já na década de 70, a permanência das diferenças econômicas e sociais regionais, setoriais e locais. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho se mantinha fortemente heterogêneo, com segmentos modernos e outros atrasados (Pochmann, 1998:44).

Sem a realização de reformas necessárias, como foram feitas nas economias capitalistas centrais, o Brasil terminou encaminhando o excedente da força de trabalho, que caracterizava o desemprego estrutural, para o chamado setor informal que, às margens do poder público e das ações dos atores sociais, determinou atividades e remuneração precárias e diferenciadas setorial e regionalmente.

A partir deste quadro, desde a década de 80 ou, mais precisamente, nos anos 90, o Brasil passou a conviver também com problemas de um novo tipo em seu mercado de trabalho. De um lado, surgiram problemas de desestruturação do mercado de trabalho, decorrentes de um longo período de estagnação da renda *per capita* nacional e da implantação de um novo projeto econômico a partir de 1990. De outro, observa-se a geração de uma nova onda de desemprego estrutural, que está associada aos efeitos das rápidas e profundas alterações nas políticas macroeconômicas.

Como se pode constatar, os processos de informalização do trabalho não correspondem a um momento historicamente novo, mas, com a globalização e a fragmentação do mundo do trabalho, eles novamente ganham importância no debate contemporâneo, assim como se colocam no centro das reflexões de integração e “exclusão social” e dos questionamentos do “paradigma” trabalho assalariado.

São Paulo abriga hoje um grande contingente de trabalhadores cujas atividades encontram-se à margem de qualquer regulamentação ou controle por parte do poder público, constituindo-se o chamado setor informal. Atualmente os trabalhadores informais representam quase a metade da população ocupada que trabalha e/ou mora no Município de São Paulo.⁵⁵ Embora o crescimento do desemprego seja um dos principais fatores responsáveis pelo aumento da informalidade, ele não é o único. Nos últimos anos, a cidade de São Paulo vem passando por mudanças em seu perfil produtivo, tendo diminuído sua capacidade industrial e convertendo-se em uma cidade prestadora de serviços.

Kon (2001) faz uma observação, dizendo que a economia informal é uma noção cujas fronteiras sociais e econômicas em constante movimento não podem ser entendidas por uma definição restrita. Diferentes conceitos ou definições de trabalho informal são adotados nas análises econômicas, observando-se que as transformações nas definições decorrem das mudanças conjunturais e estruturais

⁵⁵ Estas informações foram retiradas do “Mapa do Trabalho Informal: Perfil sócio-econômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo, 2000” (Apresentação), de Kjeld, J., Renato M. e Osmir, D., 2000.

pelas quais vêm passando as economias no decorrer do tempo, no processo de desenvolvimento.

"Não é possível mais tratar a economia informal apenas como um eufemismo para a pobreza, desde que suas ocupações são formas específicas de relacionamento de produção, enquanto que a pobreza é uma conotação ligada ao processo distributivo"

(Kon, 2001)

Aponta a referida autora que a dificuldade para um conceito mais adequado reside na impossibilidade de enquadrar a mesma definição para diferentes situações como, por exemplo, "flanelinas", vendedores ambulantes e consultores de informática.

De fato, há uma diversidade de conceitos sobre o setor informal desde quando foi criado, no final dos anos 60 e início dos 70 pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), que o concebia como característico da situação de subdesenvolvimento, assim definido:

"Informais" são todas as relações de trabalho do tipo instável, com baixo nível de produtividade e baixos salários, relacionados com a situação de pobreza dos trabalhadores". (...) Caracteriza-se pela sua facilidade na entrada, recursos de origem doméstico, propriedade individual ou familiar do empreendimento, opera em pequena escala, utilização de materiais nacionais, os processos produtivos são intensos em trabalho e a tecnologia é adaptada, a mão-de-obra adquire a qualificação fora do sistema escolar normal, atua no mercado competitivo e não regulamentado. Além disso, a condição de ilegalidade ou o fato da atividade não ser oficialmente registrada perante o governo".

(Rivero, 2000)

Esse conceito foi sendo alterado ao longo do tempo, não cabendo aqui analisar suas diferentes concepções históricas e teóricas, mas cabe ressaltar que, a partir dos anos 90, encontram-se enfoques mais dinâmicos, embora eles

continuem considerando o setor informal como subordinado e determinado pelas atividades tipicamente capitalistas, ou seja, as atividades informais estão subordinadas aos movimentos da produção formal. No seu sentido mais amplo entende-se que;

"Processos de informalização correspondem ao conjunto de transformações no mundo do trabalho, à tendência a terceirização, ao crescimento do desemprego, à precarização do emprego assalariado (piores condições de trabalho, rebaixamento dos níveis sociais salariais, flexibilização das relações de trabalho, maior facilidade de rompimento dos contratos etc). Na versão mais clássica, a informalização aparece vinculada ao empobrecimento dos trabalhadores, ao afrouxamento da proteção legal do emprego, até a ilegalidade das relações trabalhistas, e às estratégias de sobrevivência dos mais pobres.

(Rivero, 2000)

Dessa maneira, a pobreza, a "exclusão social", a desigualdade, o sub-emprego ou trabalho precário e o desemprego parecem caminhar juntos com a situação da informalidade. As atividades informais que hoje se alastram por toda a cidade de São Paulo, nos faróis, nas calçadas, nos terminais de ônibus e metrô, nas praças, nos parques, entre outros, são vistas com descrédito e desconfiança pela sociedade e se deparam, freqüentemente, com problemas de ordem legal e de toda ordem de violência, dificultando, ainda mais, a sobrevivência daqueles que delas dependem.

Muitos indivíduos que se encontram nessa situação, vitimados por um desemprego prolongado, por falta de instrução e qualificação profissional, enfim, por verem seus direitos trabalhistas desaparecerem, se encontram em processos de depressão, com sentimentos de fracasso e de baixo estima, chegando a abandonar a família e os amigos e todos os compromissos que a sociedade "formal" lhes impõe. Nesta direção, Forrester, 1996, diz que:

“não é o desemprego em si que é nefasto, mas o sofrimento que ela gera e que para muitos provém de sua inadequação àquilo que o define, àquilo que o termo “desemprego” projeta, apesar de fora de uso, mas determinando seu estatuto. O fenômeno atual do desemprego já não é mais aquele designado por essa palavra, porém, em razão do reflexo de um passado destruído, não se leva isso em conta quando se pretende soluções e, sobretudo, julgar os desempregados. (...)

Os desempregados, vítimas desse desaparecimento, são tratados e julgados pelos mesmos critérios usados no tempo em que os empregos eram abundantes. (...) Eles se acusam daquilo de que são vítimas. Julgam-se com o olhar daqueles que os julgam, olhar esse que adotam, que os vê como culpados e que os faz, em seguida, perguntar que incapacidade, que aptidão para fracasso, que má vontade, que erros puderam levá-los a essa situação”

Dados das Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizadas pela Fundação SEADE, em convênio com o DIEESE, retratam a situação de desemprego na região metropolitana de São Paulo, nos últimos anos do século XX, conforme tabela 41.

TABELA 41

Tipo de Desemprego na Grande São Paulo de 1995 a 2000

Tipo de Desemprego	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Total	13,2	15,1	16,0	18,2	19,3	17,6
Aberto	9,0	10,0	10,3	11,7	12,1	11,0
Pelo Trabalho Precário	3,3	3,8	4,2	4,6	5,1	4,6
Pelo Desalento	0,9	1,3	1,5	1,9	2,1	2,0

Fonte: SEP. Convênio SEADE – DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

Esses dados nos permitem concluir que houve nos últimos anos um considerável e sucessivo aumento do desemprego, piorado quando se constata que, em abril de 2003, atingiu o percentual de 20,6%, na grande São Paulo, segundo as mesmas fontes citadas.

Por outro lado, Kon (2001) admite que o setor informal é um componente integrante do conjunto das economias e não apenas um apêndice

marginal delas. De forma oposta às abordagens desenvolvimentistas mais tradicionais, as observações mais recentes revelam que a tendência do setor informal representa uma nova tendência social, em vez de constituir uma simples situação de atraso a partir de relacionamentos tradicionais de produção.

Segundo dados de 1998, da PED e da PCV⁵⁶ (apud Jakobsen, Martins e Dombrowski, orgs. pg. 9), os trabalhadores informais têm um lugar na cadeia produtiva, seja atuando no escoamento de produção de todo tipo, realizado pelos vendedores ambulantes e de ponto fixo, seja na apropriação e na reciclagem dos restos de papel, papelão, metais, lixo, ou ainda na prestação de serviços diversos para o público ou para empresas. Isto não significa, porém, que esta inserção seja importante na geração de renda. Pelo contrário, ela é extremamente precária e, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, para a maioria dos trabalhadores informais ela se caracteriza por uma renda muito baixa.

A pesquisa constatou, também, que o crescimento da informalidade é acompanhado pelo declínio do número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, pelo crescimento dos que trabalham sem registro nas empresas de pequeno porte.

Os moradores de rua em São Paulo fazem parte de todo este quadro, embora não sejam incluídos nas pesquisas e contagens oficiais. Ao contrário do que se imagina, 60,4% das pessoas que foram identificadas vivendo em logradouros obtêm dinheiro através do trabalho. A esmola constituiu a segunda atividade mais importante como fonte de dinheiro para 24,9% delas, registrando-se, ainda, um percentual de 7,7% de moradores que trabalham mas também pedem esmola, para completar a renda em função do atendimento às necessidades básicas. Há outros casos que declararam obter renda por outras fontes, através de parentes, de pensão, aposentadoria, entre outros e somente 1,2% não possuem renda alguma.

⁵⁶ Essas pesquisas são realizadas pela Fundação SEADE. A PED (Pesquisa de Emprego-Desemprego) e a PCV (Pesquisa de Condições de Vida) são feitas para a região metropolitana de São Paulo, possibilitando recortes para o município de São Paulo.

Entre os moradores albergados encontra-se uma alta participação do trabalho como fonte de renda monetária: 74,6% afirmaram que esta é a única fonte de seus rendimentos. Apenas 4,5% desta população pedem esmola e outros 4,5% declararam que se utilizam simultaneamente das duas fontes, ou seja, esmolam e trabalham. Há ainda um percentual não desprezível de moradores que têm renda por outras fontes (16,4%), incluindo o recebimento de pensões, de aposentadorias e ajuda de parentes. No albergue não há ninguém que declarou não possuir renda alguma. A tabela 42 demonstra esses dados.

TABELA 42

Moradores de Rua por Fonte de Renda

(em %)

Fonte de Renda	Moradores em Logradouros	Moradores Albergados
Trabalha	60,4	74,6
Pede esmola	24,9	4,5
Trabalha e pede esmola	7,7	4,5
Outras fontes	5,8	16,4
Não tem renda	1,2	-
Total	100,0	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

Quanto às atividades que desenvolvem⁵⁷, 53,1% dos moradores encontrados em logradouros são ambulantes, formados principalmente por camelôs, doceiros, carroceiros (catadores de papel, latinha, metal, entre outros); 3,7% são biscateiros, formados pelos guardadores de carro, trabalhadores braçais (carregadores, por exemplo etc); 6,4% são prestadores de serviços, sem especialização, tais como: vigias, porteiros, cozinheiros, mecânicos etc. e 2,1% são especializados, como motoristas, eletricitas, pintores, entre outros. Por outro lado, há um percentual de 32,9% de pessoas que vivem nas ruas e não trabalham,

⁵⁷ A análise das variáveis *atividade anterior e atividade atual* foi feita a partir de uma tipologia sócio-ocupacional, tendo como referência os trabalhos desenvolvidos por Tabard (1993), Chenu e Tabard (1993) Preteceille (1995), Queiroz Ribeiro, 2000. As categorias sócio-ocupacionais foram construídas a partir da combinação das variáveis *renda, ocupação, posição na ocupação, setor de atividade e grau de instrução*, permitindo classificar a distribuição da população economicamente ativa quanto à sua inserção no mercado de trabalho e na estrutura social da metrópole. Esta metodologia está sendo utilizada no projeto "Metrópole, Desigualdades Sócio-Espaciais e Governança Urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte", através do Programa de Núcleos de Excelência – Pronex, do qual a PUC-SP faz parte, através do Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas. A listagem das categorias sócio-ocupacionais se encontram no Anexo II desta tese.

vivendo apenas de esmolas e da assistência que a cidade oferece. A tabela 43 aponta esses dados.

TABELA 43

Moradores de Rua Encontrados em Logradouros por Atividade Atual

(em %)

Atividade Atual	Moradores em Logradouros
Não trabalham	32,9
Ocupações agrícolas	0,2
Técnicos e artistas	0,5
Serviços especializados	2,1
Serviços não especializados	6,4
Operários da construção civil	0,2
Empregados domésticos	0,9
Biscateiros	3,7
Ambulantes	53,1
Total	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

Os albergados, por sua vez, exercem as seguintes atividades: 22,2% trabalham em serviços não especializados enquanto que 13,7% têm alguma especialização, embora também no setor de serviços, como motoristas, mecânicos, eletricitas, borracheiros, manobristas, segurança, garçons, entre outros. São operários da construção civil 7,7% deles e 3,4% são biscateiros e ainda se encontram 2,6% que são empregados do comércio. No albergue também há um percentual de 29,9% dos moradores que não trabalham. Os dados da tabela 44 retratam esses dados.

TABELA 44

Moradores de Rua Encontrados em Albergues por Atividade Atual

(em %)

Atividade Atual	Moradores em Albergues
Não trabalham	29,9
Profissionais autônomos de nível superior	0,9
Empregados do comércio	2,6
Serviços especializados	13,7
Serviços não especializados	22,2
Operários da indústria tradicional	0,9
Operários da construção civil	7,7
Empregados domésticos	1,7
Biscateiros	3,4
Ambulantes	17,1
Total	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

Outro dado importante para a nossa análise é a atividade anterior que os moradores exerceram antes da ida para a rua. A tabela 45 permite visualizar essa condição.

TABELA 45

Moradores de rua Encontrados em Logradouros
por atividade anterior à ida para a rua

(em %)

Atividade Anterior	%
Não trabalhava	3,2
Ocupações Agrícolas	4,3
Técnicos e Artistas	1,6
Comerciantes por conta própria	0,5
Profissionais de nível superior empregados	0,2
Empregados de saúde e educação	0,5
Empregados do comércio	3,2
Serviços especializados	30,4
Serviços não especializados	14,7
Operários de serviços auxiliares	0,9
Operários da indústria tradicional	4,6
Operários da construção civil	19,9
Empregados domésticos	9,6
Biscateiros	2,3
Ambulantes	2,7
Total	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

É interessante observar-se nestes dados que o maior percentual de moradores encontrados em logradouros se refere àqueles que estavam vinculados a serviços especializados (eletricistas, motoristas, manobristas, sapateiros, pintores, entre outros), chamando a atenção, também, o percentual de 19,9% que trabalharam na construção civil e que, muito provavelmente, dormiam nos próprios canteiros de obra, hoje inexistentes em função das novas técnicas construtivas. Há que se apontar, ainda, a presença de 14,8% que trabalharam em serviços não especializados, 4,6% que foram operários da indústria tradicional, 9,6% que eram empregados domésticos e, ainda, a presença pouco expressiva de biscateiros e ambulantes, cujos índices nos levam a deduzir que, frente à realidade de hoje, esta atividade não era exercida por grande parte dos moradores de rua. Por último, vale ressaltar que é inexpressivo o percentual de pessoas que não trabalhavam anteriormente. Esse quadro nos mostra que a grande parte da "população de rua"

não só perdeu seu emprego como tem hoje um rebaixamento de suas condições de trabalho, quando comparadas com as anteriormente exercidas.

Quanto aos albergados, a situação não é muito diferente, embora pareça que grande parte teve condições de trabalho um pouco melhores daquelas dos moradores em logradouros. O maior percentual (28,8%) corresponde àqueles que trabalhavam em serviços especializados, vindo, a seguir, os operários da construção civil (20,3%), os vinculados aos serviços não especializados (17,8%). Encontram-se, também, moradores que exerciam atividades agrícolas (5,9%), que foram empregados do comércio (4,2%) e outros (4,2%) que trabalharam como domésticos. É quase inexistente a presença de moradores albergados que não trabalhavam antes da ida para a rua (1,7%). A tabela 46 reproduz esses dados.

TABELA 46

Moradores de rua Encontrados em Albergues
por Atividade anterior à ida para a rua

(em %)

Atividade anterior	%
Não trabalhavam	1,7
Ocupações agrícolas	5,9
Pequenos empregadores	0,8
Profissionais de nível superior empregados	0,8
Empregados de escritório	2,5
Técnicos e artistas	0,8
Empregados do comércio	4,2
Serviços especializados	28,8
Serviços não especializados	17,8
Operários de serviços auxiliares	0,8
Operários da indústria tradicional	5,9
Operários da construção civil	20,3
Empregados domésticos	4,2
Biscateiros	1,7
Ambulantes	3,4
Total	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

Quando se conhece o tempo em que exerceram a atividade anterior, pode-se verificar que havia uma estabilidade que, de certa forma, garantia uma melhor condição de vida do que a que vivem hoje. Entre os moradores em logradouros, 26,2% permaneceram em seus trabalhos por mais de 10 anos, sendo que 8,9% por mais de 20 anos; 21,8% permaneceram de 5 a 10 anos, 26,8% de 2 a 5 anos e 12,6% de 1 a 2 anos.

Entre os albergados o tempo de permanência na última atividade foi bastante longo para 33,6% deles, ou seja, mais de 10 anos, sendo, 10,3% mais de 20 anos; 14,7% ficaram de 5 a 10 anos, 24,2% de 2 a 5 anos e 11,2 % de 1 a 2 anos. A tabela 47, demonstra esses dados.

TABELA 47

Moradores de Rua por Tempo na Atividade Anterior

Tempo na Atividade Anterior	Moradores em Logradouros	Moradores Albergados
Até 6 meses	6,2	6,0
6 a 12 meses	6,4	10,3
1 a 12 meses	12,6	11,2
2 a 5 anos	26,8	24,2
5 a 10 anos	21,8	14,7
10 a 20 anos	17,3	23,3
Mais de 20 anos	8,9	10,3
Total	100,0	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

A condição da ocupação atual também é outra variável importante na análise que aqui se faz. O que se verifica entre os moradores encontrados nos logradouros, é que a grande maioria não possui nenhuma estabilidade no trabalho, pois 94,2% deles vivem de bico. Já entre os albergados, embora a maioria também sobreviva de "bicos" (63,3%), encontram-se 15,2% que são fixos com carteira assinada, 8,9% fixos sem carteira, 5,1% temporários com carteira e 12,7% temporários sem carteira, apontando, para uma parte deles, uma maior estabilidade no trabalho. A tabela 48 nos mostra esses dados.

TABELA 48

Moradores de rua por Condição da Ocupação Atual

Condição da ocupação atual*	Moradores em Logradouros	Moradores Albergados
Trabalho fixo com carteira assinada	0,4	15,2
Trabalho fixo sem carteira assinada	2,5	8,9
Trabalho temporário com carteira assinada	0,7	5,1
Trabalho temporário sem carteira assinada	1,1	12,7
"Bico"	94,2	63,3
Outro	1,8	1,3

Fonte: SAS/FIPE/2000

* Respostas múltiplas

A condição da ocupação entre dos moradores de rua em Belo Horizonte não difere muito das pessoas que vivem nas ruas de São Paulo. O percentual dos que trabalham com carteira assinada é bem reduzido (4,26%); os sem carteira correspondem a 6,11%, sendo que a grande maioria (45,20%), vive de "bicos". Registra-se, ainda, um percentual de 12,55% que vive de ajuda. Quanto à atividade que desenvolvem, 13,43% são autônomos (trabalham por conta própria e executam sempre a mesma atividade como, por exemplo, são camelôs, tomadores de conta de carro, etc). Há um percentual de 12,55% que pedem ajuda e 10,59% que não exercem nenhuma atividade remunerada.

As informações sobre a frequência com que exercem suas atividades atuais revelam que a semana de trabalho para 57,1% dos que pernoitam em logradouros se estende de segunda a domingo. Entre os albergados os percentuais mais expressivos referem-se àqueles que trabalham 6 dias por semana (28,0%), os que trabalham 5 dias correspondem a 26,8% deles e 19,5% desenvolvem suas atividades durante os 7 dias.

Ao conjunto de atividades descrito está associada, entre os moradores que pernoitam em logradouros, uma renda média semanal de R\$ 71,00 com mediana de R\$ de 50,00. O cálculo da renda mensal, transformado em salários mínimos, resulta em 1,8 salários mínimos. O valor encontrado deve ser interpretado com a cautela que a natureza da informação exige. A tabela 49 apresenta a média e quartel da renda monetária do trabalho.

TABELA 49

Moradores Encontrados em Logradouros
por Média e Quartil da Renda Monetária do Trabalho

Indicadores Estatísticos	Valor
Média	71,00
Mediana	50,00
Mínimo	2,50
Máximo	630,00
Primeiro quartil	25,00
Terceiro quartil	80,00
N	265

Fonte: SAS/FIPE/2000

Quanto aos albergados, a renda média semanal é de R\$ 65,50, com mediana de R\$ 57,00. O cálculo da renda mensal, em salário mínimos, é de 1,7.

Todos esses dados referentes ao mundo do trabalho em que vivem os moradores de rua nos levam a refletir que, se na formulação marxista o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado. Torna-se “*estranhado*”, segundo idéia de Lukács. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social, sua realização *no e pelo* trabalho, é pervertido e depauperado.

“Somente quando as formas objetificadas da sociedade adquirem ou assumem funções que põem a essência do homem em contraposição à sua existência, submetem a essência humana ao ser social, a deformam ou dilaceram etc. é que se produz a relação objetivamente social do estranhamento”.

(Lukács, 1975 apud Antunes, 1977:132)

Segundo Antunes (1977:124), interpretando Marx, o processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção da mercadoria. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. Desfigurado, o trabalho torna-se meio e não “primeira necessidade” de realização humana.

“O trabalhador se relaciona ao produto de seu trabalho como a um objeto estranho. Com base nesse pressuposto, é claro que quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, tanto mais poderoso se torna o mundo dos objetos que ele cria perante si, tanto mais pobre ele fica na sua vida interior, tanto menos pertence a si próprio.”

(Karl Marx, Manuscritos Econômicos e Filosóficos)

3.6 - A Solidão da Vida nas Ruas da Metrópole:

A Ausência dos Vínculos Familiares

Os moradores de rua, em sua grande maioria, são pessoas sós, tanto os que se abrigam em albergues como os que vivem nos logradouros da cidade, o que nos permite deduzir que os vínculos familiares desse segmento social foram desfeitos ou estão fragilizados, fato este que se configura como um dos traços fundamentais dessa "população".

No entanto, esta questão não é tão simples de ser analisada, tendo em vista que as desvinculações sociais são produto de um processo de ruptura de pertencimento, como entende, por exemplo, Robert Castel (1995) quando diz que "desfiliado é aquele cuja trajetória é feita de uma série de rupturas com relação a estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis ou instáveis" e que, portanto, "desfiliação" não é o equivalente necessariamente a uma ausência completa de vínculos, mas à ausência de inscrição do sujeito em estruturas que têm sentido". Castel analisa esta questão a partir da integração/não integração do mundo do trabalho e das redes de sociabilidade e de proteção social, muito presentes na sociedade européia, especialmente a francesa.

Para o referido autor, a precariedade e instabilidade da vinculação com o trabalho formal produzem contingentes "sobrantes" e desnecessários à sociedade. Em decorrência, a fragilidade que vai se construindo junto aos vínculos sociais (família, vizinhança, comunidade e instituições) pode produzir rupturas que conduzem ao isolamento e à solidão.

Embora esta análise se aplique mais à realidade francesa, não se pode desconsiderar que o trabalho seja o pilar da sobrevivência, da inserção social e do consumo na sociedade capitalista e, que sua ausência, de forma regular, é responsável pela vulnerabilidade dos laços sociais. Contudo, a família em si também tem sua importância, principalmente como elemento mediador das condições de reprodução da existência social e individual.

"A família permanece sendo a única comunidade real, é a "casa", o "porto seguro" do indivíduo. No mundo externo ninguém tem piedade do outro, ninguém se interessa pela personalidade do outro e é dentro da família que cada um deseja receber atenção, respeito e o reconhecimento da própria personalidade. O termo "casa" não significa apenas o local de moradia, a cidade, ou o país de nascimento, "casa" é muito mais do que isto, é sinônimo de família. Assim, a família torna-se a esfera íntima da existência, o local exclusivo onde se pode exprimir a própria emoção e agregar-se aos outros. O local onde se pode relaxar em conjunto, o local enfim onde se pode desfrutar a sensação de pertencer. Representa, ainda, o lugar onde se pode refazer-se das humilhações sofridas no mundo externo, expandir a agressividade reprimida, exercitar o próprio autocontrole, repreender e vencer o outro"

(Agnes Heller -1978).

Neste sentido, a família deve ser entendida a partir de seu papel na organização social, como uma instituição sócio-histórica, cujas estruturas e funções são determinadas pelo grau de desenvolvimento da sociedade no seu âmbito global. É nessa direção que esta parte do trabalho se dirige. Não cabe aqui e nem é nosso objetivo refletir sobre as relações entre a História e a família ao longo dos séculos. Contudo, sabe-se que a partir do século XIX, com a Revolução Industrial, e, com maior visibilidade no século XX, a família já aparece, tanto entre os burgueses, como entre os camponeses, tal como é hoje, isto é, como um domínio privado.

Entre as mudanças advindas com a nova sociedade é notável o desaparecimento de uma vida coletiva, cuja manutenção caracterizava outrora a função urbana; a família moderna passou a preencher o vazio deixado pelas formas tradicionais de sociabilidade e a responder por todas as necessidades afetivas e sociais que eram preenchidas pela comunidade formada por pais, vizinhos, amigos, ou seja, pessoas que mantinham entre si relações que exigiam solidariedade. Cabia à comunidade, mais que à família, o destino dos indivíduos (Velho, 1981).

Com a sociedade moderna se dá a separação entre o lugar do trabalho e os lugares das demais atividades, isto é, da casa, da rua, do campo, do

lazer e, frente aos novos valores comandados pela racionalidade, secularização e individualismo crescente, ocorre uma grande revolução no mundo da afetividade. Até então a religião, o contato direto com a natureza e as mais diferentes formas de expressão e interpretações ligadas ao sobrenatural alimentavam o sentido da existência humana e preenchiam o campo da afetividade.

A partir da modernidade, a afetividade passa a concentrar-se diretamente no interior da família, na relação dos filhos com os pais, entre os irmãos; enfim, com os parentes e amigos próximos.

A vida de cada trabalhador passou a ser partilhada entre os dois pólos: o do trabalho que, segundo Velho (1981), também gera uma nova sensibilidade e o de sua família. A vida dos que não trabalham ou deixaram o trabalho por idade, doença, entre outros, é inteiramente absorvida pelo núcleo familiar.

A afetividade que surge no mundo do trabalho é submetida a uma disciplina e vigilância constante, enquanto que a família é o refúgio que escapa a esse controle, muito embora ela seja, também, um instrumento de construção e preservação da realidade social e da ordem vigente.

Ao se analisar o modelo de vida da classe trabalhadora no princípio da industrialização, o que se constata é que o "lar" proletário não era propriamente um "ninho de domesticidade", segundo Aranha (1989). As condições de vida eram extremamente precárias e a sobrevivência só era garantida mediante o trabalho de todos os membros da família. Crianças e jovens de ambos os sexos afirmavam sua independência dos pais através do trabalho na fábrica, onde eram praticamente socializados. As relações entre homens e mulheres operárias eram diferentes das estabelecidas entre os da elite, visto que as mulheres, além de realizarem os afazeres domésticos, trabalhavam também nas fábricas.

Contudo, ao longo de um século, a família trabalhadora foi se assemelhando cada vez mais à família burguesa. À medida que emerge a aristocracia da classe trabalhadora, coincidindo com as primeiras conquistas trabalhistas (salário-família, limite de horas de trabalho etc), foi acontecendo uma

reformulação da moralidade da camada subalterna, integrando-se ao modelo de família construído pelos burgueses.

Embora a concepção de família e as atividades por ela desempenhadas sejam diversificadas na literatura sobre o tema, algumas correntes podem ser agrupadas das seguintes formas: algumas priorizam o aspecto econômico desse grupo que, na sociedade capitalista moderna, tem a função de reprodução social e individual. Outras correntes consideram a família como um espaço de repressão sexual e de educação autoritária e se voltam sobretudo para a atuação socializadora desse grupo social, dando ênfase à socialização como um processo no qual se forma o caráter da pessoa. Em outros trabalhos, a ênfase é dada sobre a reprodução ideológica exercida no seio da unidade familiar, através da transmissão cotidiana de valores. Nesta direção, pensadores da teoria crítica, como Adorno e Horkheimer (apud, Aranha 1989), entendem que as relações autoritárias no interior da família se articulam dialeticamente com o autoritarismo social; "a relação autoridade-família tem a função essencial de fixar, desde a infância, a necessidade objetiva do domínio do homem sobre o homem e, assim, a família torna-se a terrível matriz dos mecanismos de internalização da submissão, a mais funcional das agências psicológicas da sociedade".

Independentemente das correntes analíticas, a família é o conjunto de todas as pessoas sob a autoridade de um chefe doméstico, o *pater-familiae* que não precisa ser o genitor ou o pai. Na sociedade ocidental moderna, o modelo predominante de família é concebido como um grupo composto de marido, mulher e filhos. A relação conjugal é o elo mais forte, mais importante até que os laços pelo lado fraterno.

A realidade, porém, se distancia bastante deste modelo nuclear ou conjugal predominante em nossa sociedade. Hoje, o grupo familiar pode ser composto pela inclusão de parentes ou agregados, de casais sem filhos, irmãos sem pais ou famílias nas quais um só dos cônjuges está presente. Contudo, afirma Heller (1978), "*não há nenhuma comunidade que com seu valor proteja, defenda e ofereça refúgio ao indivíduo, com exceção da família*".

A família é a rede de proteção contra os problemas sociais e as dificuldades econômicas que a sociedade contemporânea provoca, quer se trate dos jovens em busca de seu primeiro emprego e que continuam a viver com os pais, das pessoas idosas que têm de contar com a presença e apoio dos filhos, dos adultos inválidos e incapacitados para se assumirem, das pessoas separadas, enfim, torna-se evidente que a proteção familiar se exerce ao longo de todo o ciclo de vida. Sem este apoio baseado na amizade, no afeto e na obrigação mútua, o indivíduo fica inevitavelmente entregue à solidariedade pública.

"A referência ao mercado de trabalho não é suficiente para caracterizar condições de vida e pobreza. O mercado traça o mapa das trajetórias individuais de homens, mulheres e crianças, mas nada nos informa sobre o modo como se articulam no interior da família. É nela que a sobrevivência se realiza num esforço coletivo e persistente no sentido de mobilizar recursos e fontes de renda"

(Vera Telles, 1992)

Na definição de Juarez Brandão Lopes e Andréa Gottschalk (apud Telles, 1992), no interior da família "se combinam e socializam os efeitos das chances diferenciais de seus vários membros participarem do mercado de trabalho, de auferirem renda e acumularem posses (por exemplo casa e poupanças) e direitos a rendimentos (à aposentadoria, ao FGTS etc). É isso que coloca a família no centro de qualquer discussão sobre condições de vida e desfaz, ao mesmo tempo, a possibilidade de se operar com uma noção genérica e homogeneizadora de pobreza".

As chances de escapar ou amenizar do pauperismo são diferentes e desiguais conforme as situações familiares, o número de provedores, o modo como se inserem no mercado de trabalho e as possibilidades de cada um em função de suas características de sexo, idade e do lugar na hierarquia familiar. Portanto, importa sobretudo a identificação e caracterização da precariedade que se inscreve nas condições de vida e se traduz na fragilidade das estratégias familiares de sobrevivência (Telles, 1992).

Ao se analisar os vínculos familiares dos moradores de rua, um primeiro dado que chama a atenção, entre os moradores migrantes, é que a grande maioria deles, tanto os identificados em albergues como nos logradouros, chegaram em São Paulo sozinhos (tabela 50).

TABELA 50

Moradores de Rua Migrantes: Com Quem Estavam Quando Vieram Morar em São Paulo
(em %)

Com Quem Estavam Quando Vieram Morar em São Paulo	Moradores em Logradouros	Moradores Albergados
Sozinho	66,9	76,5
Parentes	25,2	19,4
Amigos	7,9	4,1
Total	100,0	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

Este dado de imediato não é tão surpreendente, tendo em vista que é comum entre os migrantes virem inicialmente sós para a cidade grande e somente depois de algum tempo é que trazem a família, mas, geralmente, possuem parentes e ou amigos como ponto de referência e de apoio na sua chegada.

No entanto, um percentual expressivo de moradores de rua migrantes, que vivem nos logradouros (48,9%), não possui nenhum parente residindo na cidade, sendo que apenas 11,3% indicam a presença de cônjuge ou filhos aqui residindo. Estes dados sugerem que parte significativa destes que vieram sozinhos, permanecem sem nenhum vínculo familiar na cidade. Por outro lado, 39,8% apontam a existência de amigos e parentes mais distantes como primos, cunhados e outros convivendo em São Paulo. O que não se sabe, porém, é se os amigos que são apontados são anteriores à ida para a rua ou são aqueles criados na "situação de rua", os quais, provavelmente para muitos deles, representam amizades tênues, ou seja, circunstanciais e esporádicas, não se constituindo em relações estáveis e duradouras.

Entre os migrantes albergados essa situação não se difere. A grande maioria deles (52%) não possui nenhum parente em São Paulo, enquanto que 39,2% possuem amigos e apenas 8,8% disseram ter cônjuge ou filhos e que, muitas

vezes, referem-se a uma nova relação conjugal e/ou familiar aqui formada, enquanto que a original permaneceu no local de onde migraram (tabela 51).

TABELA 51

Moradores de Rua Migrantes: Presença de Parentes que Residem em São Paulo

(em %)

Presença de Parentes que Residem em São Paulo	Moradores em Logradouros	Moradores Albergados
Nenhum	48,9	52,0
Cônjuge ou filhos	11,3	8,8
Amigos/parentes distantes	39,8	39,2
Total	100,0	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

Para os moradores paulistanos encontrados nos logradouros, a presença de parentes (cônjuge e filhos) é um pouco mais expressiva (20,0%) do que entre os migrantes, embora não tão significativa, principalmente quando se constata que 18,8% deles não possuem nenhum parente aqui em São Paulo. Contudo, a presença de amigos e/ou parentes distantes é bastante relevante (61,2%).

Para os moradores paulistanos albergados, a situação é a mesma. A maioria (58,9%) possui somente amigos e/ou parentes distantes morando na cidade, 17,6 % têm cônjuge ou filhos e 23,5% não têm nenhum parente.

Estes dados confirmam a idéia de que a ausência ou afastamento da família entre os moradores de rua é um dado muito característico, mesmo para aqueles que aqui nasceram e permaneceram (tabela 51).

TABELA 52

Moradores de Rua Paulistanos: Presença de Parentes que Residem em São Paulo

(em %)

Presença de Parentes que Residem em São Paulo	Moradores em Logradouros	Moradores Albergados
Nenhum	18,8	23,5
Cônjuge ou filhos	20,0	17,6
Amigos/parentes distantes	61,2	58,9
Total	100,0	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

Ao se verificar o tempo de chegada dos moradores migrantes que vieram apenas uma vez para São Paulo e aqui ficaram, o que se constata entre os identificados nos logradouros é que 39,1% estão há mais de 20 anos na cidade, sendo que 14,8% estão há mais de 30 anos; 19,3% aqui se encontram entre 12 e 20 anos, 16,1% de 5 a 12 anos, 12,1% de 1 a 5 anos e até 1 ano encontram-se 13,4%, sendo que destes apenas 5,8% estão recentemente na cidade, a saber, 6 meses ou menos. Agrupando-se as faixas extremas do tempo de chegada, verifica-se que 58,4% está há mais de 20 anos e 25,5% há menos de 1 ano. Estes dados demonstram que parcela significativa destes moradores de rua está em São Paulo há muito tempo, e que, portanto, já estão habituados com a vida da cidade grande e, ao que parece, sem a presença de familiares em suas rotinas de vida.

Os migrantes albergados que vieram uma única vez apresentam uma situação muito semelhante à dos que vivem nos logradouros: 34,4% se encontram na cidade há mais de 20 anos; 13,8% de 12 a 20 anos; 15,5% de 5 a 12 anos; 19,1% de 1 a 5 anos e 17,2% estão em São Paulo há 1 ano ou menos. Os dados da tabela 53 revelam esta situação.

TABELA 53

Moradores de Rua Migrantes: tempo de chegada
dos que vieram apenas uma vez a São Paulo

(em %)

Tempo de Chegada	Moradores em Logradouros	Moradores Albergados
Até 6 meses	5,8	10,3
6 a 12 meses	7,6	6,9
1 a 5 anos	12,1	19,1
5 a 12 anos	16,1	15,5
12 a 20 anos	19,3	13,8
20 a 30 anos	24,3	17,2
Mais de 30 anos	14,8	17,2
Total	100,0	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

Outro dado importante para a análise em questão é o tempo do último contato dos moradores migrantes que possuem parentes residindo em São Paulo. Os dados da tabela 53 revelam que 39,1% deles tiveram o último contato com seus parentes há menos de um mês, 12,3% o tiveram de 2 a 6 meses atrás, 12,9% de 7 a 12 meses, 15,2% de 1 a 3 anos e 20,5% não se comunicam com os parentes

que vivem em São Paulo há mais de 3 anos, sugerindo que os vínculos não existem mais, pois já se romperam.

TABELA 54

Moradores de Rua Migrantes: Tempo do Último
Contato com Parentes que Residem em São Paulo

(em %)

Tempo do Último Contato com Parentes que Residem em São Paulo	Moradores em Logradouros	Moradores Albergados
Até um mês	39,1	44,9
De 2 a 6 meses	12,3	22,4
De 7 a 12 meses	12,9	14,3
De 1 a 3 anos	15,2	8,2
Mais de 3 anos	20,5	10,2
Total	100,0	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

Entre os moradores de rua paulistanos a situação é muito semelhante à dos moradores migrantes, quando se analisa o tempo do último contato entre aqueles que possuem parentes residindo em São Paulo. O processo migratório parece não interferir nesse tempo, pois 19,4% dos moradores paulistanos encontrados nos logradouros não mantêm vínculos com seus familiares que vivem na cidade há mais de 3 anos: 7,5% entre 1 a 3 anos, 17,9% de 7 a 12 meses, 19,4% de 2 a 6 meses, embora para 35,8% deles o contato tenha se dado há menos de um mês.

Os albergados paulistanos, por sua vez, mantêm contatos mais freqüentes com os familiares, pois 46,6% deles o tiveram até um mês atrás, 16,7% de 2 a 6 meses e o mesmo percentual de 7 a 12 meses. Por outro lado, não é desprezível o percentual de 25,0%, para os quais o último contato ocorreu há mais de 3 anos, tempo muito longo, supondo-se que, para este percentual de pessoas, os vínculos familiares já não existam mais (Tabela 55).

TABELA 55

Moradores de Rua Paulistanos: Tempo do Último Contato
Com Parentes que Residem em São Paulo

(em %)

Tempo do Último Contato Com Parentes que Residem em São Paulo	Moradores em Logradouros	Moradores Albergados
Até um mês	35,8	41,6
De 2 a 6 meses	19,4	16,7
De 7 a 12 meses	17,9	16,7
De 1 a 3 anos	7,5	-----
Mais de 3 anos	19,4	25,0
Total	100,0	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

O tipo predominante de contato com parentes que residem em São Paulo, tanto para os moradores migrantes como para os paulistanos encontrados em logradouros, é pessoal para 85,4% e 88,1% deles, respectivamente. Os moradores albergados, tanto os migrantes como também os paulistanos, comunicam-se pessoalmente com seus parentes que residem em São Paulo. Esta forma é utilizada, respectivamente, por 85,7% e 100% deles.

Quanto à existência de parentes morando fora de São Paulo o que se constata, entre os moradores de logradouros, é um percentual pouco expressivo daqueles que possuem cônjuge e/ou filhos morando fora de São Paulo (13,0%); 18,8% não têm nenhum parente fora, sendo que a maioria (68,2%) possui amigos/parentes distantes que vivem em outros locais. A situação dos albergados é bastante semelhante, embora o percentual de parentes (cônjuge e/ ou filhos) morando fora da cidade é um pouco mais expressivo do que os primeiros (21,2%). A grande maioria (61,9%) também aponta a presença de amigos/parentes distantes que vivem fora de São Paulo (tabela 56).

TABELA 56

Moradores de Rua: Presença de Parentes que Moram Fora de São Paulo

(em %)

Parentes Morando Fora de São Paulo	Moradores em Logradouros	Moradores Albergados
Nenhum	18,8	16,9
Cônjuge e/ou filhos	13,0	21,2
Amigos/parentes distantes	68,2	61,9
Total	100,0	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

O tempo de contato com os parentes que moram fora de São Paulo, para aqueles que os têm é pouco freqüente ou mesmo inexistente para uma parcela significativa deles: 18,7% não se comunicam há mais de 10 anos, 27,8% entre 3 e 10 anos atrás, 15,8% de 1 a 3 anos, 13,7% de 6 a 1 ano, 11,4% de 2 a 6 meses e somente 12,6% tiveram um contato recente há menos de um mês, referindo-se aos moradores em logradouros.

Entre os albergados o contato com os parentes de fora é um pouco mais freqüente, embora os percentuais de moradores com mais de 3 anos sem contato são também significativos: para 25,8% o contato foi até um mês atrás, para 16,5% de 2 a 6 meses, 11,3 % contataram os parentes entre 6 a 12 meses atrás, 17,5% de 1 a 3 anos , 16,5% de 3 a 10 e 12,4% mais de 10 anos, indicando estes últimos praticamente uma total ausência de vínculos entre esta parcela de moradores de rua e seus familiares que vivem fora de São Paulo.

Um outro item, também importante para a análise dos vínculos sociais, diz respeito às companhias de rua, ou seja, com quem nela moram. A maioria dos entrevistados em logradouros (55,9%) declarou que vive só. Um percentual de 36,1% corresponde àqueles que afirmaram morar na rua com amigos e apenas 7,3% convive com o cônjuge (tabela 57). Esta variável foi analisada conjuntamente, entre os migrantes e paulistanos, pois os percentuais são muito próximos, em ambos os casos, o que nos leva a pressupor que a companhia de rua independe da condição migratória, pois os vínculos, quando existem, são, na maioria das vezes, construídos na própria dinâmica da vida na rua.

Os moradores encontrados em albergues não diferem dos identificados em logradouros, quanto à companhia de rua. Contudo, é importante ressaltar que a quase a totalidade dos albergados (94,2%) vive só e, em percentuais bastante reduzidos aparecem os que moram com o(a) cônjuge, com filhos, com amigos e parentes distantes.

TABELA 57

Moradores de Rua: Com Quem Vivem Na Rua

Com Quem Moram na Rua	Moradores em Logradouros	Moradores Albergados
Sozinho	55,9	94,2
Com o cônjuge	7,3	1,7
Com filhos	0,3	0,8
Parentes	0,4	2,5
Amigos	36,1	0,8
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: SAS/FIPE/2000

Estes dados nos possibilitam concluir que os moradores de rua de São Paulo, independentemente de serem migrantes ou paulistanos, se preferem a rua ou o albergue como local pernoite, são, em sua grande maioria, pessoas que vivem só, para os quais os vínculos familiares se enfraqueceram ou mesmo foram rompidos e que se caracterizam por uma vida de retraimento, isolamento e solidão, embora cercados por milhares de pessoas que cruzam diariamente os seus caminhos.

No estudo realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre População de Rua em Porto Alegre (1999), a partir do estímulo para que os entrevistados falassem livremente sobre suas histórias de vida e os momentos que mais os marcaram, foi observado que, da amostra composta por 82 sujeitos, 65,8% destacaram brigas e desentendimentos com a família. Destes, 51,2% identificaram problemas que variam desde brigas freqüentes com o grupo familiar, vivência de desentendimentos rotineiros dos pais, histórias de fuga de casa já na infância, problemas com madrastas ou padrastos, problemas na escola seguidos de brigas e situações de exploração e abandono. O estudo ressalta a atenção para a associação destes desentendimentos com o uso de álcool/drogas, tanto por parte do entrevistado como de familiares, referido em 35% das respostas.

Em São Paulo, como se pode constatar nas falas dos moradores de rua, apresentadas no capítulo I, o rompimento com a família também se deu pelos mesmos motivos: em função do uso do álcool e do consumo de drogas, de brigas entre os pais, filhos, irmãos, padrastos, enteados etc, da violência doméstica, da morte dos pais (especialmente da mãe), da incapacidade física e mental de assumir

os papéis esperados pelo grupo familiar e pela própria sociedade, enfim, pelo abandono ou rejeição familiar.

Contudo, a desagregação e/ou rompimento com a família parece, ao menos para parte dos moradores de rua, ter acontecido em função de um quadro frágil de organização familiar e afetiva e de vulnerabilidade econômica em que o grupo familiar se encontrava.

No momento em que o grupo familiar se encontra economicamente fragilizado, em que os pais deixam de desempenhar os papéis diferenciados e complementares de proteção social (quando da separação, morte, desemprego prolongado, alcoolismo), a desagregação familiar, principalmente entre as classes de menor renda, parece acontecer com maior frequência.

"Vivia no sítio junto com meus pais, não era um sítio grande, para a gente viver dava, tinha de tudo um pouco e com o falecimento dos meus pais, que morreram numa batida de carro, lá no interior, o carro explodiu e queimou os dois, eu fiquei muito triste e aí meus irmãos venderam o sítio, me tiraram fora da partilha porque eu era novo e foi daí que comecei a caminhar, tocar a minha vida. Andei por várias cidades até chegar em São Paulo".

Benedito

Paulo Roberto foi para a rua em 1992. Seu depoimento contribui muito para nossas reflexões aqui elaboradas:

"Eu sou um alcoólatra, estou praticamente três anos sem o álcool, eu comecei a beber muito cedo, perdi... agora eu estou tentando recuperar o que eu perdi: dezenove anos de prefeitura, abandonei devido ao álcool, aí eu fui para as ruas, fiz umas coisas, porque álcool é pior que agiota, porque agiota você pega mil reais com ele e ele te cobra trinta por cento ao mês e tem que pagar ele, mas você se aperta e paga. O álcool ele é pior, ele vai te dando aos poucos e depois ele te tira tudo, tudo o que eu digo é trabalho, dignidade, honra,

*você perde a identidade, perde exatamente tudo,
pessoas que gostam de você”.*

*“Vim para São Paulo e fiquei 21 anos sem voltar para o Norte,
mas sempre ligava pro pai e pra mãe. Quando eles
morreram a vida acabou para mim. Sinto muita falta do pai Zé e
da mãe Maria, Maria de Jesus. Não quis saber de
mais nada, trabalhava e dormia na obra, agora estou nessa
vida até quando Deus quer”*

(José Maria)

*“Não gosto dessa vida porque o que
a gente quer, pai e mãe, já morreram”.*

(Edison)

*“Minha mãe morreu eu tinha menos de seis dias, eu nem
conheci. Eu morava com meu pai, quando meu pai morreu eu
fui morar com a minha irmã. Tenho quatro irmãs e morei com
todas elas, mas são casadas e depois fui trabalhar em casa de
família, lá no interior e fiquei morando na casa. Vim para São
Paulo e trabalhava em casa de família, mas agora
está difícil, né? Com idade assim não arruma mais.
Nunca mais tive contato com minhas irmãs. Nem sei se elas
estão vivas. Eu estou com setenta e cinco anos e eu sou a
caçula. Há mais de 40 anos não tenho contato com elas.*

(D. Ercília)

CAPÍTULO IV

SÃO PAULO E POBREZA: UM PARALELO ENTRE O PERFIL DOS ESCORTIÇADOS E FAVELADOS COM O DA POPULAÇÃO DE RUA

“Os que vivem nas casas improvisadas nas pontas de rua ou se acotovelam nos cortiços, os que vivem o dia-a-dia da ocupação provisória ou mal paga, os que não têm um amanhã programado são, afinal, os que têm direito à esperança e o sonho como dever. Não são devaneios irresponsáveis, porque se incluem num projeto que o mundo em torno autoriza. A sua verdadeira liberdade consiste nisso. Eles sabem que de nada adianta imaginar que um dia alcançarão os tesouros que abarrotam as casas dos ricos e da classe média. O que eles aspiram sobretudo é alcançar, pelo menos, aqueles bens e serviços que tornam a vida mais digna. E é diante da consciência das impossibilidades de mesmo atingir aquele mínimo essencial que os pobres descobrem o seu verdadeiro lugar, na cidade e no mundo, isto é, sua posição social”.

(Milton Santos, 1992:65)

Este capítulo tem como objetivo apresentar a construção histórica da pobreza em São Paulo, especialmente a favelada e a encortiçada, e, através de seus perfis, traçar um paralelo com o da população de rua, identificando-se semelhanças e diferenças entre eles e as formas de ocupação do espaço urbano. Essa análise é feita a partir do contexto das grandes cidades na atualidade e dos debates sobre suas determinações econômicas, sociais e espaciais.

Embora São Paulo venha se alinhando e se revitalizando economicamente, em função das novas formas de produção exigidas pelo cenário mundial e transnacional, a cidade continua sendo um laboratório, como foi quase que durante todo o século passado. A sociedade paulistana vivencia concomitantemente os dramas constantes da desigualdade social e da pobreza e os desafios impostos pela ideologia do progresso econômico e tecnológico, vinculada à reprodução do capital.

Com as novas formas produtivas, a dinâmica do desenvolvimento de São Paulo ganhou, em ritmo acelerado, um novo contorno, assim como as grandes cidades que hoje estão vinculadas às exigências do mercado mundial.

Segundo Castells e Borja (1996), as cidades adquirem, cada dia mais, um forte protagonismo, tanto na vida política, quanto na vida econômica, social, cultural e nos meios de comunicação. Segundo os referidos autores:

"As cidades como atores sociais não se confundem com o governo local, porém incluem-no. A cidade se expressa melhor como ator social na media em que realiza uma articulação entre instituições políticas e sociedade civil"

A literatura sobre o tema das cidades no contexto atual tem enfatizado que, nos últimos anos, tem havido uma ruptura dos padrões sócio-espaciais das grandes metrópoles, nelas se incluindo São Paulo, em razão da crescente inserção da economia no chamado processo de globalização. O modelo urbano caracterizado pela combinação das desigualdades, integração e mobilidades sociais estaria sendo substituído por outro, marcado pela polarização e fragmentação da estrutura sócio-espacial, auto-isolamento das classes superiores e exclusão compulsória das antigas classes trabalhadoras, transformadas em

segmentos pobres. O padrão centro-periferia de crescimento estaria sendo alterado pelo fato de que os diferentes grupos sociais estariam novamente próximos no espaço da cidade, ainda que separados por muros e tecnologias de segurança.

Esta é uma idéia que nos induz a alguns questionamentos, embora não se tenha, como objetivo deste trabalho, aprofundar essa questão. A partir das evidentes transformações econômicas que redefiniram as relações capital/trabalho e o papel do Estado (enquanto promotor da interdependência das funções econômicas através das fronteiras nacionais), quais foram as limitações observadas nas formas históricas de construção da cidade frente às exigências do atual marco tecnológico informacional e dos objetivos do capitalismo globalizado, para que um novo modelo de cidade esteja se impondo? O que distingue o velho modelo de urbanização do novo que se instala? O que está realmente mudando? Há uma continuidade das formas de organização sócio-espaciais anteriores, ou o que se apresenta é uma descontinuidade delas? Até que ponto as mudanças que estão ocorrendo podem se explicadas tão somente pelas relações econômicas? Enfim, estão se alterando os processos de segregação sócio-espacial?

Meyer (2000:6) aponta que para responder essas questões *"é preciso ter presente que qualquer abordagem da metrópole contemporânea deve levar em conta que não se está diante de um objeto plenamente configurado. Pelo contrário, o caráter provisional, transitório do território e dos espaços metropolitanos dificulta a tarefa porque se observam simultaneamente características já detectadas na metrópole moderna porém alteradas e, muitas vezes, encobertas por novas relações com o padrão pós-industrial. Se, por um lado, temos uma efetiva transformação em andamento, por outro lado, ainda é possível reconhecer a presença de uma considerável proporção de elementos permanentes vindos da etapa anterior. Essa é uma questão que afeta de maneira mais clara as metrópoles pobres onde os graus de precariedade urbana relacionados ao período da industrialização são mais profundos"*.

A discussão sobre as alterações recentes da estruturação urbana teve início nos estudos sobre a *global city* nos países desenvolvidos. A idéia central é que a dispersão geográfica das atividades econômicas, combinada com uma integração global, tem contribuído para um papel estratégico das cidades que concentram as funções de comando. A economia urbana estaria sendo reconfigurada em torno de um novo tipo de núcleo econômico, que abrange atividades financeiras e de serviços, que estaria substituindo o velho núcleo tradicional tipicamente industrial e comercial.

Essa reestruturação produtiva propicia o crescimento de uma elite transnacional com um suporte de serviços auxiliares e pessoais (domésticos, reparação, conservação, higiene, alimentação etc) ao lado do declínio do emprego na indústria de transformação e do crescimento da economia informal.

Segundo Sassen (1991), se ergue uma nova ordem espacial, também dual, ou seja, uma polarização social: de um lado desemprego crescente, violência e pobreza e de outro as bases de operações do capital financeiro, indústrias sofisticadas tecnologicamente, empresas transnacionais e uma eficiente rede de telecomunicações. A estrutura sócio-espacial da cidade industrial estaria sendo substituída pela polarização entre ricos e pobres.

"(...) a nova estrutura espacial se expressa na existência de um grande contingente de trabalhadores de serviços de pouca qualificação e baixa remuneração e de desempregados vivendo de "viração" e de um pequeno segmento constituído pelos novos profissionais da economia de serviços e financeira (corretores, advogados, analistas em marketing etc), altamente qualificados e muito bem remunerados. Isso resultaria no desaparecimento da antiga reconfiguração das classes médias, dualizando a estrutura social e aumentando a distância entre seus pólos superiores e inferiores".

(Queiroz, 2000 apud Bógus e Taschner, 2001)

Sassen ainda aponta que os centros urbanos das cidades globais e centros de negócios metropolitanos recebem suportes em investimentos imobiliários e telecomunicações, enquanto que outras áreas da cidade estão carentes de

recursos. De um lado ela aponta a *gentrificação*⁵⁸, que, embora não se constitua em um processo novo, estaria ocorrendo em uma nova escala, assim como a pobreza, cujo nível se aprofundou.

Embora os debates em torno do conceito das *global cities* estejam ocupando lugar de destaque nas reflexões sobre os efeitos da globalização da economia sobre a estrutura sócio-espacial e na organização política das cidades, não há um consenso sobre ele; estudos e pesquisas expressam uma polêmica em torno do chamado paradigma da "pós-industrialização".

Preteceille (1994:80) afirma que a pluralidade de perspectivas de análise do movimento de globalização econômica não permite concluir, *a priori*, que haja um modelo único do mercado de trabalho marcado pela dualização. Se esta hipótese tem sentido no caso das atividades mais globalizadas, sobretudo as que estão ligadas à atividade financeira, às matrizes das grandes multinacionais e aos serviços anexos, é sabido que tais atividades, mesmo nas metrópoles onde elas existem de forma densa, representam uma pequena parte do emprego total. Temos que examinar o conjunto desse mercado.

Sob esta perspectiva, a globalização e a reestruturação produtivas podem representar processos contraditórios, o que equivale dizer que as condições econômicas, sociais, institucionais e culturais locais podem ser fatores importantes nas estratégias de localização das empresas. Em outras palavras, os efeitos da segregação sócio-espacial sobre a estrutura social e os processos de formação dos sujeitos coletivos atuam pela intermediação de fatores histórico-políticos. Há, portanto, espaço para a intervenção de políticas que promovam a instauração de um projeto de desenvolvimento local⁵⁹.

Segundo Queiroz (1999:17), ao lado dessa polêmica, a literatura internacional também registra o debate a respeito da pertinência das classes sociais na compreensão dos mecanismos de segregação urbana. Alimenta este debate a

⁵⁸ Entendido como surgimento de uma camada média e implica a idéia de projetos de revitalização urbana. Um exemplo é a recuperação das áreas centrais, com infra-estrutura básica e solo valorizado, a serem ocupadas pelas camadas de renda média e alta.

⁵⁹ Cf. texto do projeto PRONEX : Metrópole, Desigualdade Sócio-Espaciais e Governança Urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. PUC/SP, FAU/USP, UFRJ, UFMG, 1998.

controvérsia sobre a vigência da teoria marxista das classes diante da emergência de novas clivagens e de novos mecanismos produtores de desigualdade. Um grupo acredita que é secundário o papel da economia na estratificação social, conforme os neoweberianos e, na mesma direção, outros adotam a hipótese de que a longa duração da situação de extrema desigualdade a que estão submetidos determinados segmentos sociais cria os "excluídos", ou os *underclass*, ou seja, novas pobreza, categoria não assimilável às classes sociais. O segundo grupo, formado pelos que examinam as transformações econômicas a partir das categorias teóricas marxistas ou dos conceitos da escola da regulação e que afirmam a pertinência das classes e seus conflitos na explicação da nova formatação da acumulação gerada pela crescente financeirização e globalização da economia.

Este debate tem impulsionado o surgimento de muitos trabalhos e pesquisas empíricas na sociologia urbana. No Brasil, ainda são poucos os estudos que vêm sendo desenvolvidos nesta direção e com este enfoque. Um deles está sendo desenvolvido pelo projeto "Metrópole, Desigualdades Sócio-Espaciais e Governança Urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte" do programa PRONEX, já citado anteriormente, em que se busca avaliar os princípios segundo os quais se organiza o espaço social nas referidas metrópoles, adotando-se a noção de espaço como um conjunto de relações que definem posições e condicionam os atributos dos indivíduos por elas distribuídos. As variáveis relativas à natureza e posição no trabalho e aos setores econômicos nos quais são exercidas são utilizadas, em um primeiro momento, para definir conceitualmente as categorias sócio-ocupacionais que conformam a estrutura social, a partir das relações que definem posições no mercado de trabalho e na estrutura produtiva destas três metrópoles⁶⁰.

Saindo do debate em torno da reestruturação produtiva, dualização social e fragmentação espacial, encontram-se outras perspectivas de análise que, por exemplo, privilegiam o papel do capital imobiliário no atual quadro do setor financeiro, em que se analisa a segregação urbana a partir da lógica de atuação da atividade construtiva. Para alguns autores, como Gottdiener (1993), uma

⁶⁰ A construção dessa metodologia, bem como da hierarquia sócio-ocupacional, pode ser encontrada no projeto PRONEX, op. cit ou em Luiz César Q.R. e Luciana Corrêa do Lago, 2000.

compreensão profunda do atual padrão espacial requer “uma especificação das ações de grupos de interesses em torno da terra em resposta a incentivos sistêmicos que canalizam recursos para o setor da propriedade”. O foco, portanto, de sua análise está no papel central do setor imobiliário na reprodução do capital em geral e das redes público-privadas organizadas em torno desse setor. Estas são algumas das visões, dentre outras, que analisam a questão da segregação social, partindo de estruturas econômicas e sociais específicas.

A análise que aqui se pretende desenvolver está centrada na construção histórica da pobreza em São Paulo, a partir dos impactos das crises econômicas sobre as condições de emprego, de vida e de ocupação do espaço urbano. Sub-emprego, precarização das relações de trabalho e desemprego são indicadores utilizados na compreensão do fenômeno da pauperização em que hoje se encontra grande parte da população brasileira e, especial, a que vive na cidade de São Paulo, cuja condição se agravou em função de um quadro já bastante frágil de situações econômicas e sociais anteriores.

“Favelados, moradores de loteamentos periféricos, encortiçados de áreas centrais “degradadas” e moradores dos bairros das mansões representam, de certa forma e não univocamente, algumas das classes sociais no espaço e seus conflitos. Essa demarcação de “territórios” é uma das faces da segregação urbana”.

Véras (1992)

Tais desigualdades, segundo a referida autora, não têm apenas uma determinação econômica, mas refletem os efeitos das políticas urbanas. A noção de padrão periférico de urbanização passou a ser utilizada, a partir da década de 70, para explicar o desenho da urbanização na cidade, resultante da combinação entre a modernização da economia, com o conseqüente aumento da produtividade e as formas extremas da exploração da classe trabalhadora. Nesse modelo de crescimento, estabeleceu-se, via intervenção do Estado, um crescimento urbano segregador e excludente, em que, de um lado havia a lógica das políticas públicas em atender prioritariamente às necessidades do grande capital em relação à infra-

estrutura e serviços urbanos e, de outro, o total descaso em criar e ampliar as condições de reprodução da força de trabalho.

São Paulo viveu um intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX. Em 1950 sua população era de 2.198.096 pessoas, em 1970 de 5.924.615 pessoas e em 2000 o total é de 10.435.546 habitantes.⁶¹

Entre as décadas de 60 e 80 do século XX, as políticas adotadas levaram ao crescimento econômico e à expansão do emprego nos setores formais da indústria de transformação, na produção de energia, na construção civil e nos setores de transportes e comunicações. Com a urbanização galopante das cidades, ampliaram-se os mercados de consumo, resultando em intensa modernização e geração de novos empregos no setor terciário, aglomerando-se um enorme contingente de trabalhadores nas cidades.

"Nesse quadro, surge também um processo de concentração de renda, tão intenso que torna difícil se estabelecer a linha da pobreza ou da miséria urbana entre os empregados de baixa renda e os desempregados, nativos ou migrantes, assalariados da indústria ou ambulantes, lumpen ou proletariado."

(Véras, 1992:82)

Ainda, segundo a referida autora, esse quadro foi construído a partir de uma política de integração nacional sob o capitalismo associado. A unificação e a modernização do país, criando pólos econômicos e grandes obras de infra-estrutura, entre outros, foram feitas através da centralização de recursos do governo federal, com a internacionalização da economia e com uma brutal concentração de renda, através de rebaixamento dos níveis salariais. Isto determinou uma rede desigual de cidades no país e desigualdades dentro delas: espaços bem equipados, considerados como a cidade legal e espaços reais, clandestinos ou irregulares, miseráveis, das favelas, dos loteamentos clandestinos e das habitações precárias de aluguel, de cortiço e de periferia.

⁶¹ Os dados indicados referem-se aos censos do IBGE.

"A presença dessa clandestinidade não deve ser vista como uma etapa transitória, mas como efeitos estruturais do modelo de desenvolvimento brasileiro"

(Véras, 1992:83)

Em São Paulo, em 1987⁶², foram identificadas 1.592 favelas⁶³ abrangendo 150.452 domicílios e uma população de 812.764 pessoas. A população favelada em 1993, segundo estudo realizado pela SEHAB/FIPE, totalizava 1.901.893 pessoas, ou, aproximadamente, 19,8% da população total do município, vivendo em 378.863 domicílios, com uma média de 5,02 pessoas por domicílio. Assim, o número de unidades domiciliares (conhecidas como "barracos") mais que se duplicou no intervalo de 6 anos, conforme os levantamentos realizados, expressando um vigoroso crescimento desta forma de habitação.

Segundo Tascshner (1997: 12), a deterioração da qualidade de vida da maior metrópole industrial do Brasil pode ser vista com muita clareza: a população de São Paulo aumentou em 987 mil pessoas, entre 1980 e 1991. A população favelada, no mesmo período, cresceu em aproximadamente 600.000 habitantes. Cerca de 60% do incremento populacional paulistano se deve ao aumento do número de favelados. Até a década de 70, a cidade era das poucas capitais latino-americanas sem favelas. Em 1973, apenas 1,09 % da população da cidade residia em favelas; em 1987 esse percentual subiu para 8,92% e em 1991 atingiu quase 20%, podendo-se visualizar na tabela 59 estes dados.

⁶² Conforme censo realizado pela Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, Superintendência de Habitação Popular – HABI.

⁶³ Entende-se por favela, o conjunto de unidades domiciliares, construídas em madeira, zinco, lata, papelão ou em alvenaria, em geral distribuídas desorganizadamente em terrenos cuja propriedade individual do lote não é legalizada para aqueles que os ocupam.

TABELA 58

Crescimento da População Favelada no Município de São Paulo

Ano	Favelada	População de São Paulo	%
1950	-	2.198.096	-
1960	-	3.666.701	-
1970	-	5.924.615	-
1973	71.840	6.590.826	1,1
1975	117.237	7.327.312	1,6
1980	439.721	8.493.226	5,2
1987	812.764	9.108.854	8,9
1991	1.071.288	9.480.427	11,3
1993	1.901.892	9.605.520	19,8

Fonte: Suzana P. Taschner, 1997

A ocupação das favelas não se deu de forma uniforme na cidade. Partindo-se dos dados de 1993, quando a cidade estava dividida em 20 Regionais⁶⁴, Campo Limpo concentrava o maior número de domicílios favelados, correspondendo a 17,90% do total com 67.826 ; em seguida vinha Freguesia do Ó com a presença de 61.128 domicílios, ou seja, 16,13% e o terceiro cabia à Capela do Socorro com 43.033 domicílios (11,37%) (SEHAB/FIPE/1994).

Agrupando-se os resultados, identifica-se que a grande concentração da população favelada, em 1993, está nas Regiões Sul e Norte da cidade. A Região Sul é responsável por 42,51% dos domicílios ocupados por 808.491 pessoas, seguida pela Região Norte com 29,71% dos domicílios compostos por 565.056 moradores. As Regiões Leste e Sul apresentam percentuais menores: 14,53% e 9,80%, respectivamente, embora o número de moradores favelados seja, também, bastante elevado nessas áreas. Residem nas favelas da região Leste 276.250 pessoas e 183.413 na Sudeste. As áreas mais centrais não apontam presenças significativas de favelas.

Ao longo dos anos, a favela foi tratada segundo diferentes visões teórico-metodológicas. Alguns a consideram como local de miséria, de doenças, de crimes e de desorganização social, para os quais a solução é a remoção da população que lá vive. Para outros, a favela representa uma disfunção do sistema,

⁶⁴ Conforme Decreto 31.183, de 05/02/1992, as 20 Regionais eram: Pirituba/Jaraguá, Freguesia do Ó, Santana, Vila Guilherme/V. Maria, Penha, São Miguel Paulista, Itaquera/Guaianases, Móoca, Vila Prudente, Ipiranga, Vila Mariana, Santo Amaro, Campo Limpo, Butantã, Pinheiros, Lapa, Sé, Perus, São Mateus e Capela do Socorro.

formada por moradores provindos de migração recente, servindo esta como local transitório para a integração na cidade.

Essas óticas não permitiram apreender a determinação estrutural da favela como parte integrante do sistema capitalista, onde os efeitos das contradições do processo econômico permitiram a formação de um notável exército de reserva e uma crescente pauperização da classe trabalhadora (Véras, 1987).

Outras percepções passaram a ver a favela como expressão física das contradições urbanas e entender sua permanência na cidade, sendo o favelado não mais considerado um migrante recém chegado, mas um trabalhador que não consegue, com seus baixos salários, realizar a aquisição de uma moradia em locais desejados.

Frente à situação em que se encontrava a população de baixa renda, Kowarick e Campanário (1988) apontam que:

"Na região mais rica do país (grande São Paulo), sede do avanço industrializado impulsionado pelo grande capital, o salário mínimo decresceu em termos reais, entre 1959 e 1968, cerca de 55%; esta enorme redução adquire sua real significação quando se tem em conta que não se trata, pelo menos até 1980, de momento de crise, mas de tendência estrutural da economia brasileira das últimas décadas"

Desta forma, grande parte da população permaneceu à margem da divisão social do trabalho, usufruindo parte do excedente produzido pela economia urbana mediante a prestação de serviços domésticos, atividades autônomas, trabalhos ocasionais de pouca rentabilidade.

Uma vez que a cidade capitalista não conseguiu atender as necessidades básicas do trabalhador, não só econômicas, como físicas, morais, intelectuais e sociais, a população de baixa renda acabou buscando por si própria as soluções que comportam os estreitos limites da precariedade em que vivem, excluídas do quadro de alternativas que só é dado àqueles que desfrutam, em maior

ou menor grau, dos benefícios gerados pelo sistema capitalista. Uma das alternativas foi alojarem-se em favelas.

De início, foram ocupando terrenos, geralmente do poder público, de forma gradual e individual; a partir de 1980, a formação das favelas se deu através de invasões organizadas, configurando-se em novas táticas de luta da população de baixa renda. A ilegalidade em relação à propriedade da terra representa para o favelado a “exclusão” em sua essência, ou seja, sem “direito a ter direitos”.

O cortiço, por sua vez, é a modalidade de habitação popular mais antiga de São Paulo, existindo há um século na cidade. Foi produzido, entre outros tipos de habitação, para atender a demanda de trabalhadores, cujos salários eram exíguos frente aos altos custos de aluguel, tornando-se a forma preponderante e quase exclusiva de moradia dos operários, até a década de 50. Não havia outra forma de habitação que o substituísse, na medida em que a residência unifamiliar, alugada ou comprada, era um privilégio de poucos e as vilas operárias eram em número muito reduzido frente a demanda existente, além do cortiço representar uma moradia rentável para os médios e grandes capitalistas. Até então, diferentemente do Rio de Janeiro, não se formaram favelas nesse período, constatando-se seu início somente por volta dos anos 40.

Constatam-se, desde essa época, as contradições vividas pelo Estado em relação a esta modalidade de habitação: se, por um lado, ela lhe é imprescindível como abrigo para a força de trabalho e o ajuda a esconder sua incompetência enquanto responsável pela oferta de habitações dignas à população, por outro lado, sempre foi tratada como um espaço indesejável em uma sociedade elitista, vista como problema de saúde pública, sendo foco de doença, de miséria e de todo tipo de marginalidade.

A partir dos anos 50, o processo definitivo de industrialização e urbanização parecia representar um caminho eficaz de crescimento, de progresso e de condições melhores de vida e de trabalho para todos. No entanto, a evolução dos acontecimentos mostrou que o processo de urbanização se deu com um crescimento econômico significativo mas, também, com o crescimento das desigualdades.

Nos anos 50 e 60, a alternativa encontrada pela classe operária foi a auto-construção de moradias, feitas pelos próprios moradores, em loteamentos periféricos, muitas vezes clandestinos, comprados a prestação e carentes de toda e qualquer infra-estrutura e serviços urbanos. Os altos custos de aluguel no centro da cidade, em função da escassez de oferta habitacional, determinada pela política econômica da época, tornaram-se incompatíveis com os salários dos trabalhadores.

Neste momento, consolidaram-se, ao lado de um novo patamar de acumulação capitalista, as condições de um novo modelo de crescimento da cidade, o chamado padrão periférico, que cada vez mais e até hoje absorve grande parcela da população pobre da cidade. As casas periféricas alugadas ou auto-construídas foram, aos poucos, ganhando ao seu redor os aglomerados de favelas.

Contudo, ao lado do padrão periférico de moradia, os cortiços continuaram existindo, não se constituindo em habitação do passado mas, ao contrário, permaneceram em algumas áreas, cresceram ou mesmo diminuíram em outras e sobretudo se espalharam por toda a cidade.

O conceito de cortiço não é consensual entre os técnicos que trabalham com o tema. As características mais comuns atribuem ao cortiço um caráter que acentua o de habitação precária, de aluguel, onde existe congestionamento e co-habitação involuntária, com instalações sanitárias em comum.

Tradicionalmente, o cortiço costumava ser visto como o casarão deteriorado, subdividido em cômodos, com instalações sanitárias insuficientes e em comum, ou como uma fileira de quartos ao longo de uma viela, com acesso único para a rua, típica dos cortiços construídos para tal fim. A tendência atual é a de conceituá-lo de forma mais abrangente compreendendo as diversas modalidades de habitações coletivas precárias de aluguel, não esquecendo os cortiços de periferia, que não apresentam um congestionamento tão grande quanto os do centro da cidade e computando, também, cômodos com sanitário exclusivo, situação freqüente em conjuntos de domicílios congestionados e que apresentam, no mesmo lote, tanto domicílios com sanitário individual como coletivo (Taschner, 1997).

Em 1993, A SEHAB, através da FIPE, utilizando o conceito estrito de habitação precária de aluguel, com instalações sanitárias em comum, estimou a presença de 23.688 imóveis encortiçados na cidade, envolvendo 160.841 famílias, totalizando 595.110 pessoas, equivalente a 6,2% da população de São Paulo naquele ano. A maior concentração de encortiçados estava na área central da cidade, mas a pesquisa revelou, também, significativa presença de cortiços em regiões mais distantes do centro como Santo Amaro, Campo Limpo, Freguesia do Ó, indicando a permanência e expansão do fenômeno na cidade.

Outro recorte da pobreza urbana, está retratado na "população de rua" que, embora esteja espalhada por quase toda a cidade, se concentra nos distritos centrais de São Paulo. Vive nos espaços públicos e coletivos da cidade e vem crescendo desde o início dos anos 90, compreendendo, em 2000, 8706 pessoas. Há uma questão em aberto, que vem permeando hoje os estudos desse tema e que cabe aqui apresentá-la: até que ponto esse segmento social é determinado pela nova configuração do atual estágio do capitalismo, ou da globalização da economia, como mais comumente é dito, ou é consequência do modelo econômico desenvolvido historicamente no Brasil?

Partimos da idéia de que a vida na rua é uma consequência do modelo histórico de desenvolvimento econômico e do processo de urbanização por ele determinado em nosso país e na cidade de São Paulo. Embora não estejamos mais organizados prioritariamente pela indústria capitalista, os indivíduos estão cada vez mais aprisionados na estrutura objetiva da troca, onde a força de trabalho continua mercadoria cuja finalidade última é a busca do lucro e do acúmulo de riqueza por parte dos grupos dominantes, hoje não mais só nacionais mas principalmente transnacionais.

Como consequência deste quadro, forma-se, na cidade, um novo perfil de morador de rua, marcado por uma trajetória de vida constituída por fragilidades econômicas e sociais, que impediram condições autônomas de sobrevivência e que, também, pela ausência de políticas públicas não conseguiram reagir à sua situação, atingindo esse limite extremo de privação típico da situação de rua.

A grande maioria dos moradores de rua (46,3%) encontrada nos logradouros da cidade, em 2000, informou que a última casa que tiveram antes de irem para a rua era própria; para 31,4% deles era alugada e 11,4% disseram ser cedida. Outras formas apontadas, com inexpressivos percentuais foram: pensão, casa de patrão e alojamento. Quando perguntados onde era a última casa que tiveram, apenas 14,4% disseram ter vindo de favela e um percentual ainda mais reduzido (4,3%) vieram de cortiço. Moravam na última casa com o cônjuge e filhos 18,5% deles; 14,4% viviam com o cônjuge, 14,4% residiam sozinhos e 13,3% com pais e irmãos. O tempo médio entre a última moradia e a ida para a rua é de aproximadamente 7 anos, sendo que para 74% deles a saída da casa e a ida para a rua se deu diretamente, sem terem antes passado por outros locais. Esses dados sugerem que uma parcela dos moradores de rua teve uma mobilidade social descendente, que foi compulsória e involuntária para grande parte deles.

Ao se comparar o perfil da população que hoje mora na rua com outros segmentos da pobreza urbana, como os encortiçados e favelados, o que se verifica é que há mais semelhanças do que diferenças, embora certas características sejam mais marcantes em um determinado perfil.

A população de rua é, na sua grande maioria, masculina (85%), o mesmo ocorrendo com a favelada em que os homens predominam (77,9 %) sobre as mulheres (22,1%). Esta característica se repete entre os encortiçados, embora a proporção de pessoas do sexo masculino (52,8%) seja menor nesta modalidade de pobreza, quando comparada com as do sexo feminino (47,2%). Essa variável demográfica só se inverte na população total da cidade em que o percentual de mulheres (52,3%) é mais alto do que o dos homens (47,7%). A tabela 60 demonstra esses dados.

TABELA 59

Pobreza Urbana e População Total da Cidade por Sexo
(em %)

Sexo	População Favelada (1993)	População Encortiçada (1993)	População de rua (2000)	População total da cidade (2000)
masculino	77,9	52,8	85,0	47,7
feminino	22,1	47,2	15,0	52,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: SEHAB/FIPE/1994; SAS/FIPE/2000 e Censo/IBGE/2000

Ao se comparar a idade dos segmentos pobres de São Paulo, o primeiro dado que se destaca é que na "população de rua" é inexpressivo o percentual de crianças e adolescentes até 14 anos (4,6%), quando comparada com a favelada, em que o percentual de pessoas nesta faixa etária é bastante alto (40,3%). Na população que vive nos cortiços, também é expressiva esta faixa etária (33,3%), embora um pouco menor do que os que moram nas favelas. Observa-se que a faixa que concentra o maior percentual de pessoas, nos três perfis de pobreza e na população total da cidade, é a de 15 a 59 anos, destacando-se o percentual de moradores de rua (83,0%). A população idosa, acima de 60 anos, é muito pouco expressiva entre os favelados (2,3%) e, também, entre os encortiçados (3,0%). Na população de rua os idosos aparecem com maior frequência (12,4%), assim como na população total do município (12,03%). A tabela 61 permite a visualização destes dados.

TABELA 60

Pobreza Urbana e População Total da Cidade por Idade

(em %)

Idade	População de favelados (1993)	População de encortiçados (1993)	População de rua (2000)	População total da cidade (2000)
0 a 14 anos	40,3	33,3	4,6	24,85
15 a 59 anos	57,4	63,7	83,0	63,12
60 anos e mais	2,3	3,0	12,4	12,03
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: SEHAB/FIPE/1994; SAS/FIPE/2000 e CENSO/IBGE/2000

A escolaridade da pobreza em São Paulo, por sua vez, apresenta o seguinte quadro: o percentual de analfabetos na população de rua além de ser pouco expressivo (1,7 %) é bem menor do que o da população favelada (10,2%) e o da encortiçada (6,5%). Destaca-se uma razoável semelhança entre os três perfis quanto aos índices encontrados de escolarização de 1º grau, tanto completo como incompleto, com exceção do menor percentual de 6,2% da população favelada, comparativamente aos demais segmentos de pobreza. Isto nos leva a inferir que a grande maioria da pobreza urbana cursou até, no máximo, o ensino fundamental, ou seja, tiveram até 8 anos de estudo, conforme se observa na Tabela 62.

TABELA 61

Pobreza Urbana por Escolaridade

(em %)

Nível de escolaridade	População favelada (1993)	População encortiçada (1994)	População de rua – Logradouros (2000)	População de rua – Albergados (2000)
analfabeto	10,2	6,5	10,7	1,7
alfabetizado	8,0	7,4	5,6	5,1
1º grau completo	6,2	24,3	25,0	21,2
1º grau incompleto	57,7	56,5	46,1	55,9
2º grau completo	0,9	5,1	7,2	7,6
2º incompleto	-	-	4,0	5,1
3º grau	-	0,2	1,4	3,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: SEHAB/FIPE/1994 e SAS/FIPE/2000

Quanto à renda do chefe, o que se verifica é que os percentuais mais expressivos estão entre os chefes favelados e encortiçados que recebem de 1 a 3 SM e de 3 a 5 SM. Por outro lado é muito expressivo o percentual de chefes favelados que não possuem renda, quando comparado com o dos encortiçados. Observa-se que, embora não se tenham disponíveis as faixas de renda da “população de rua”, sua renda mensal média está dentro da faixa preponderante entre os favelados e encortiçados, não sendo, portanto, a renda individual uma diferença entre eles. Os dados da tabela 63 apontam para esta análise.

TABELA 62

Pobreza Urbana e População Total da Cidade por Renda do Chefe

(em %)

Renda do Chefe em salários mínimos	População Favelada (1993)	População Encortiçada (1993)	População total da cidade (2000)	População de rua (*) 2000
Sem renda	22,2	9,3	0,32	—
- de 1 SM	6,6	15,3	2,21	—
De 1 a 3 SM	42,3	22,5	26,80	—
De 3 a 5 SM	19,3	32,8	21,01	—
Mais de 5 SM	9,6	20,1	49,66	—
Total	100,0	100,0	100,0	—

Fontes: SEHAB/FIPE/1994; SAS/FIPE/2000 e CENSO/IBGE/2000

(*) 1. A renda mensal média dos moradores de rua encontrados nos logradouros é de 1,8 SM e dos albergados é de 1,7 SM.

2. As faixas intermediárias de renda não estão disponíveis para esta população.

Em 1997, a FIPE realizou para a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHAB, um novo estudo sobre os cortiços e a população encortiçada, somente da Área Central da Cidade⁶⁵. Alguns dados do volume II deste estudo foram aqui selecionados para ilustrarem nossa análise.

Ao se observar a estrutura etária do chefe da família, constata-se que a grande maioria deles (65,7) tem entre 26 e 55 anos, ou seja, está em idade economicamente ativa. Os chefes jovens nesta população somam 17,4% e os idosos com mais de 56 anos 16,9%. Outro dado interessante é em relação ao número de pessoas por família. Nos cortiços da área central da cidade 17,4% são pessoas sós; a média é de 3,3 pessoas por família e a mediana é 3. A renda familiar per capita está assim distribuída: 5,2% ganham até 0,5 SM; 16,9% recebem de 0,5 a 1,0 SM; 25,7% têm rendimentos de 1,0 a 1,5 SM; 23,5% estão na faixa de 1,5 a 2,5 SM; 20,3% recebem de 2,5 a 5,0 SM e, finalmente, 8,1% alcançam mais de 5 SM de rendimentos. Por outro lado, esses encortiçados gastam, em média, 1,7 SM de aluguel e 0,6 SM com água e luz.

Os dados mais recentes sobre os quais se tem notícia a respeito dos cortiços são os da pesquisa sócio-econômica realizada pela Fundação SEADE para a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU, em 2002, realizada para intervenção no Setor I – Pari, que abrange parte dos distritos do Pari e do Bom Retiro, totalizando uma amostra de 1.023 domicílios, abrangendo 1.171 famílias e 2.776 indivíduos.

Alguns dados deste trabalho merecem ser aqui destacados, ilustrando nossa análise e, até mesmo, possibilitando comparações com os já citados sobre esta modalidade de habitação. As famílias encortiçadas dessa área são pequenas, com uma média de 2,38 pessoas, sendo predominantes aquelas com apenas uma pessoa (38,5%) ou duas pessoas (22,7%). Somente um quarto das famílias é constituído por casais com filhos. A escolaridade dos chefes de família é baixa: 11,2% não têm nenhuma instrução, 65,9% têm o ensino fundamental

⁶⁵ Esse estudo intitula-se: "Diagnóstico e Plano de Ações para o Mercado de Moradia de Aluguel e Identificação de Obstáculos para Aquisição de Novas Moradias pelas Famílias de Baixa Renda", out/1997/vols.I, II e III.

incompleto e somente 10,4% o completam. Parcela considerável das crianças e dos adolescentes dos cortiços está fora da escola.

A maioria dos chefes encortiçados desta área está inserida no mercado de trabalho, destacam-se os que são registrados, os autônomos e os assalariados sem registro. A maior parte dos domésticos não possui registro em carteira de trabalho. Há, ainda, 3,6% de chefes vivendo do seguro-desemprego, auxílio do INSS e outras fontes, ressaltando-se, contudo, a parcela de 5,2% de chefes sem renda. A maioria vive com baixos rendimentos familiares, ou seja, 45,5% das famílias vivem com até três salários mínimos de renda mensal total e 3,5% sem nenhum rendimento.

A maioria dos domicílios tem um único cômodo, correspondendo a 74,3% das unidades domiciliares encortiçadas. As funções domésticas (repouso, estar, preparação de alimentos e higiene) são realizadas em um mesmo ambiente. Na maioria dos domicílios se improvisam paredes internas e em 27,5% deles não existem nem mesmo janelas. O banheiro é de uso coletivo para 85% deles e de nove em cada dez moradias compartilham com o vizinho o mesmo tanque para lavagem de roupa. A preparação dos alimentos, para a maioria, é feita na sala ou no quarto. Outro fato a ser ressaltado é que há uma alta rotatividade na ocupação dos cortiços desta área. Este dado se confirma quando se constata que 36,3% dos entrevistados vivem nos endereços visitados há menos de seis meses e 19,7% entre seis meses e um ano, o que totaliza mais da metade dos chefes de família.

O percurso da moradia para o trabalho é rápido e feito a pé, sendo este o fator que mais pesa na escolha por este tipo de habitação, embora os moradores, de forma geral, reclamem muito da falta de espaço e de privacidade que ela proporciona.⁶⁶

A partir desse quadro, pode-se constatar que há características muito semelhantes entre a pobreza urbana em São Paulo quanto ao sexo, idade, escolaridade e mesmo renda individual. As diferenças estão, primeiramente, na dimensão e espacialização onde se inserem e nas formas de lutas e alcances que

⁶⁶ Estes dados foram retirados do Programa de Atuação em Cortiços – Pesquisa Sócio –Econômica, setor Pari. CDHU/SEADE, 2002.

obtiveram historicamente. A outra reside na composição familiar: a "população de rua", identificada em 2000, é composta, preponderantemente, por pessoas sós, sendo inexpressivo o percentual de famílias na rua, situação que se inverte na população favelado, cuja família, segundo dados de 1993, é composta de 5,02 pessoas. A família encortiçada é bem menor, registrando-se nos cortiços das áreas centrais, um número cada vez maior de pessoas que vivem sós com exíguos rendimentos.

Embora essas diferenças existam, o que há de mais comum são as condições de vida. Em todas as formas de moradia e de vida analisadas, encontram-se a miséria, a falta de privacidade, o desconforto, a insegurança do amanhã, enfim a ausência dos direitos sociais.

Nesta direção, foi construído este capítulo. É preciso repensar a pobreza de forma mais ampla, sem segmentá-la, buscando-se, a partir de territorialidades em comum, ações que possam convergir para sua erradicação. Torna-se necessário elaborar políticas públicas mais ousadas que venham possibilitar, de forma definitiva, uma autonomia de vida para o contingente populacional que vive nos limites extremos de pobreza em nossa cidade.

CAPÍTULO V

AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS MORADORES DE RUA: UM ENCONTRO COM A AÇÃO DO ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL

“A cidade brasileira atravessou intensas transformações econômicas, sempre produzindo a difícil inserção do pobre na produção, no consumo e na cidadania. Ao mesmo tempo, ela foi a “universidade” que ensinou a esse mesmo pobre a sobrevivência nas brechas da sociedade e a prospectar estas transformações, adaptando-se a elas.”

(Carlos Lessa, 2000)

Este capítulo tem como objetivo proporcionar um cenário das políticas públicas hoje voltadas aos moradores de rua da cidade de São Paulo, tanto as desenvolvidas pelo poder municipal como as estaduais, em parcerias com a sociedade civil.

O ponto de partida da ação municipal é a Lei 12.316 de 16 de abril de 1997, que instituiu a Política Municipal de Atendimento à População de Rua na cidade de São Paulo⁶⁷. No art. 1º desta Lei se estabelece que “O poder municipal deve manter na cidade de São Paulo serviços e programas de atenção à população de rua, garantindo padrões éticos de dignidade e não violência na concretização de mínimos sociais e dos direitos de cidadania a esse segmento social de acordo com a Constituição Federal, A Lei Orgânica do Município de São Paulo e a Lei Federal nº 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS”.

Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 40.232 de 02 de janeiro de 2001⁶⁸, constando no seu art. 1º que “O poder Executivo implantará no Município de São Paulo O Programa de Atenção à População de Rua, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS”.

Visando o atendimento das exigências do Decreto-Lei, que é a base do programa social com a população de rua, a SAS elaborou o Programa de Atenção à Pessoa em Situação de Rua, cuja atendimento possui três vertentes: *acolhida, convívio e autonomia*⁶⁹. Estas vertentes compreendem uma rede de serviços, que são oferecidos em parceria/convênio com a sociedade civil⁷⁰, através

⁶⁷ Esta lei encontra-se na íntegra no Anexo III desta tese.

⁶⁸ Este Decreto encontra-se na íntegra no Anexo IV desta tese.

⁶⁹ As informações sobre o Programa de Atenção à Pessoas em Situação de Rua foram retiradas do documento: “Acolher Reconstituindo Vidas” da SAS.

⁷⁰ Segundo atualização dos dados em junho de 2003, este programa contava com as seguintes parcerias da sociedade civil: Fórum de Assistência Social da Cidade de São Paulo, Fórum da População em Situação de Rua, Fórum das Entidades que trabalham com a população de rua, Associação Evangélica Beneficente, Associação Metodista de Ação Social, Associação Reciclázaro, Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, Arquidiocese de São Paulo, Projeto Cooper-Rua, CROPH - Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana, Centro Gaspar Dias de Direitos Humanos, Província Franciscana. Rede Rua de Comunicação, OAF - Organização de Auxílio Fraternal (pioneira com trabalho junto à população de rua), Assindes, Associação Mulher-Vida, ACM - São Paulo, Sociedade Beneficente São Camilo, NOE - Grupo de Produções, FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, PNBE – Pensamento Nacional de Bases Empresariais, Roberto Loeb e Associados, entre outros.

das organizações sociais de cunho assistencial, religioso, privado, de organizações não governamentais, fóruns de representação, redes de comunicação, entre outros.

A *Acolhida* acontece nas modalidades: albergue, abrigo, hospedagem, moradia provisória e Oficina Boracéia, que oferecem os seguintes serviços:

O *Albergue* abre caminho para o processo de saída da rua ao garantir três meses de permanência. Constituiu-se em oferta de local para repouso noturno, com funcionamento 24 horas e flexibilização do horário de entrada e saída. É oferecido para ambos os sexos e para carrinheiros.

O *Abrigo* tem como objetivo o trabalho de consolidação do processo social de saída da rua e da autonomia, com oferta de pernoite e permanência média de seis meses. Há abrigos comuns e especiais (para doentes e idosos).

A *Hospedagem* é a acomodação em hotéis para pessoas com maior grau de autonomia, possibilitando a abertura de novas vagas nos abrigos.

As *Morádias Provisórias* são repúblicas, ou seja, casas e prédios alugados pela SAS junto com a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHAB, para pessoas em processo de re-inserção social.

A *Oficina Boracéia* é um projeto modelo de atendimento à população em situação de rua e é considerada uma “oficina de reconstrução de vidas”, porque contempla as três vertentes do programa social (acolhida, convívio e autonomia). O projeto tem um caráter intersecretarial com coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS, em parceria com a sociedade civil, conforme Portaria Intersecretarial 002/2002 de 02/05/2002. A Oficina Boracéia tem como proposta oferecer:

- possibilidades diferenciadas de acolhida para adultos, famílias, mulheres e idosos em horário diurno e noturno;

- acolhida aos catadores de papelão, seus carrinhos e, quando necessário, sua família e animal de estimação;
- centro de serviços para atendimento às necessidades de: higiene, alimentação, cuidados pessoais, descanso, lazer e estimulação para a saída da rua;
- oficinas de convívio que possibilitem o resgate da vida, o fortalecimento da auto-estima e a construção de vínculos grupais, familiares e societários;
- vivências sócio-culturais que estimulem o exercício da solidariedade, da autonomia e a construção da cidadania;
- oficinas de arte e desenvolvimento de capacidades, tais como oficinas de restauro e recuperação de objetos e móveis;
- atividades e eventos para convivência de diferentes públicos da sociedade paulistana que permitam incentivar a solidariedade, romper a discriminação e confrontar a exclusão social;
- espaços para a apresentação e comercialização de arte que vem da rua e de outros produtos de ação cooperativa com o selo Boracéia;
- oficinas culturais para desenvolvimento cognitivo;
- restaurante popular capaz de prover segurança alimentar para os trabalhadores da região;
- estar aberto para novas formas de atenção indicadas pelo protagonismo da população;
- desenvolver atividades de troca de experiências e de formação entre ONG's, trabalhadores e pesquisadores com população em situação de rua;
- ampliar as formas de protagonismo da população em situação de rua e a defesa de seus direitos através de uma Ouvidoria.

O *Convívio* ocorre através dos centros de serviços e das casas de convivência, que propiciam os seguintes serviços:

Centros de Serviços, são locais que oferecem diariamente serviços básicos à população de rua funcionando em imóveis alugados ou em albergues para alimentação, higiene, lavagem de roupas e guarda de pertences, com portas abertas, frequência livre e serviços de referência na cidade.

Casas de Convivência, com as mesmas características dos centros de serviços, estimulam trabalho sócio-educativo, socialização e organização em grupo, ou seja, possuem atividades mais sistematizadas.

A *Autonomia* é um processo que está ligado diretamente a possibilidades reais de saída da rua, o que significa fundamentalmente iniciativas de geração de renda e trabalho. A orientação profissional, as atividades de capacitação ocupacional e o encaminhamento para empregos visam a re-inserção no mercado de trabalho. Os programas previstos para dar suporte a essa vertente são: Ação Coletiva de Trabalho, Renda Cidadã, Moradia Definitiva (aluguel ou aquisição), Atenção à Saúde (república terapêutica), Restaurante Popular, Projetos Alternativos de Incentivo à Economia Solidária.

Neste sentido, o trabalho com a população em situação de rua exige uma intensa sinergia entre as diferentes esferas públicas municipais. Desde a oferta de alimentação em restaurante populares, passando pelo tratamento de saúde qualificado e especializado até chegar aos equipamentos de acolhida, o conjunto das ações deve estar voltado para uma ação governamental integrada.

As parcerias Intersecretariais e Intersetoriais da Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), neste programa, são: a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SMTDS), a Secretaria Municipal da Saúde (SMS), a Secretaria Municipal da Cultura (SMC), a Secretaria Municipal da Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHAB), a Secretaria Municipal de Serviços e Obras (SMSO), a Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social (SMCI), a Secretaria Municipal de Abastecimento (SEMAB) e a Secretaria Municipal de Implementação das Sub-Prefeituras.

A Secretaria Municipal da Habitação e Desenvolvimento Urbano, através da Resolução CFMH Nº 23, de 12 de junho de 2002, implantou o Programa de Locação Social, entendendo como sendo a política destinada a produzir unidades habitacionais de aluguel compatíveis com as necessidades familiares e com a capacidade de pagamento das famílias de baixa renda⁷¹.

Este programa pretende ampliar as formas de acesso à moradia para a população de baixa renda que não tem possibilidade de participar dos programas de financiamento para aquisição de imóveis ou que, por suas características, não tem interesse na aquisição, através da oferta em locação social de unidades habitacionais já construídas. A locação social não se destina à aquisição de moradias, pois as unidades locadas permanecerão como propriedade pública, "estoque público", muito embora os beneficiários desta modalidade poderão ser inscritos também nos programas de aquisição de imóveis, desde que atendam as regras de funcionamento do Fundo Municipal de Habitação.

O Programa de Locação Social é dirigido a pessoas só e a famílias cuja renda seja de até 3 (três) salários mínimos e, prioritariamente, destinado a pessoas que possuem as seguintes características: acima de 60 anos, em situação de rua, portadoras de direitos especiais e moradores em áreas de risco e insalubridade.

A gestão do programa é de responsabilidade da SEHAB por meio da HABI – Superintendência de Habitação Popular e o agente operador é a COHAB – SP, Companhia Metropolitana de Habitação. Os recursos são próprios do Fundo Municipal de Habitação, de fontes externas, nacionais ou internacionais e de parcerias com outros órgãos públicos e/ou instituições públicas ou privadas.

O comprometimento máximo de renda familiar, previsto no Programa de Locação Social, para pagamento da retribuição mensal será de acordo com os limites determinados na tabela 63:

⁷¹ As informações deste programa foram obtidas através do documento "Exposição de Motivos da Resolução nº 23, que aprova o Programa de Locação Social no Município de São Paulo", de SEHAB-HABI.

TABELA 63

Programa de Locação Social – Comprometimento de Renda Familiar

Faixa de Renda Familiar (em salários mínimos)	Composição Familiar (nº de pessoas)	Capacidade de Endividamento (em %)
Até 2 SM	Independente do nº de pessoas na família	10%
Acima de 2 SM a 3 SM	1 - 4	12%
	5 - 7	11%
	8 ou mais	10%
Acima de 3 SM*	3- 4	15%
	5- 7	14%
	8 e mais	13%

Fonte: Documento: Exposição de Motivos da Resolução CFMH nº 23 que aprova o Programa de Locação Social do Município de São Paulo – SEHAB/HABI

*Famílias com renda *per capita* inferior a 1 sm

A Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, por sua vez, é responsável, dentre inúmeros programas, pela *Operação Trabalho* (Programa de Ação Coletiva de Trabalho) e Renda Cidadã, que compõe os programas sociais redistributivos da Prefeitura de São Paulo.

O Programa *Operação Trabalho* foi criado em 17 de setembro de 2001, através da Lei nº 13.178, com o objetivo de conceder atenção especial aos desempregados de longa duração na cidade de São Paulo. Ele articula diferentes ações interligadas, quais sejam: pagamento de benefício em pecúnia, atividades de Capacitação Prática e de Capacitação Teórica, encaminhando para outros programas sociais, dentre eles o “*São Paulo Inclui*”. As atividades do programa são comunitárias e de aprendizagem práticas ou teóricas⁷².

A inclusão na *Operação Trabalho* se dá por critérios objetivos definidos no artigo 6º da Lei, quais sejam: maior tempo de desemprego, morador de rua em processo de re-inserção social, menor renda familiar, menor escolaridade, famílias com filhos desnutridos, famílias mono-parentais, famílias com maior número de filhos ou dependentes, condições de moradia, deficientes físicos e egressos do sistema penitenciário. O programa não seleciona os beneficiários por segmento de exclusão, nem tampouco estabelece cotas, ainda que a participação do morador de rua em processo de re-inserção social esteja garantida.

⁷² As informações sobre o Programa *Operação Trabalho* foram obtidas no livro “Outra Cidade é possível: Alternativas de inclusão social”, organizada por Márcio Pochmann (org.) 2003:93.

A capacidade existente hoje para *acolhida, convívio e autonomia* pode ser visualizada nos quadros 2, 3, 4 e 5, que se seguem:

QUADRO 2

Capacidade existente de Acolhida na Rede Social Municipal*

Acolhida	Homens Mulheres	Idosos	Homens Mulheres Famílias	Exclusivo para Homens	Exclusivo para Mulheres	Exclusivo para Famílias	Total
Albergue	2.590	-	553	1.624	-	50	4.817
Abrigos Especiais	365	50	-	10	130	-	555
Moradia Provisória	244	15	-	117	60	-	436
Total	3.199	65	553	1.751	190	50	5.808

Fonte: SAS/2003

*Em julho de 2003

QUADRO 3

Capacidade Existente de Convívio na Rede Social Municipal*

Atendimento de Convívio	Capacidade
Casas de Convivências	1.612
Centros de Serviços	1.660
Total	3.272

Fonte: SAS/2003

*Em julho de 2003

QUADRO 4

Capacidade Existente de Qualificação Profissional na Rede Social Municipal*

Qualificação Profissional	Homens e Mulheres	Só Mulheres	Total
Refeitório Comunitário	500	-	500
Serviço de Apoio Sócio Educativo de Centro de Orientação Profissional	80	-	80
Centro de Orientação e Formação Profissional de Mulheres	-	100	100
Centro da Mulher Aprendiz	-	70	70
A Arte que vem da Rua	100	-	100
Centro de Integração Social da Mulher	-	70	70
Total	680	240	920

Fonte: SAS/2003

*Em julho de 2003

QUADRO 5

Núcleos de Incentivo à Economia Solidária na Rede Social Municipal*

Núcleos de Incentivo à Economia Solidária	Capacidade
Capacitação para Catadores de Material Reciclável em Situação de Rua	100
Projeto Oficina Boracéia	170
Projeto Sócio-Educativo de Assistência e Profissionalização de Catadores de Materiais Recicláveis	40
Associação Sócio-Educativa junto a Catadores de Papel e Materiais Reaproveitáveis	100
Total	410

Fonte: SAS/2003

*Em julho de 2003

Em 29 de maio de 2003, foi instituído o Conselho de Monitoramento da Política de Direitos das Pessoas em Situação de Rua na cidade de São Paulo, através do Decreto nº 43.277⁷³; esse Conselho é composto por representantes de associações civis que têm por finalidade a defesa dos direitos humanos, por usuários dos programas e serviços destinados às pessoas em situação de rua, por representantes do Fórum das Organizações Governamentais, por representantes das Secretarias Municipais, entre outros. A formação desse Conselho foi mais um dos grandes avanços para a garantia dos direitos desse segmento social em nossa cidade.

O Governo do Estado de São Paulo, por sua vez⁷⁴, por força da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, de 07 de dezembro de 1993, regulamentada pela Norma Operacional Básica – NOB – 1999, descentralizou a gestão da Assistência Social, fortalecendo a atuação dos municípios e dos órgãos de participação (Conselhos Estadual e Municipais). A Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADS, através de suas 23 Divisões Regionais, articula ações com municípios, entidades sociais e com os diversos órgãos da sociedade, para diagnosticar e estabelecer a melhor forma de oferecer atendimento à população excluída, no local onde o problema se manifesta.

⁷³ Esse Decreto encontra-se na íntegra no Anexo V desta tese.

⁷⁴ Os dados da ação do Estado quanto à população de rua foram fornecidos pelo "Programa Migrante e População de Rua", da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADS, em julho de 2003.

Desta forma, o governo do Estado de São Paulo propicia apoio financeiro e técnico aos municípios que atendem a parcela da população excluída do acesso a bens e serviços e que utiliza a rua como local de moradia e sobrevivência ou que se deslocam, de município para município, em busca de trabalho temporário, abrigo institucional ou tratamento de saúde. Este é um desafio que sempre preocupou os sucessivos governos dos municípios do Estado de São Paulo. Até 1996, o Estado manteve atendimento direto em instituições próprias como o antigo CETREM (Centro de Triagem e Encaminhamento), o DAIS (Departamento de Amparo e Integração Social) e outros. Estas unidades foram progressivamente reformuladas em sua programação e entregues ao gerenciamento de instituições idôneas da sociedade civil, que recebem, desde então, supervisão técnica e apoio financeiro do Estado.

A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social mantém ainda o Programa Criança Cidadã implantado em 2002 na Região Metropolitana de São Paulo e que objetiva acolher e atender as crianças e adolescentes de ambos os sexos com idade até 17 anos, que vivem nas ruas de forma circunstancial ou permanente. Prioriza o retorno destas crianças e adolescentes às suas famílias e municípios de origem, a partir de uma abordagem educativa. O programa se constitui de módulos regionais compostos por um Centro de Referência para acolhida até 48 horas e Casas de Passagem para permanência por até 6 meses, contando, ainda, com suporte e retaguarda de abrigo e programas de atendimento, que constituem a rede de proteção social de cada uma das regiões.

A SEADS, possibilitando apoio técnico e financeiro aos municípios, cumpre uma parte de sua responsabilidade com os segmentos aqui especificados. No entanto, é na Rede de Proteção Social, da qual a SEADS faz parte, que se busca a complementariedade da ação desenvolvida. As áreas de atenção básica como saúde, habitação e trabalho são pilares para a constituição da rede de apoio ao atendimento dessa população. A experiência demonstra que essa população menos favorecida não consegue a efetiva inclusão social se o atendimento se der de forma estanque e dissociada. Por isso, a tônica recai hoje sobre o "atendimento em rede", seja local ou regional. Isso significa dizer que, se cada instituição fizer a sua parte de

forma articulada e integrada com as demais, o resultado será a satisfação das necessidades de benefício e a otimização dos recursos financeiros.

Na Assistência Social a Rede de Proteção para esses segmentos da população é composta pelos seguintes serviços: Centros de Atendimento, compostos por Albergues, Casas de Convivência, Casas de Estar e Residências e Projetos Integrados, cujo atendimento atual corresponde a 4.175 vagas.

A SEADS prioriza os serviços de Casas de Estar, Residências e as ações desenvolvidas pelos Projetos Integrados, pois propiciam atenção integral e apoio para que o benefício supere sua condição de assistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso deste trabalho, procuramos mostrar as condições de vida daqueles que, sem opções, buscaram a rua para morar. Não é inédita a análise que aqui foi feita, tendo em vista que o nosso objeto está em um contínuo processo de construção e que toda reflexão se soma ao conjunto dos conhecimentos existentes, visando o entendimento, cada vez maior, da complexidade que envolve o "morar na rua".

Há uma preocupação que permeia todo o trabalho que é de não isolar e reificar a "população de rua" dentro da pobreza urbana, mas, ao contrário, procura-se compreendê-la de forma dinâmica dentro do quadro de inclusão perversa que a sociedade lhe oferece, tendo como objetivo constante a anulação dos estigmas que recaem sobre ela.

A análise que aqui foi feita permitiu entender que o termo "exclusão social" não é um conceito e nem tão pouco novo, mas sim uma noção que expressa uma situação social, decorrente de um processo dinâmico, determinado pelo conjunto de transformações no processo produtivo. Concordamos com José de Souza Martins quando ele coloca que não existe exclusão, mas sim contradições determinadas pelo modelo de desenvolvimento capitalista, sendo a população de rua uma delas. Conseguimos entender, também, que os moradores de rua são vítimas de um processo de "exclusão integrativa", construída pela lógica perversa da ideologia dos dominantes.

"Exclusão social" nos induz à idéia de estar fora, do não pertencimento, do desnecessário, do "sobrante" à vida social, criando e reificando no imaginário social que há uma sociedade paralela, sub-humana, sem direitos reconhecidos, vivendo à parte do mundo dos "integrados". O uso da noção "exclusão social" só tem sentido para se desvendar a complexidade e a contraditoriedade que constituem o processo de exclusão, tendo como objetivo a sua transmutação em inclusão social.

A partir desta constatação percebemos que não há uma nova desigualdade em nossa sociedade, mas sim a permanência e reprodução das condições discriminatórias, construídas historicamente e que continuam a gerar a intolerância, o descaso, o medo pelo diferente, por aqueles que são desiguais, como se fossem responsáveis pela condição em que se encontram devendo ser alijados da vida social.

O estudo possibilitou também a confirmação de nosso pressuposto central de que não há um único determinante pelo processo de chegada à rua. Uma multiplicidade de situações desenhou trajetórias de vida marcadas por fragilidades de ordem econômica, familiar e pessoal a partir das quais muitos não conseguem reagir se refugiando em uma vida isolada e solitária na rua.

Neste sentido, é que o trabalho e a família são fundamentais para essa população. O significado do trabalho está associado, no imaginário social, com a idéia de sucesso, de acesso, de poder, de possibilidades de consumo e até mesmo de identidade e que, sem ele, invadem o sentimento de fracasso, de baixa auto-estima, de revolta ou de conformismo e apatia. Estes sentimentos estão fortemente presentes entre os moradores de rua, o que se pôde constatar através das trajetórias de vida narradas durante as entrevistas realizadas. Por outro lado, a família é o suporte financeiro, afetivo, o espaço de socialização e de ajuda mútua; a desvinculação e mesmo o rompimento com essa instituição social trazem marcas profundas para quem vive a solidão das vidas na metrópole.

Outra questão foi assim inicialmente formulada: até que ponto a "população" que mora nas ruas deve ser entendida de forma isolada do contexto da pobreza urbana em São Paulo? A resposta a esta pergunta gerou a construção do IV Capítulo desta tese, onde se traçou um paralelo entre os perfis das populações que vivem em cortiços e em favelas com o da população de rua da cidade de São Paulo. As conclusões a que chegamos é que há mais semelhanças do que diferenças entre elas. As diferenças que existem são em função do território que ocupam e das formas de luta e de "arranjos" de vida que foram construídos historicamente e que geraram inserções sociais, muitas vezes já consolidadas, nos dias atuais, nas áreas e regiões da cidade onde vivem tais populações. Contudo, há

possibilidade de se tratar a pobreza a partir das territorialidades e dos espaços que circulam na cidade, identificando-se aspectos e necessidades comuns que possam ser trabalhados em uma mesma direção.

É uma população carente de moradia, de afetividade, de reconhecimento, de trabalho, de auto-estima, do encontro com o eu. Acredita-se que uma vida mais digna só se torna viável através da recuperação da cidadania e da dignidade humana, que vai além de emprego e renda, mas, também, do acesso à moradia decente, à educação e saúde, ao direito de um amanhã programado.

Esta tarefa, sem dúvida, ultrapassa o âmbito dos programas de filantropia desenvolvidos pelo Estado e por ONG's e exige o engajamento contínuo do poder público através de políticas preventivas, sobretudo na área econômica, no nível federal, e que permeiem as ações dos governos estaduais e municipais.

"Devemos pensar o desenvolvimento como liberdade, cujo enfoque contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns meios que, interalia, desempenham um papel relevante no processo. O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdade elementares a um grande número de pessoas, talvez até mesmo à maioria".

Amartya Sen (2000:17)

É preciso articular esforços na construção de Conselhos Consultivos da Sociedade Civil, garantindo-se as transparências das ações e gastos públicos,

organizando-se um rol de prioridades a serem atendidas pelas políticas sociais. Temos que construir políticas com “rosto humano”, na linguagem de Bernardo Kliksberg⁷⁵, ou seja, políticas responsáveis, eficientes e descentralizadas e com mobilização do capital social; só assim é que podemos aprofundar a democracia, criando condições de liberdade para que a pobreza possa alcançar um outro patamar de vida com mais qualidade e de forma autônoma.

Há que se ressaltar que as políticas públicas hoje voltadas para a população de rua já estão pautadas nesta direção e há grandes avanços, não só em suas propostas como na atuação que vem se desenvolvendo, embora há muito ainda a se caminhar.

A população de rua de São Paulo é mais um dos resultados das desigualdades construídas em nosso país, contestando a lei e destruindo a crença nos direitos básicos e na própria idéia de justiça social.

Nessa direção, nossa análise não se encerra aqui, mas, ao contrário, está apenas começando. Há muitas questões a serem formuladas e caminhos a percorrer.

⁷⁵ Coordenador da Iniciativa Interamericana de Capital Social, Ética e Desenvolvimento – BID.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sérgio. *Os despossuídos: crescimento e pobreza do país do milagre*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- ABREU, P. B. e PRATES, J. Cruz. *Relatório de Resultados da Pesquisa sobre Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de Rua em Porto Alegre*. Porto Alegre: HC, PMPA, PUCRS e UFRGS, 1999.
- ALMEIDA, Rosangela da Silva. "Nuanças da Solidão: um estudo com migrantes na cidade de São Paulo". In: SAWAIA, Bader Burihan e NAMURA, Maria Regina (orgs.) *Dialética exclusão/inclusão: reflexões metodológicas e relatos de pesquisas na perspectiva da Psicologia Social Crítica*. São Paulo/Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.
- ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza. *A Resiliência e o Morar na Rua: Estudo com Moradores de Rua - Criança e Adultos – na Cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Saúde Pública – USP, 1998.
- _____. *Resiliência e Encontro Transformador em Moradores de Rua na Cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública – USP, 2003.
- ALVES, Maria Magdalena. *Os vínculos Afetivos e Familiares dos Homens de Rua*. Tese de Mestrado, PUC-SP, Serviço Social, 1994.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.
- _____. *Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- ARANHA, M.Cristina. "Uma abordagem sociológica da Família". In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo: ABEP, nº 6, já./jun/1989.
- ARENDT, HANNAH. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

- ARRUDA, Ângela (org.). *Representando a Alteridade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- AUGÉ, MARC. *Os não lugares: introdução a uma antropologia da modernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. *Nas Terras do "Deus-Dará": Nordestinos e suas Redes Sociais em São Paulo*. Tese de doutoramento, PUC-SP, Ciências Sociais, 1998.
- BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane.
- "A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil". In: HENRIQUES, Ricardo (org.) *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- BERTELLA, Mário A. *A Pobreza na Cidade de São Paulo: o Caso dos Encortçados e Favelados*. Dissertação de Mestrado apresentada na FGV/EAESP, na área de Economia e Finanças Públicas, 1995.
- BÓGUS, Lúcia M. M. (Re) *Urbanização: por que e para quem?* São Paulo, Tese de doutoramento defendida na FAU/USP, 1987.
- _____. "Urbanização e metropolização: o caso de São Paulo". In: BÓGUS, Lúcia M.M e WANDERLEY, Luiz E.W (orgs.) *A Luta pela Cidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.
- BÓGUS, L. M. M. e TASCHNER, Suzana, P. "São Paulo, uma metrópole desigual". In: *Revista Eure* (vol. XXVII, nº 80) pgs. 87-120. Santiago do Chile, maio de 2001.
- _____. "São Paulo como *patchwork*: unindo fragmentos de uma cidade segregada". In: BÓGUS, L. M. M. E RIBEIRO, L. C. (org.) *Cadernos Metrópole*, nº 1. São Paulo: EDUC, 1999.
- _____. e VÉRAS, M. P. B. "A reorganização metropolitana de São Paulo: espaços sociais no contexto da globalização". In: BÓGUS, L. M.M. e RIBEIRO, L. C. (orgs.) *Cadernos Metrópole*, nº 3. São Paulo: EDUC, 2000.

- BÓGUS, L. M. M. e PAULINO, Ana Yara. *Políticas de Emprego, Políticas de População e Direitos Sociais*. São Paulo: EDUC, 1997.
- _____ e WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (orgs.) *A Luta Pela Cidade Em São Paulo*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.
- BOURDIEU, Pierre (coord.). *A miséria do mundo*. 4ª edição. Rio de Janeiro, Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.
- BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.
- BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: Nômades, Excluídos e Viradores*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2000, Introdução, caps. 1 e 8.
- CALDEIRA, T. P. *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. EDUC, 2000.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.
- CASTEL, Robert. "Les Marginaux das L'Histoire. In: PAUGAM, S. (org.) *L'Exclusion – L'État des Savoirs*. Paris: Édition la Découverte, 1996.
- _____. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- _____. "As armadilhas da exclusão". In: CASTEL, Robert, WANDERLEY, Luís Eduardo W. e WANDERLEY, Mariângela B. *Desigualdade e a questão social*. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: EDUC, 2000 a.
- _____. "As transformações da questão social". In: CASTEL, Robert, WANDERLEY, Luís Eduardo, op. cit. 2000 b.
- CASTELLS, M. e BORJA, J. "As cidades como atores políticos." In: *Revista Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, nº 45, julho 1996.

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU. *Programa de Atuação em Cortiços: Pesquisa Sócio-Econômica*. São Paulo: CDHU, 2002.

_____ e Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados (SEADE). *Diagnóstico das Condições Habitacionais no Estado de São Paulo*. São Paulo, Estado: CDHU/SEADE, 2002.

DA MATTA, Roberto. *A Casa & A Rua*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Rocco Ltda, 2000.

DEMO, Pedro. *Charme da Exclusão Social: polêmicas do nosso tempo*. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.

DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2001.

DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao Léu: Trajetórias de Exclusão Social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

_____ "Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro". In: BURSZTYN, Marcel (org.) *No meio da rua: Nômades, Excluídos e Viradores*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2000.

FERREIRA, Francisco H.G. "Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?" In: HENRIQUES, Ricardo (org.) *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Ed. Hucitec e Bahia: Edufba, 1995.

FRÚGOLI JR, Heitor. *Centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez Editora, Edusp, FAPESP, 2000.

- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 4ª edição. Rio de Janeiro, 1975.
- GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- GUATTARI, F. "Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade". In: *Revista Espaço e Debates*. São Paulo, NERU, nº 16, 1985.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.
- _____. "A concepção de Família no Estado de Bem Estar Social". In: *Revista Crítica Marxista nº 006*. Roma: Ed. Riuniti, 1978. (Tradução de Maria Lúcia Martinelli)
- JAHOBSEN, Kjeld, MARTINS, Renato e DOMBROWSKI (orgs.) *Mapa do Trabalho Informal: Perfil sócio-econômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. "Vivendo a vida com os outros: intersubjetividades, espaço público e representações sociais." In: GARESCCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sadra (orgs.) *Textos em Representações Sociais*. 7ª edição, Petrópolis: Ed. Vozes Ltda, 2002.
- _____. "Re(des) cobrindo o outro – Para um entendimento da alteridade na Teoria das representações sociais". In: ARRUDA, Ângela (org.) *Representando a Alteridade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- KOGA, Dirce. *Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.
- KON, Anita. "A Condição de Informalidade do Trabalho nas Atividades Terciárias Brasileiras". In: PAMPLONA, João B. (org.) *O Setor Informal*. São Paulo: EDUC, 2001.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e terra, 1979.

_____. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1995.

_____. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

_____ e CAMPANÁRIO, Milton A. "São Paulo: Metrópole do sub-desenvolvimento industrializado. In: KOWARICK L (org.) *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1988.

LECHNER, N. "A modernidade e a modernização são compatíveis? O desafio da democracia latino-americana". In: *Revista Lua Nova*. São Paulo, CEDEC, 1990.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 2ª edição. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

_____. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

LEVY, Evelyn. *Democracia nas Cidades Globais: Um Estudo sobre Londres e São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

LESSA, Carlos. "Os ovos da Serpente". In: BURSZTYN, Marcel (org.) *No meio da rua: Nômade, Excluídos e Viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000 (Prefácio).

LESSA, Sérgio. *Mundo dos Homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MAFESOLI, M. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedade de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *A festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARPSAT, M. "Les Sans Domicile à Paris et aux Etats-Unis". INSEE: Données Sociales, 1999.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001.

_____ e ARANTES, Otilia e VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. *A Chegada do estranho*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

_____. *A Sociabilidade do Homem Simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos - Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1971.

_____. *O Capital*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968, livro 1, vol. II, cap. XXIII.

MAUTNER, Anna Verônica. "A sombra das cidades ou vivendo dos excessos".

In: MAGALHÃES, Maria Cristina Rios (org.) *Na Sombra da Cidade*. São Paulo: Ed. Escuta, 1995 (Ensaio: subjetividade e urbanização).

MELO, Matilde M. Almeida. *Da Cidade Ideal à Cidade Intencional*. Tese de Doutorado, PUC-SP, Ciências Sociais, 2001.

MEYER, Regina M. P. "Atributos da Metrópole Moderna". In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, vol. 14, n.º 4, out/dez/2000.

MILLS, Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1982.

MINAYO, Maria Cecília Souza (org.). *O Limite da Exclusão Social: meninos e meninas de rua no Brasil*. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1993.

_____. "O conceito de Representações dentro da Sociologia Clássica". In: Guaresch, Pedrinho e JOVCHELOVITCH (orgs.) *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda, 1994.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. *Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*. Salvador: Cadernos do CRH, nº 21, 1994.

_____. "Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários". In: BURSZTYN, Marcel *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2000.

NASSER, Ana Cristina Arantes. *Trabalho, família e lazer na vida de excluídos*. São Paulo: Ed. Hucitec e FAPESP, 2001.

Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre População de Rua – NESPRua. *Pesquisa Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de Rua em Porto Alegre. (relatório de Resultados)*. Porto Alegre, nov. de 1999.

PAIS, José Machado. *Vida Cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

PALANGANA, Isilda Campaner. *Individualidade: Afirmação e Negação na Sociedade Capitalista*. São Paulo: EDUC, 1998.

PAOLI, Maria Célia. *Desenvolvimento e marginalidade*. São Paulo: Pioneira, 1974.

PAUGAM, S. "Abordagem sociológica da exclusão". In: VÉRAS, Maura P. Bicudo (Ed.) *Por uma sociologia da exclusão social: O debate com Serge Paugam*. São Paulo, EDUC, 1999.

_____. "O conceito de desqualificação social". In: VÉRAS, Maura P. Bicudo (Ed.) *Por uma sociologia da exclusão social: O debate com Serge Paugam*. São Paulo: EDUC, 1999.

_____. "O debate em torno de um conceito: pobreza, exclusão e desqualificação social". In: VÉRAS, Maura P. Bicudo (Ed.) *Por uma sociologia da exclusão social: O debate com Serge Paugam*. São Paulo: EDUC, 1999.

- PAUGAM, S. "O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social". In: SAWAIA, Bader (org.) *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- PRETECEILLE, Edmond. "Cidades globais e segmentação social". In: RIBEIRO, Luiz César de Q e SANTOS JÚNIOR, Orlando A. (orgs.) *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1994.
- POCHMANN, Márcio (org.). *Outra Cidade é Possível: Alternativas de Inclusão Social em São Paulo*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- REIS, Carlos Nelson, PRATES, Jane Cruz, MENDES, J. *A realidade dos moradores de rua de Porto Alegre*. Porto Alegre: PMPA/FESC-FSS/PUCRS, 1996.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. "Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro". In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.) *O Futuro das metrópoles do Rio de Janeiro e governabilidade*. Rio de Janeiro: Observatório IPPUR/UFRJ – Fase, Editora Revan, 2000
- _____ e SANTOS JÚNIOR, O A. (org.) *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- RIVERO, Patrícia S. *Escolhendo entre Fragmentos: Qual Trabalho Seria Melhor Sendo Eu...? Os Processos de Informalização do Trabalho no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, 2000.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: Afinal de que se trata?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- ROMÃO, Costa Maurício. "Pobreza: Conceito e Mensuração". In: *Cadernos de Economia* nº 13. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

ROSA, Cleisa M.M. *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

_____. *Vidas de Rua, Destino de Muitos*. Tese de mestrado. PUC-SP, Serviço Social, 1999.

ROSANVALLON, P. *La Nueva Cuestión Social: repensar el Estado providencia*. Buenos Aires: Manantial, 1995.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. *Por uma Economia Política da Cidade*. São Paulo, Editora Hucitec/EDUC, 1994.

SASSEN, S. *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____. *The global city ew York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SAWAIA, Bader (org.). *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

_____. "O Calor do Lugar: segregação urbana e identidade". In: *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol. 9/nº 2/abr-jun. São Paulo: Fundação SEADE, 1995.

_____. "A temporalidade do "agora cotidiano" na análise da identidade territorial". In: *Revista Margem – Temporalidades*. São Paulo, PUC/ Fac. de Ciências Sociais, EDUC, 1996.

SCHOR, Silvia Maria. *As características sócio-econômicas da população de rua*. São Paulo: Relatório mimeo, 2002.

_____. e ARTES, Rinaldo. "Primeiro Censo dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo: Procedimentos Metodológicos e Resultados". In: *Revista Economia Aplicada*. São Paulo: Deptº de Economia FEA-USP/FIPE, out/dez, 2001.

Secretaria de Assistência Social - SAS - e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. *Primeiro Censo dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo*. São Paulo, 2000 a.

_____. *Caracterização Sócio-Econômica dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo*. São Paulo, 2000 b.

Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social (FABES). *Síntese da Contagem da População de Rua*. São Paulo: Prefeitura, 1994.

_____. *Pesquisa sobre a População de Rua no Município de São Paulo*. São Paulo Prefeitura, 1996.

_____. *Contagem da População de Rua no Município de São Paulo e Perfil dos Usuários de Albergues Municipais*. São Paulo: Prefeitura, 1998.

Secretaria Municipal da Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHAB e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. *Estudo das Favelas e Cortiços em São Paulo*. São Paulo, 1994.

_____. *Diagnóstico e Plano de Ações para o Mercado de Moradia de Aluguel e Identificação de Obstáculos para Aquisição de Novas Moradias pelas Famílias de Baixa renda*. São Paulo, out. de 1997, vols. I, II e III.

Secretaria Municipal de Planejamento de Belo Horizonte. Departamento de Informações Técnicas. *1º Censo de População de Rua de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Prefeitura”, 1998.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Ed. SCHWARCZ, 2000.

SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SIMÕES, JR. J. G. *Moradores de Rua*. São Paulo: Revista Polis, 1992.

SNOW, David e ANDERSON, Leon. *Desafortunados: Um estudo sobre o povo da rua*. Rio de Janeiro: Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

SPINK, Mary Jane. "Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais". In: Guareschi Pedrinho e JOVCELOVITCH (orgs). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis : Ed. Vozes Ltda, 1994.

SPOSATI, A. *Vida Urbana e Gestão da Pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo, EDUC, 1996.

_____. *Mapa da exclusão/inclusão social: dinâmica social nos anos 90*. São Paulo, PUC-SP, Polis, Inpe, 2000. (CD-Rom)

_____. *Cidade em pedaços*. São Paulo, Brasiliense, 2001.

STOFFELS, M. G. *Os Mendigos na Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TASCHNER, Suzana P. *Desenhando os Espaços da Pobreza*. Livre-docência, FAU-SP, 2001.

_____. "Compreendendo a cidade informal". Anais do Seminário Internacional *Os desafios da cidade informal*. Belo Horizonte, 1995.

_____. "Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisa e políticas". In: *Cadernos de Pesquisa do LAP*. São Paulo, FAU-USP, mar/abril/1997.

_____. *Mudanças no padrão de urbanização: novas abordagens para a década de 90*. Trabalho apresentado na reunião "Por uma agenda da pesquisa urbana nos anos 90". Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992. mimeo.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

_____. *A Cidadania Inexistente: incivilidade e pobreza: um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo*. Tese de doutoramento: USP, FFCL, 1992.

_____. "Sociedade civil e a construção de espaços públicos". In: DAGNINO, Evelina (org.) *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

- TELLES, Vera da Silva. A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. In: *Tempo Social*. São Paulo, Revista Sociologia/USP, 1992.
- VELHO, Gilberto. "A Família e a Cidade". In: VELHO, G. e FIGUEIRA, S. (orgs.) *Família, Psicologia e Sociedade*. Rio de Janeiro, Ed: Campos, 1981.
- VÉRAS, Maura. P. B. "A nov(a) (c)idade do gelo: notas perplexas sobre os novos nômades urbanos. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Revista Fundação SEADE, 1995.
- _____. (Ed.) *Por uma Sociologia da Exclusão Social: O debate com Serge Paugam*. São Paulo: EDUC, 1999.
- _____. *Trocando Olhares: Uma Introdução à Construção Sociológica da Cidade*. São Paulo: Educ, Studio Nobel, 2000.
- _____. "Novos olhares sobre São Paulo: notas introdutórias sobre territórios, espaços e sujeitos da cidade mundial". In: *Revista Margem*. São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais – PUC-SP, EDUC, nº 6, dez. 1997.
- _____. "Cortiços em São Paulo; velhas e novas formas de pobreza urbana e de segregação social". In: BÓGUS, L. M. M. E WANDERLEY, L. E.W. (orgs.) *A Luta pela cidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez Ed. 1992.
- _____. *O Bairro do Brás em São Paulo: um século de Transformações do Espaço Urbano ou Diferentes Versões da Segregação Social*. São Paulo, Tese de Doutorado, PUC-SP, 1991.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa, BEZERRA, Eneida M. R. e ROSA, Cleisa M. M. *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1992.
- WACQUANT, Loïc. *Os Condenados da Cidade*. Rio de Janeiro, Revan: Fase, 2001.

YASBECK, Maria Carmelita. *Classes Sulbaternas e Assistência Social*. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

_____ e Wanderley M. B. "A luta pela sobrevivência na cidade. Os "homeless" ou "população de rua". In: BÓGUS, L. M. M. E WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *A Luta pela Cidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

ANEXO I

Moradores de Rua na Cidade de São Paulo por Subprefeituras – 2000

Subprefeituras	Distritos	Nº de Moradores de rua em 2000
1 - Pq. Anhanguera	Anhanguera	1
	Perus	8
	Total	9
2 - Pirituba	Jaraguá	3
	Pirituba	13
	São Domingos	10
	Total	26
3 - Freguesia/Brasilândia	Freguesia do Ó	19
	Brasilândia	5
	Total	24
4 - C. Verde/Cachoeirinha	Casa Verde	9
	Cachoeirinha	1
	Limão	2
	Total	12
5 - Santana	Mandaqui	9
	Santana	354
	Tucuruvi	8
	Total	371
6 - Tremembé/Jaçanã	Jaçanã	9
	Tremembé	0
	Total	9
7 - V. Maria/V. Guilherme	Vila Guilherme	21
	Vila Maria	37
	Vila Medeiros	6
	Total	64
8 - Sé	Bela Vista	152
	Bom Retiro	157
	Brás	971
	Cambucí	74
	Consolação	167
	Liberdade	736
	Pari	318
	República	796
	Sé	820
	Santa Cecília	485
	Total	4.676
9 - Lapa	Barra Funda	101
	Lapa	65
	Perdizes	47
	Vila Leopoldina	86
	Jaguará	3
	Total	302
10 - Butantã	Butantã	10
	Morumbi	1
	Raposo Tavares	3
	Rio Pequeno	11
	Vila Sônia	14
	Jaguareé	5
	Total	44

Subprefeituras	Distritos	Nº de Moradores de rua em 2000
11 - Pinheiros	Pinheiros	202
	Alto de Pinheiros	16
	Itaim Bibi	109
	Jardim Paulista	176
	Total	503
12 - Vila Mariana	Vila Mariana	105
	Saúde	51
	Moema	38
	Total	194
13 - Ipiranga	Cursino	24
	Ipiranga	63
	Sacomã	13
	Total	100
14 - Santo Amaro	Campo Grande	10
	Santo Amaro	254
	Campo Belo	65
	Total	329
15 - Jabaquara	Jabaquara	115
	Total	115
16 - Cidade Ademar	Cidade Ademar	19
	Pedreira	0
	Total	19
17 - Campo Limpo	Campo Limpo	1
	Capão Redondo	5
	Vila Andrade	0
	Total	6
18 - Guarapiranga	Jardim Ângela	0
	Jardim São Luís	15
	Total	15
19 - Socorro	Socorro	6
	Cidade Dutra	6
	Grajaú	5
	Total	17
20 - Parelheiros	Marsilac	0
	Parelheiros	0
	Total	0
21 - Mooca	Água Rasa	18
	Mooca	1.061
	Belém	80
	Tatuapé	328
	Vila Prudente	46
	Total	1.533
22 - Sapopemba	Sapopemba	11
	São Lucas	10
	Total	21
23 - Aricanduva	Carrão	44
	Aricanduva	22
	Vila Formosa	6
	Total	72
24 - Penha	Penha	111
	Cangaíba	2
	Vila Matilde	13
	Artur Alvim	7
	Total	133

Subprefeituras	Distritos	Nº de Moradores de rua em 2000
25 - E. Matarazzo	Ermelino Matarazzo	15
	Ponte Rasa	4
	Total	19
26 - São Miguel	Jardim Helena	1
	São Miguel	22
	Vila Jacuí	6
	Total	29
27 - Itaquera	Itaquera	9
	Parque do Carmo	1
	Cidade Líder	0
	Total	10
28 - Itaim Paulista	Itaim Paulista	12
	Vila Curuçá	0
	Total	12
29 - Guaianazes	Guaianases	5
	José Bonifácio	1
	Lageado	2
	Total	8
30 - Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	2
	Total	2
31 - São Mateus	São Mateus	21
	São Rafael	3
	Iguatemi	4
	Total	28
Sem Informação		4
TOTAL		8.706

Fonte: SAS/FIPE/2000

ANEXO II

Listagem das Categorias Sócio-Ocupacionais

CATEGORIAS OCUPACIONAIS

Ocupações agrícolas

Ocupações agrícolas

Elite dirigente

Empresários

Dirigentes do setor público

Dirigentes do setor privado

Pequena burguesia

Profissionais liberais

Pequenos empregadores

Comerciantes por conta própria

Elite intelectual

Profissionais de nível superior autônomos

Profissionais de nível superior empregados

Classe média

Empregados de escritório

Empregados em atividade de supervisão

Técnicos e artistas

Empregados de saúde e educação

Empregados de segurança pública, justiça e correios

Proletariado terciário

Empregados do comércio

Serviços especializados

Serviços não especializados

Proletariado secundário

Operários da indústria moderna

Operários da indústria tradicional

Operários de serviços auxiliares

Operários da construção civil

Artesãos

Sub-proletariado

Empregados domésticos

Ambulantes

Biscateiro

Inativos

Aposentados e pensionistas

Pessoas que vivem de renda

Estudantes

Doentes e inválidos

Donas de casa

Descrição das ocupações

Ocupações Agrícolas

Ocupações agrícolas - Formada por todas as ocupações agrícolas, sendo que, em relação às categorias criador bovino, proprietário agropecuário e

avicultor, apenas as pessoas com renda inferior a 20 salários mínimos se mantêm nesta categoria.

Elite Dirigente

Grandes empresários - Formada pelos empregadores com alto escore (renda + educação), com exceção das ocupações tradicionalmente definidas como de profissionais liberais e mais os outros empregadores (baixo escore) com renda acima de 20 salários mínimos.

Dirigentes do setor público - Formada pelas ocupações do alto escalão do setor público (ministros, magistrados, procuradores e diretores).

Dirigentes do setor privado - Formada pelas ocupações de administradores de empresas com alto escore e renda acima de 20 salários mínimos.

Profissionais liberais - Formada pelas ocupações tradicionalmente definidas como de profissionais liberais (médicos, engenheiros, arquitetos, dentistas e advogados), agregando empregadores e conta própria.

Pequena Burguesia

Pequenos empregadores - Formada pelos empregadores com baixo escore, excluídos os comerciantes, com renda abaixo de 20 salários mínimos.

Comerciantes por conta própria - Formada pela ocupação comerciante por conta própria.

Elite Intelectual

Profissionais autônomos de nível superior - Formada por profissionais de nível superior, excluídas as ocupações, tradicionalmente definidas como de profissionais liberais, por conta própria.

Empregados de nível superior - Formada por profissionais de nível superior, empregados.

Classe Média

Trabalhadores não-manuais em atividades de rotina - Formada pelas ocupações que executam atividades de rotina, tais como secretárias, auxiliares administrativos, auxiliares de escritório e recepcionistas.

Trabalhadores não-manuais em atividades de supervisão - Formada pelas ocupações que executam atividades de supervisão, tais como assistentes de administração, encarregados de administração, corretores de imóvel e administradores do comércio.

Trabalhadores não-manuais em atividades técnicas e artísticas - Formada pelas ocupações que executam atividades técnicas e artísticas, tais como desenhistas, técnicos em contabilidade, caixas, técnicos em energia elétrica, programadores de computação, músicos e fotógrafos.

Trabalhadores não-manuais nas áreas de saúde e educação - Formada pelas ocupações diretamente ligadas às áreas de saúde e educação, tais como professores e enfermeiras não diplomadas.

Trabalhadores não-manuais nas áreas de segurança pública, justiça e correios - Formada pelas ocupações diretamente ligadas às áreas de segurança pública (polícia e forças armadas), justiça e correios, tais como investigadores de polícia, oficiais do corpo de bombeiros, praça das forças armadas e carteiros.

Proletariado terciário

Trabalhadores do comércio - Formada pelas ocupações diretamente ligadas às atividades do comércio, tais como vendedores, operadores de caixa, praticistas e representantes comerciais.

Prestadores de serviço - Formada pelos trabalhadores que prestam algum tipo de serviço, tais como cozinheiros, mecânicos, cabeleireiros, vigias, porteiros, trocadores, embarcadores, excluídos os profissionais autônomos especializados (mecânicos, sapateiros, motoristas, eletricitas etc...) com renda acima de 10 salários mínimos.

Proletariado secundário

Trabalhadores manuais da indústria moderna - Formada pelos trabalhadores manuais das indústrias do setor moderno: metalúrgica, mecânica, material elétrico, material de transportes, papel, borracha, química, produção de petróleo, farmacêutico, perfume e sabão, editoração gráfica e fumo.

Trabalhadores manuais da indústria tradicional - Formada pelos trabalhadores manuais das indústrias do setor tradicional: o restante dos ramos, exceto a construção civil.

Profissionais autônomos - Formada pelos trabalhadores manuais autônomos especializados, com renda acima de 10 salários mínimos, tais como pintores, pedreiros, costureiros, carpinteiros, marceneiros, sapateiros, cabeleireiros, motoristas e mecânicos.

Trabalhadores manuais da construção civil - Formada pelas ocupações diretamente ligadas à construção civil, tais como mestres, ladrilheiros, pedreiros, pintores e serventes de pedreiro.

Sub-proletariado

Empregados domésticos - Formada pela ocupação empregado doméstico, pelas ocupações enfermeiro não diplomado, motorista e jardineiro cujo ramo de atividade seja doméstico e pela ocupação lavadeira cuja posição seja conta própria.

Ambulantes - Formada pelos feirantes, doceiros, quitandeiros, carroceiros e outras ocupações ambulantes.

Biscateiros - Formada pelos guardadores de automóvel, trabalhadores braçais e engraxates.

Inativos

Aposentados e pensionistas, pessoas que vivem de rendas, estudantes, doentes e inválidos e donas de casa.

Tais categorias foram construídas com base nas ocupações classificadas pelo Censo Demográfico de 1980, usando a variável renda como "proxy".

ANEXO III

LEI N 12.316/97 – Cria política de atenção à população de rua

Art. 1º. O poder público municipal deve manter na cidade de São Paulo serviços e programas de atenção à população de rua garantindo padrões éticos de dignidade e não violência na concretização de mínimos sociais e dos direitos de cidadania a esse segmento social de acordo com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município de São Paulo e a Lei Federal nº 8.742/93 (LOAS).

I – a atenção de que trata o “caput” desse artigo exige a instalação e a manutenção com padrões de qualidade de uma rede de serviços e de programas de caráter público direcionados à população de rua que incluam desde ações emergenciais a atenções de caráter promocional em regime permanente.

II – a ação municipal deve ter caráter intersetorial de modo a garantir a unidade da política de trabalho dos vários órgãos municipais.

III – a população de rua referida neste artigo inclui homens, mulheres e crianças acompanhadas de suas famílias.

Art. 2º. Os serviços e programas direcionados à população de rua que trata esta lei serão operados através de rede municipal e/ou por contratos e convênios de prestação de serviços com associações civis de assistência social;

§ 1º: O convênio entre associações civis sem fins lucrativos e a rede governamental têm como característica a complementaridade na prestação de serviços à população e o caráter público do atendimento;

§ 2º: O funcionamento dos serviços e programas aludidos no artigo 4º da presente lei implica em múltiplas formas de parceria entre o poder público municipal e as

associações civis sem fins lucrativos possibilitando o uso de áreas, equipamentos, instalações, serviços e pessoal em forma complementar para melhor efetivar a política de atenção à população de rua.

Art. 3º A atenção à População de Rua deve observar os seguintes princípios:

- I – o respeito e a garantia à dignidade de todo e qualquer ser humano;
- II – o direito da pessoa a ter um espaço para se localizar e referir na cidade, para ter um mínimo de privacidade como condição inerente à sua sobrevivência, existência e cidadania;
- III – a garantia da supressão de todo e qualquer ato violento e de comprovação vexatória de necessidade;
- IV – a não discriminação no acesso a quaisquer bens e serviços, principalmente os referentes à saúde, não sendo permitido tratamento degradante ou humilhante;
- V – subordinar a dinâmica do serviço e garantia da unidade familiar;
- VI – o direito do cidadão de restabelecer sua dignidade, autonomia, bem como sua convivência comunitária;
- VII – garantir a capacitação e o treinamento dos recursos humanos que operam a política de atendimento à população de rua.

Art. 4º - A política de atendimento à população de rua compreende a implantação e manutenção pelo poder público municipal nos distritos da cidade de São Paulo, dos seguintes serviços e programas com os respectivos padrões de qualidade:

- I – Albergues Emergenciais com provisão de instalações preparadas com recursos humanos e materiais necessários para acolhida e pernoite no período de inverno para população de rua, fornecendo condições de higiene pessoal, alimentação, vestuário, guarda de volumes e serviços de referência na cidade.

II – Abrigos com provisão de instalações preparadas com recursos humanos e materiais necessários para acolhida e alojamento de pessoas na cidade em tratamento de saúde, imigrantes, recém chegados, situações de despejo, desabrigo emergencial e mulheres vítimas de violência, com funcionamento permanente fornecendo condições para higiene pessoal, alimentação, guarda de volumes, serviços de documentação e referência na cidade.

III – Centros de Serviços com oferta de locais preparados com recursos humanos e materiais para oferecer durante o dia à população de rua alimentação, condições de higiene pessoal, cuidados ambulatoriais básicos, serviços de referência na cidade e estacionamento de “carrinhos”, quando for o caso.

IV – Restaurantes Comunitários com provisão de instalações localizadas em locais centrais preparadas com recursos humanos e materiais para oferta de alimentação a baixo custo à população de rua.

V – Casas de Convivência com oferta de espaços preparados com recursos humanos e materiais para promover: convivência, socialização e organização grupal, atividades ocupacionais, educacionais, culturais e de lazer, assim como condições de higiene pessoal, cuidados ambulatoriais básicos, alimentação, guarda de volumes, serviços de documentação e referência na cidade.

VI – Moradias Provisórias com provisão de instalações, próprias ou locadas, com capacidade de uso temporário por até 15 pessoas moradoras de rua e em processo de re-inserção social.

VII – Vagas de Abrigo e Recuperação com oferta de vagas em serviços próprios ou conveniados que atendam pessoas moradoras de rua em situação de abandono e em tratamento de saúde, portadoras de moléstias infecto-contagiosas, inclusive portadores de HIV, idosos, portadores de doença mental, portadores de deficiência.

VIII – Soluções Habitacionais Definitivas com oferta de alternativas habitacionais que atendam pessoas em processo de re-inserção social e incluam auxílio moradia e financiamento de construções em regime de mutirão.

IX – Oficinas, Cooperativas de Trabalho e Comunidade Produtivas com provisão de instalações preparadas com equipamentos, recursos, humanos e materiais para: resgate da cidadania através dos direitos básicos de trabalho; capacitação profissional; encaminhamento a empregos; formação de associação e cooperativas de produção e geração de renda e manutenção de projetos agrícolas de desenvolvimento auto-sustentado que promovam a autonomia e a re-inserção social da população de rua.

X – Programas e Projetos Sociais com implantação e manutenção de programas assistenciais e preventivos realizados nas ruas através de educadores capacitados com pedagogia própria ao trabalho com este segmento da sociedade.

Art. 5º O órgão municipal responsável pela coordenação de política de atenção à população de rua deverá manter um fórum para gestão participativa dos programas e serviços que interagem na atenção à população de rua da cidade.

Parágrafo Único: Comporão este fórum, além das secretarias envolvidas, representação do legislativo municipal, das associações que trabalham com esta população e representantes da população de rua.

Art. 6º O orçamento municipal deverá manter atividade específica com dotação orçamentária própria e compatível com a política de atendimento referida na presente lei.

Art. 7º O executivo deverá publicar anualmente no Diário Oficial do Município o censo da população de rua de modo a comparar as vagas ofertadas face às necessidades.

Art. 8º O poder público municipal regulamentará esta lei no prazo de 90 dias, definindo as competências dos vários órgãos municipais, respeitados os princípios de ação contidos no artigo 3º, bem como estabelecerá os padrões de qualidade dos serviços e programas especificados no artigo 4º.

ANEXO IV

DECRETO Nº 40.232, DE 02 DE JANEIRO DE 2001

Regulamenta a Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Público Municipal a prestar atendimento à população de rua da Cidade de São Paulo, e dá outras providências.

MARTA SUPLCY, Prefeita do Município, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 221 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, é dever do Município a promoção e assistência social, visando garantir o atendimento dos direitos sociais da população de baixa renda, buscando assegurar, dentre outros fins, a prioridade no atendimento à população em estado de abandono e marginalidade na sociedade;

CONSIDERANDO os ditames da Lei Orgânica da Assistência Social;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 12.316, de 16 de abril de 1997, que instituiu a Política Municipal de Atendimento à População de Rua na Cidade de São Paulo, e, finalmente,

CONSIDERANDO que cabe ao Poder Público, ao oferecer serviços e programas de atenção à população de rua, garantir padrões éticos de dignidade e não-violência na concretização dos direitos sociais e de cidadania desse segmento social,

DECRETA:

Art. 1º- O Poder Executivo implantará, no Município de São Paulo, o Programa de Atenção à População de Rua, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 1º - Compete ao Secretário Municipal de Assistência Social, através de sua Pasta, organizar e coordenar a ação de todos os órgãos municipais afetos à questão, em especial das Secretarias de Implementação das Subprefeituras, Abastecimento, Saúde, Planejamento Urbano, Habitação e Desenvolvimento Urbano, Trabalho, Verde e Meio Ambiente, Educação, Cultura, Esportes Lazer e Recreação, Finanças e Desenvolvimento Econômico e da Guarda Civil de São Paulo, cujos titulares designarão os respectivos representantes.

§ 2º - A ação municipal referida no parágrafo anterior terá caráter interdisciplinar e intersetorial, de modo a garantir a unidade de atuação dos vários órgãos municipais envolvidos com a política de atenção à população de rua.

§ 3º - Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, por seu titular, estabelecer a prioridade das demandas, devendo, para tanto, manter cadastro atualizado dos pólos de concentração da população de rua, adulta e infanto-juvenil, levando em conta os vários distritos da Cidade.

Art. 2º- A atenção de que trata o artigo 1º consistirá na efetiva instalação e manutenção, com padrão de qualidade, de uma rede de serviços e programas de caráter público, voltados para a população de rua.

§ 1º - A população referida neste artigo inclui homens, mulheres e crianças acompanhadas de suas famílias ou de seus responsáveis legais.

§ 2º - Os serviços e programas incluirão desde ações emergenciais até atenções de caráter promocional em regime permanente, garantindo-se necessariamente à população de rua:

a) oferta de serviços que estimulem a saída de crianças, jovens e adultos das ruas, sem coerção, agressão, maus tratos e destruição de pertences;

b) garantia de acolhida em espaços que tratem dignamente homens, mulheres e crianças;

c) oferta de instalações físicas com condições de salubridade, segurança e grau de privacidade compatível com um processo de contínua recuperação e reinserção social;

d) acesso a serviços de saúde sem discriminação e com provisão de condições de recuperação em situações de agravamento;

e) alimentação com adequado padrão de nutrição e dignidade no uso de utensílios, descartáveis inclusive;

f) manutenção de higiene nos locais de atendimento;

g) provisão de local para guarda de pertences da população, sem discriminação;

h) extensão da atenção à população de rua para além de abrigos e albergues, incluindo programas que afiancem autonomia pela oferta de condições de trabalho e moradia;

i) respeito às características de gênero e das faixas etárias.

Art. 3º - Os serviços e programas direcionados à população de rua, de que trata a Lei n.º 12.316/97, serão operacionalizados pela Prefeitura do Município de São Paulo, ou por contratos e convênios de prestação de serviços com associações civis de assistência social, devidamente registradas no Conselho Municipal da Assistência Social.

§ 1º - O convênio entre associações civis de assistência social sem fins lucrativos e a rede governamental tem como característica a complementariedade na prestação de serviços à população de rua e o caráter público do atendimento.

§ 2º - O funcionamento dos serviços e programas, em múltiplas formas de parceria entre o Poder Público Municipal e as associações civis sem fins lucrativos, terão regime de responsabilidade solidária, possibilitando o uso de áreas, equipamentos, instalações, serviços e pessoal em forma complementar para melhor efetivar a política de atenção à população de rua.

Art. 4º - A atenção à população de rua deve observar os seguintes princípios:

I - o respeito e a garantia à dignidade de todo e qualquer ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais garantidos na Constituição, na Lei Orgânica do Município e legislação infra-constitucional;

II - o direito da pessoa a um espaço digno para estar, pernoitar e se referir na Cidade, assegurado, minimamente, o direito à privacidade como condição inerente à sua sobrevivência, existência e cidadania;

III - a garantia de supressão de todo e qualquer ato violento, bem como de comprovação vexatória de necessidade, assim entendido, dentre outros, a declaração de pobreza;

IV - a não discriminação, por motivos de origem, raça, sexo, orientação sexual, cor, idade e quaisquer outros, no acesso aos bens e serviços públicos municipais, principalmente os referentes à saúde, não sendo permitido tratamento degradante, vexatório ou humilhante;

V - a subordinação da dinâmica do serviço à garantia da unidade familiar, sendo vedada a desintegração da família para fins de atendimento;

VI - o direito do cidadão de restabelecer sua dignidade, autonomia, bem como sua convivência comunitária, relacionando-se harmoniosamente com os demais cidadãos;

VII - o exercício do direito de participação da população, por meio de organizações representativas, na proposição e no controle das ações que lhes dizem respeito.

Art. 5º - A política de atendimento à população de rua compreende a implantação e manutenção pelo Poder Público Municipal, nos distritos da Cidade, dos seguintes serviços e programas, com os respectivos padrões de qualidade:

I - Abrigos Emergenciais: constituídos por instalações físicas adequadas mantidos por SAS, diretamente ou em parceria com organizações sociais, equipados com recursos humanos e materiais necessários para acolhida e pernoite, no período de inverno, da população de rua, fornecendo condições de higiene pessoal, alimentação, vestuário, guarda de volumes, trabalho sócio-educativo e acesso aos serviços de referência na Cidade;

II - Albergues/Abrigos Especiais: constituídos por instalações físicas adequadas, equipados com recursos humanos e materiais necessários à acolhida e alojamento de até 100 (cem) pessoas por unidade, operacionalizados diretamente ou em parceria com organizações sociais, com funcionamento permanente, fornecendo condições de pernoite, higiene pessoal, lavagem e secagem de roupas, alimentação, guarda-volumes, trabalho sócio-educativo e serviços de documentação e referência na Cidade, destinados a:

- a)** pessoas em tratamento de saúde;
- b)** imigrantes recém-chegados;
- c)** pessoas em situação de despejo ou em dasabrigo emergencial;
- d)** mulheres vítimas de violência;
- e)** mulheres com crianças.

III - Centros de Serviços: constituídos por instalações físicas operadas pela SAS com auxílio da Secretaria Municipal de Saúde, com funcionamento diário, operacionalizados diretamente ou em parceria com organizações sociais, com oferta de locais equipados com recursos humanos e materiais para oferecer, à população de rua, durante o dia, alimentação, condições de higiene pessoal, lavagem e secagem de roupas, guarda de pertences e serviços de referência na cidade;

IV - Restaurantes Comunitários: serviço coordenado pela SAS, envolvendo a participação de SEMAB, operado diretamente ou em parceria com organizações afins, com provisão de instalações situadas em locais centrais para oferta diária de

alimentos à população, garantindo padrões nutricionais adequados, por valor que não exceda o preço de custo de cada refeição;

V - Casas de Convivência: operadas diretamente ou em parceria com organizações sociais e empresas, com oferta de espaços dotados de recursos humanos e materiais para promoção de trabalho sócio-educativo em regime de atendimento diário, desenvolvendo atividades de convivência, socialização e organização grupal, atividades ocupacionais, educacionais, culturais e de lazer, assim como oferecendo condições de higiene pessoal, lavagem e secagem de roupas, alimentação, guarda de volumes, serviços de documentação e referência na cidade;

VI - Morádias Provisórias: serviço realizado em conjunto por SEHAB e SAS, operado diretamente ou em parceria com organizações sociais e empresas, com provisão de instalações, próprias ou locadas, com capacidade de uso temporário por até 15 pessoas moradoras de rua e em processo de reinserção social, funcionando em regime de co-gestão. O acesso à moradia provisória estará subordinado a avaliação sócio-educativa do estágio de re-inserção social do interessado, realizada pelos albergues e casas de convivência da rede. Manutenção através de contrato de vagas em pensões e congêneres por tempo determinado. A operacionalização desses serviços envolverá responsabilidades compartilhadas, assim discriminadas: ao Poder Público caberá prover e manter as instalações físicas, envolvendo adaptações, reformas e pagamento de tarifas públicas, bem como estabelecer parceria para pagamento de pessoal; às organizações sociais e empresas caberá garantir padrões adequados de qualidade do atendimento bem como participar da gestão compartilhada.

VII - Soluções Habitacionais Definitivas: sob responsabilidade da SEHAB, com oferta de alternativas habitacionais que atendam pessoas em processo de reinserção social e incluam auxílio moradia, locação social e financiamento de construções em regime de mutirão. A provisão desse serviço levará em conta as necessidades e características diferenciadas da população a ser atendida, observando-se, nos casos de idosos e pessoas portadoras de deficiência, o disposto na legislação pertinente;

VIII - Oficinas, Cooperativas de Trabalho e Comunidades Produtivas: consistentes na provisão de programas com a área municipal gestora da economia social que, juntamente com SAS, ofertarão instalações preparadas com equipamentos, recursos humanos e materiais para resgate da cidadania através dos direitos básicos de trabalho e capacitação profissional; encaminhamento a empregos, formação de associações e cooperativas de produção e geração de renda e manutenção de projetos agrícolas de desenvolvimento auto-sustentado, que promovam a autonomia e a reinserção social da população de rua;

IX - Programas Integrados e Projetos Sociais: consistentes na implantação e manutenção de programas assistenciais e preventivos realizados nas ruas, por educadores capacitados, com pedagogia própria aplicável ao trabalho com este segmento da sociedade. O programa contará com a cooperação da Guarda Civil de São Paulo e a ação de voluntários e de organizações sociais.

Parágrafo único - O Poder Público oferecerá respostas específicas para os diferentes tipos de demanda mencionados no inciso II deste artigo, de acordo com as necessidades apresentadas.

Art. 6º - Os padrões de qualidade dos serviços previstos neste decreto serão controlados pelo Poder Público, em conjunto com o Conselho de Gestão da Política de Atendimento à População de Rua e deverão garantir:

I - inclusão dos abrigados/albergados em frentes de trabalho e operação do próprio abrigo;

II - horários flexíveis de entrada e saída dos serviços, de acordo com as necessidades dos abrigados/albergados;

III - manutenção de atividades sócio-educativas com técnicas estimuladoras à re-inserção social;

IV - instalação de rede informatizada entre os abrigos e albergues com controle de vagas, perfil dos abrigados, encaminhamentos, soluções, medidas e providências adotadas;

V - manutenção de um educador para cada grupo de trinta pessoas, com contribuição e orientação de equipe multidisciplinar;

VI - os serviços e programas para a população de rua contarão com materiais e apoio logístico para manter endereço postal comunitário, serviço de correspondência, telefones públicos, mural informativo de outros serviços públicos na Cidade, como hospitais e postos de obtenção de documentos;

VII - o padrão nutricional adequado compreende alimentação de boa qualidade, de modo a atender às necessidades calóricas de cada morador, sob supervisão de nutricionistas. Devem ser servidas com cordialidade, utilizando-se pratos e talheres;

VIII - o padrão de higiene adequado compreende o armazenamento com segurança de produtos de limpeza e remédios; o acondicionamento de alimentos em lugares apropriados à sua conservação para posterior consumo; o uso de roupas limpas de cama (dois lençóis, cobertor e fronha), toalhas de banho e travesseiros individualizados e lavados no mínimo semanalmente; chuveiros com água quente e um vaso sanitário para cada grupo de quinze pessoas; espaço para lavar e passar roupas de uso pessoal; disponibilização de uso de máquinas de lavar e secar roupas e equipamento para conserto de roupas; serviço de corte de cabelo e disponibilização de objetos de higiene pessoal;

IX - o espaço físico e as acomodações para a população de rua deverão: ser seguros, limpos, confortáveis e arejados, com janelas e iluminação adequadas; não servir de passagem para outros dormitórios; dispor de camas ou beliches com colchões de densidade adequada para crianças e adultos; garantir a privacidade das pessoas, abrigando no máximo vinte pessoas por dormitório, com espaços demarcados por divisórias, com espaçamento de pelo menos um metro entre as camas, que deverão ter largura mínima de 0,70 m, sendo vedado as cabeceiras das camas ficarem a menos de um metro de distância. As acomodações devem

respeitar, em sua distribuição, o perfil dos segmentos da população de rua (mulheres, portadoras de necessidades especiais, famílias etc).

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão responsável pela coordenação da política de atenção à população de rua, deverá assegurar e estimular a criação e manutenção de Conselho de representantes da rede, garantindo a gestão participativa nos programas e serviços que interagem na atenção à população de rua da Cidade.

§ 1º - O Conselho terá caráter paritário e será composto por representantes de SAS, SEMAB, SEHAB, SMS, SVMA e Trabalho, do Legislativo Municipal, ligado à Comissão de Direitos Humanos, das associações que trabalham com a população e da própria população de rua, eleitos em foro próprio.

§ 2º - O Conselho de que trata este artigo contará com uma comissão executiva, que elaborará seu regimento interno para regulamentar suas rotinas e atribuições.

Art. 8º - O Executivo deverá até o terceiro ano de gestão realizar o recenseamento da população de rua da Cidade.

§ 1º - Nos demais anos de gestão os censos anuais poderão usar metodologias alternativas de modo que, a cada ano, seja caracterizado um segmento específico como: população adulta de rua, população infanto-juvenil, população usuária de cada modalidade de serviços.

§ 2º - Os resultados do recenseamento quadrienal e dos censos anuais deverão ser publicados no Diário Oficial do Município, obedecido o critério territorial dos distritos administrativos.

Art. 9º - A Secretaria Municipal de Assistência Social será responsável pela promoção de ações destinadas à capacitação continuada dos agentes da política

municipal de atendimento à população de rua, inclusive no que se refere ao seu preparo psicológico.

Art. 10 - As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 11 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 2 de janeiro de 2001, 447º da fundação de São Paulo.

MARTA SUPLICY, PREFEITA

ANNA EMILIA CORDELLI ALVES, Secretária dos Negócios Jurídicos

JOÃO SAYAD, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS, Secretário Municipal de Assistência Social

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 2 de janeiro de 2001.

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

ANEXO V

DECRETO Nº 43.277, DE 29 DE MAIO DE 2003

Institui o Conselho de Monitoramento da Política de Direitos das Pessoas em Situação de Rua na Cidade de São Paulo.

MARTA SUPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a necessidade de dar efetivo cumprimento ao disposto no artigo 5º da Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997, e no artigo 7º do Decreto nº 40.232, de 2 de janeiro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Conselho de Monitoramento da Política de Direitos das Pessoas em Situação de Rua na Cidade de São Paulo, em consonância com o disposto no artigo 5º da Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997, e no artigo 7º do Decreto nº 40.232, de 2 de janeiro de 2001, com os seguintes objetivos:

I - garantir, com a participação da sociedade civil, a observância, pelos serviços municipais e pela população da cidade, do respeito aos direitos e à dignidade das pessoas em situação de rua;

II - apresentar, em parceria com a sociedade civil, propostas visando à melhoria de qualidade dos serviços oferecidos às pessoas em situação de rua;

III - procurar soluções amigáveis em caso de conflitos que ocorram por ocasião da execução de medidas de urbanização da cidade, garantindo às pessoas em situação de rua o respeito aos seus direitos e à sua dignidade.

Art. 2º. O Conselho de Monitoramento da Política de Direitos das Pessoas em Situação de Rua na Cidade de São Paulo terá as seguintes atribuições:

- I - zelar pela garantia dos direitos das pessoas em situação de rua;
- II - manter mecanismos de arbitragem de eventuais conflitos na execução de serviços e medidas de urbanização;
- III - indicar necessidades de qualificação e ampliação da política de atenção às pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo;
- IV - estabelecer relação de parceria com os municípios limítrofes de modo a encontrar soluções conjuntas e parâmetros comuns quanto ao tratamento a ser dispensado às pessoas em situação de rua;
- V - estimular e sistematizar opiniões e sugestões de pessoas em situação de rua quanto ao desenvolvimento dos serviços;
- VI - propiciar meios para que as pessoas em situação de rua possam registrar suas reclamações, opiniões e sugestões quanto ao desenvolvimento dos serviços prestados e à garantia de seus direitos;
- VII - expedir, a cada três meses, avaliação acerca das ocorrências, reclamações, recomendações e providências a serem adotadas pelos órgãos ou instituições competentes.

Art. 3º. O Conselho de Monitoramento da Política de Direitos das Pessoas em Situação de Rua na Cidade de São Paulo será composto na seguinte conformidade:

- I - 3 (três) representantes de associações civis que tenham por finalidade a defesa dos direitos humanos;
- II - 3 (três) representantes dos usuários dos programas e serviços destinados às pessoas em situação de rua;

III - 3 (três) representantes do Fórum das Organizações não-governamentais que trabalham com as pessoas em situação de rua;

IV - 2 (dois) representantes de entidades que congregam empresas com responsabilidade social;

V - 3 (três) representantes da Secretaria Municipal da Assistência Social;

VI - 1 (um) representante da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade;

VII - 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;

VIII - 1 (um) representante da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano;

IX - 1 (um) representante da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo.

§ 1º. Os representantes dos usuários serão escolhidos, em assembléia, pelos delegados eleitos em cada unidade prestadora de serviços às pessoas em situação de rua.

§ 2º. O Conselho será presidido por um de seus membros, eleito por seus pares.

§ 3º. A participação no Conselho não será remunerada, sendo, porém, considerada de relevante interesse público.

Art. 4º. O Conselho designará uma Comissão Executiva que elaborará o seu Regimento Interno, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua instalação.

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o § 1º do artigo 7º do Decreto nº 40.232, de 2001.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 29 de maio de 2003, 450º da fundação de São Paulo.

MARTA SUPLICY, PREFEITA

LUIZ TARCISIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário dos Negócios Jurídicos

LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

ALDAÍZA SPOSATI, Secretária Municipal de Assistência Social

GONZALO VECINA NETO, Secretário Municipal da Saúde

LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

MÁRCIO POCHMANN, Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 29 de maio de 2003.

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

